

Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Comunicação

Mídia, economia e governo:
O enquadramento da economia no Jornal Nacional
no primeiro governo Lula

Breno Lima Moreira

Orientador:
Prof. Dr. Luiz Gonzaga Motta

Brasília, março de 2007

Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Comunicação

**Mídia, economia e governo:
O enquadramento da economia no Jornal Nacional
no primeiro governo Lula**

Breno Lima Moreira

Dissertação submetida em satisfação parcial dos requisitos para obtenção do grau de mestre em Comunicação.

Banca Examinadora:
Prof. Dr. Luiz Gonzaga Motta (orientador)
Prof. Dr. Luiz Martins da Silva
Profa. Dra. Flávia Biroli
Profa. Dra. Nélia Del Bianco (suplente)

Brasília, março de 2007

A Juliana, por todo o amor em nossos 13 anos juntos. Serei sempre grato pelo estímulo e pela ajuda – essenciais para que eu concluísse esta dissertação.

Agradecimentos

A meu pai, minha mãe, minha irmã e meu irmão, pela eterna torcida;

Aos meus avós, *in memoriam*, por terem acompanhado minhas primeiras letras;

A Camila, sobrinha e afilhada querida, que nasceu enquanto esta dissertação tomava forma, trazendo mais alegria à família;

Ao professor Luiz Gonzaga Motta, meu orientador, pelo estímulo que me deu a cada encontro;

A Gérson, Emídio e Eduardo, chefes e colegas de trabalho, pelo apoio e por terem me deixado fazer um horário de trabalho alternativo, o que foi fundamental para que eu pudesse cursar as disciplinas e realizar minha pesquisa;

Ao Banco Central do Brasil, por ter me liberado do trabalho durante quatro meses para que eu escrevesse esta dissertação;

A Bianca Fragoso, pela ajuda na decupagem das gravações do Jornal Nacional;

Aos professores Luiz Martins e Flávia Biroli, pelas contribuições dadas na defesa desta dissertação;

Aos professores Venício A. de Lima e Luís Felipe Miguel, pelas contribuições na banca de qualificação;

A Luís Momesso e a Dacier Barros, meus professores de graduação na UFPE, pelos agradáveis encontros do grupo de pesquisa e do grupo de estudos, que me deram base para a pesquisa acadêmica;

Ao Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política (Nemp) e à Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), por terem permitido e me facilitado a gravação das edições do Jornal Nacional, essenciais para minha pesquisa.

Aos vários parentes e amigos, pela torcida.

Resumo

Nossa pesquisa buscou identificar os enquadramentos dados às matérias sobre economia veiculadas no Jornal Nacional (JN), bem como o grau de pluralidade de enquadramentos disponíveis ao público. Para isto, investigamos os temas agendados pelo telejornal, assim como alguns assuntos silenciados. Utilizamos como amostra uma edição mensal do JN de janeiro de 2003 a outubro de 2006, de forma que pudéssemos entender como foi a cobertura econômica do JN no primeiro governo Lula. As 46 edições foram decompostas em matérias, e estas, por sua vez, foram agrupadas por temas, para que pudéssemos separar aquelas que tratassem de economia. Essas matérias foram divididas em onze assuntos (impostos, produção e venda, emprego e desemprego, inflação, câmbio e bolsa de valores, exportação e importação, renda, consumo e crédito, avaliação e crédito internacional, política fiscal e juros) que tiveram seus enquadramentos analisados. O arcabouço teórico e metodológico se apóia basicamente em trabalhos de Robert Entman, Daniel Hallin e Mauro Porto.

Palavras-chave: mídia e política; jornalismo econômico; enquadramento.

Abstract

The objective of our research was to identify the frames given to the news about economy presented by the “Jornal Nacional” (JN), the most watched news program of Brazilian TV, as well as identify the degree of plurality of available frames to the public. For that purpose, we investigated the subjects that were part of the JN’s agenda, as well as some silenced subjects. We used one monthly edition of the JN, between January of 2003 and October of 2006, to understand the frame of economic coverage during the first period of president Lula’s government. The 46 editions were decomposed in news, which were grouped by subjects so that we could separate the ones that were about economy. These news were divided in eleven subjects (taxes, production and sales level, employment and unemployment, inflation, exchange and stock market, exportation and importation, income, consumption and credit, international evaluation and credit, tax policy, and interests), whose frames we analyzed. As to the theoretical and the methodological parts of the research we used studies of Robert Entman, Daniel Hallin and Mauro Porto.

Key words: media and policy; economic journalism; framing.

Sumário

Introdução.....	8
Problema de pesquisa.....	8
Objetivos.....	9
Hipóteses.....	10
Justificativa.....	11
Metodologia.....	14
Resumo dos capítulos.....	14
1. A Globo e o Jornal Nacional.....	17
As organizações Globo.....	17
A Rede Globo e sua receita de sucesso.....	20
Globo e publicidade.....	25
Jornal Nacional.....	28
O espaço da economia no JN.....	32
2. Enquadramento.....	35
Introdução.....	35
A importância de um novo paradigma.....	36
Conceito.....	38
Enquadramentos do texto.....	42
A influência dos enquadramentos sobre as pessoas.....	48
Pluralidade de enquadramentos.....	52
3. Metodologia.....	54
Delimitação do universo.....	54
Seleção da amostra.....	54
Categorização.....	56
Contagem do tempo.....	63
Contraponto.....	63
Análise de texto e imagem.....	64

4. O agendamento da economia no JN.....	69
A hipótese de <i>Agenda Setting</i>	69
O espaço da economia no JN.....	71
A pauta econômica do JN.....	75
5. O enquadramento dos temas agendados.....	78
Introdução.....	78
Impostos.....	78
Produção e venda.....	86
Emprego e desemprego.....	93
Inflação.....	106
Câmbio e bolsa de valores.....	112
Exportação e importação.....	119
Renda.....	127
Política fiscal.....	131
Consumo e crédito.....	136
Avaliação e crédito internacional.....	141
Juros.....	147
6. Considerações finais.....	151
Retomando os resultados.....	151
Hegemonia.....	156
Validade das hipóteses.....	157
Método.....	160
Referências e sugestões para pesquisas futuras.....	162
Referências.....	164
Anexo.....	171

Introdução

1. Problema de pesquisa

Durante seis dias da semana, à noite, quase metade das televisões brasileiras são sintonizadas em uma única emissora. São mais de 35 milhões de brasileiros assistindo ao Jornal Nacional (JN), da Rede Globo. Apesar do domínio da Globo já ter ganho ares de normalidade e de ser pouco discutido fora do meio acadêmico, não deixa de ser uma preocupação do ponto de vista democrático. Grosso modo, quase metade dos brasileiros que estão assistindo à televisão naquele horário vêem as mesmas notícias – os fatos que os editores do JN definiram como mais relevantes. O resultado é uma menor pluralidade de idéias, de pontos de vistas, o que gera menor debate e menos contestação.

Obviamente não estamos falando de um processo simples. As teorias que atribuíam poder quase absoluto à televisão já foram refutadas; outras que a demonizavam, também. Mas não podemos ignorar que, num mundo de sociedades cada vez mais complexas e interdependentes, a mídia se firma cada vez mais como o espaço de debate e como fonte para formação das idéias. E isso faz com que a mídia desempenhe um papel mais central na política, tanto no cotidiano quanto em períodos eleitorais.

Essa relação entre mídia e política tem sido bastante estudada nas Ciências Sociais e, mais especificamente, na Comunicação. As pesquisas tentam principalmente entender as relações que se estabeleceram, em tempos recentes, entre as duas áreas. Que influências a mídia teve sobre a política e vice-versa? O que mudou? Quais as conseqüências dessas mudanças para a democracia, para a tomada de decisões por parte dos cidadãos e dos políticos? São perguntas que esses estudos tentam responder.

No entanto, um ponto freqüentemente presente no noticiário tem sido esquecido por esses estudos. É a relação entre mídia, política e economia. Grande parte das notícias sobre política diz respeito a decisões econômicas, ou com impacto econômico, a serem tomadas pelo governo. Matérias sobre desemprego,

inflação, taxa de juros, desigualdade social, aumento da renda, gastos do governo, taxa de câmbio, entre outras, são a materialização, na mídia, da discussão econômica. Como qualquer outra área, esta também apresenta uma corrente de pensamento hegemônica e outros pensamentos concorrentes. No entanto, o noticiário costuma dar um grande espaço para uma única corrente e as discussões que ocorrem já tomam como premissas as bases dessa corrente hegemônica.

Vale salientar que, quando falamos em hegemonia, o fazemos no sentido dado por Gramsci ao termo. Para o teórico marxista, hegemonia significa “o domínio ideológico dos valores e normas burguesas sobre as classes subalternas” (CARNOY, 2004, p. 90). Ou seja, é quando uma classe estende sua visão de mundo e sua forma de pensar às outras classes. A mídia ocupa papel crucial na disseminação e na manutenção da hegemonia, como já apontaram alguns seguidores de Gramsci.

Levando-se em consideração que a mídia é base para a formação de opinião, o grande espaço ocupado por uma única corrente no noticiário é, como dissemos, preocupante do ponto de vista democrático, pois permite aos cidadãos pouco acesso aos discursos concorrentes, prejudicando o processo de tomada de decisão. Na televisão, essa ausência é ainda mais nociva, já que este é o veículo utilizado pela maior parte dos brasileiros para se informar.

Com base nisso, nosso estudo verificou as interpretações dadas à economia em matérias veiculadas no Jornal Nacional – o telejornal mais assistido do país, líder de audiência desde sua criação, em 1969 (MEMÓRIA GLOBO, 2004). Em nossa pesquisa, utilizamos como base metodológica o “enquadramento”, interpretações primárias dadas aos diversos assuntos veiculados pela mídia (GITLIN, 1980).

2. Objetivos

Nossa pesquisa teve como objetivo geral verificar os enquadramentos que o Jornal Nacional dá às matérias sobre economia e o grau de pluralidade de enquadramentos disponíveis ao público. Esse objetivo principal desdobra-se em cinco objetivos específicos:

- a) Identificar, em cada matéria analisada: os enquadramentos empregados, a quantidade de vezes que cada enquadramento aparece e as prováveis fontes dos enquadramentos adotados;
- b) Classificar cada matéria em uma das categorias de singularidade ou pluralidade de enquadramentos utilizadas por Porto (2001, p. 187): restrito, plural-fechado, plural-aberto ou episódico;
- c) Tabular os dados de forma a identificar, nas matérias, a quantidade e o percentual de vezes em que cada enquadramento desses aparece;
- d) Verificar, ao longo do recorte temporal (3 anos e 10 meses), os fatores que possam ter levado a variações significativas no uso dos enquadramentos nas matérias e na pluralidade dos enquadramentos disponíveis;
- e) Verificar o agendamento dos temas e dos assuntos relativos à economia presentes no JN, bem como silenciamentos do telejornal.

3. Hipóteses

Apresentamos as hipóteses analisadas em nosso projeto, sempre tendo como objeto as matérias sobre economia do JN:

- a) As matérias são enquadradas, na grande maioria das vezes, sob uma ótica liberal, de forma que essa posição aparente ser consensual. Há silenciamento sobre outras óticas possíveis para interpretação dos fatos político-econômicos;
- b) Os enquadramentos adotados pelo telejornal são, em sua maioria, favoráveis ao governo e, na maioria das vezes, o têm como fonte.
- c) A maior parte das matérias apresenta enquadramentos restrito ou plural-fechado;
- d) Em períodos de dissenso entre membros da elite econômica ou do governo, há maior pluralidade de enquadramentos. Do contrário, quando há maior consenso entre essas elites, há menor quantidade de enquadramentos.

Para evitar dúvidas, consideraremos como “governo” o poder Executivo Federal, tendo como figura principal o presidente da República. Essa definição se faz necessária porque governo é uma entidade abstrata, com componentes de vários poderes, e sujeita a um leque de contradições internas. Dessa forma, quando citarmos o termo, estaremos nos referindo às diretrizes políticas principais adotadas ou defendidas pelo presidente da República ou por sua equipe mais próxima.

Também vale observar que, quando falamos em consenso, não significa unanimidade, mas sim que uma maioria significativa e observável (embora não quantificável) pense de forma semelhante sobre determinado assunto.

Por fim, quando nos referimos à prevalência de uma ótica liberal no noticiário econômico, estamos falando da visão de um estado menos intervencionista na economia e, mais especificamente, do receituário econômico proposto pelo Consenso de Washington, como a disciplina fiscal, o câmbio definido pelo mercado, a abertura comercial, a redução dos gastos públicos, entre outros.

4. Justificativa

Já faz algum tempo que os estudos que “enxergavam” efeitos imediatos gerados pela mídia deram lugar às hipóteses e teorias sobre “efeitos de longo prazo”. Ou seja, a mídia, de forma geral, não gera uma atitude imediata significativa por parte da audiência, mas sim atitudes resultantes de um processo de acumulação e transformação de idéias ao longo do tempo.

No Brasil, ainda sentimos falta de maior quantidade de pesquisas com base nesses efeitos de longo prazo, que centram a análise nas rotinas de produção da notícia e estudam como a mídia constrói a imagem da realidade social, em vez de focar na mudança de comportamentos explícitos e episódicos. Esta carência se nota mais fortemente nos estudos sobre “enquadramentos”.

Podemos dizer, resumidamente, que um enquadramento é a priorização de um determinado “lado” da realidade noticiada sobre vários outros possíveis. É o realce que o jornalista dá a determinados aspectos de um fato numa notícia, o que implica, necessariamente (por uma questão de limitação de espaço e de tempo e da

infinitude das possibilidades de abordagem), na menor presença e também na ausência de outros aspectos desse fato.

Dessa forma, um jornal pode dar uma notícia sobre menor concessão de crédito aos agricultores pelo governo de um ponto de vista mais humano, mostrando que várias famílias de pequenos plantadores estão sofrendo por não ter o que plantar. Enquanto isso, outro jornal dá a mesma notícia de um ponto de vista técnico, mostrando de quanto será a redução de crédito, a quem atinge, quando começa, quanto o governo economizará com a medida etc. Outro jornal pode ainda dar a notícia contendo os dois pontos de vista e um quarto jornal pode não utilizar nenhum desses enquadramentos, utilizando outros dos vários possíveis.

O conceito de enquadramento não é novo e já é bastante utilizado pelas ciências sociais. No entanto, só recentemente ganhou corpo na Comunicação, motivo pelo qual ainda é pouco utilizado no nosso país. No Estados Unidos, ao contrário, já há número significativo de pesquisas que visam analisar os *frames* dados aos fatos jornalísticos, bem como também há maior discussão teórica. Em nossa pesquisa bibliográfica, sentimos dificuldade em encontrar produção teórica e empírica que tomem como base esse conceito. Dessa forma, nosso estudo pretende contribuir para a discussão, para o aprimoramento e para maior utilização do conceito de enquadramento no Brasil.

Quanto ao recorte do objeto de estudo, consideramos fundamental pôr a economia em debate, uma vez que há indícios de um movimento de naturalização do isolamento da economia em relação à política, como se as decisões tomadas na área econômica fossem puramente técnicas e não também políticas. Quando se passa a impressão de que essas decisões são só técnicas e elas são eliminadas da esfera política, retira-se também dos cidadãos (e eleitores) a possibilidade de discussão sobre o tema.

Apesar desse forte movimento hegemônico, as pesquisas em Comunicação continuam ausentes na discussão. Parece que os jornalistas e os pesquisadores estão mesmo “acreditando” que economia é assunto somente para economistas e que não devem se meter na seara alheia, idéias bastante disseminadas pelos profissionais daquela área. Há poucas pesquisas, na Comunicação, que têm a economia como tema principal. Isso contrasta com outros temas, como a política,

que já vem sendo bastante estudada pelos comunicólogos. Dessa forma, temos a intenção de suprir uma pequena parte dessa ausência da Comunicação no debate sobre a economia.

Além da discussão sobre o papel da mídia na manutenção da hegemonia de uma corrente econômica, não podemos esquecer que a economia é um dos principais temas que influenciam no descontentamento da população em relação à política e às suas instituições, interferindo no grau de confiança na política e, conseqüentemente, na legitimidade democrática (PORTO, 1996). Com base nisso, é prioritário verificar como a mídia enquadra o assunto, uma vez que ela serve como fonte para formação de opinião de grande parte da população.

Um exemplo recente da importância da economia para a avaliação dos governos pela sua população e para a avaliação do país pelos seus parceiros externos foi a crise política vivida pelas denúncias de corrupção no primeiro governo Lula. No terceiro ano de mandato (2005), houve uma nítida tentativa de separação, por parte do governo, entre crise política e economia, e a popularidade do presidente e de seu governo não baixaram tanto quanto seria de esperar com a quantidade de denúncias que surgiram.

Enfim, pensamos ser esta uma pequena mas importante contribuição tanto para que o conceito de enquadramento ganhe mais corpo nas pesquisas de Comunicação no Brasil quanto para que a Comunicação assuma seu lugar na discussão sobre a hegemonia do (neo)liberalismo na economia brasileira, não por fazermos qualquer julgamento de valor em relação à corrente liberal, mas por acreditarmos que a grande prevalência de uma única corrente de pensamento é danosa à formação de opinião e conseqüente tomada de decisões.

Também gostaríamos de deixar claros os motivos que nos levaram a escolher o Jornal Nacional para nossa análise. Ao contrário do conceito que tomarei como base para a metodologia (enquadramento) e do tema (economia), o nosso objeto de estudo é figura freqüente nas pesquisas da Comunicação. Segundo Lima (2006), o JN é o telejornal mais estudado por críticos de televisão e pesquisadores acadêmicos no Brasil. “E não é apenas por seus números impressionantes, mas por seu papel de protagonista histórico da vida política brasileira em mais de 35 anos de existência” (p. 147).

De fato, os 43 pontos no Ibope (entre janeiro e agosto de 2004), os 68% dos aparelhos de televisão ligados e o faturamento anual de R\$ 780 milhões em veiculação de anúncios (VEJA, nº 1.869, apud LIMA, 2006) apenas refletem o espaço que o JN ocupa no dia-a-dia da população de nosso país. Poucos divergiriam sobre a idéia de que o JN é o principal veículo de comunicação dos brasileiros e, para muitos, o único. E isso lhe traz um grande poder tanto na definição dos temas quanto na delimitação dos pontos de vista desses temas a serem discutidos no cotidiano, entre eles, a economia.

Antes de iniciarmos a análise propriamente dita, gostaríamos de deixar claro que, ao contrário do que possa parecer a alguns leitores, não pretendemos tomar posição sobre uma ou outra corrente econômica. Nossa preocupação baseia-se fundamentalmente no fato de que a prevalência significativa, em qualquer área, representa riscos para os valores democráticos.

5. Metodologia

Apresentaremos aqui a metodologia usada em nossa pesquisa de maneira resumida. A descrição detalhada encontra-se no Capítulo 3.

Utilizamos como recorte temporal o período de janeiro de 2003 a outubro de 2006. Coletamos como amostra uma edição do JN por mês, desse período, e as categorizamos por origem do assunto (nacional ou internacional), gênero jornalístico (reportagem, nota coberta, nota pelada etc.), tema (economia, política, esportes etc.) e assunto, uma subdivisão do tema, no caso das matérias sobre economia (inflação, juros, política fiscal etc.). Além disso, medimos o tempo de cada matéria para avaliarmos o espaço dado à economia no JN. Com isso, pudemos verificar o agendamento dos temas e dos assuntos no telejornal.

Depois, analisamos o enquadramento das matérias sobre economia tendo como contraponto matérias publicadas no jornal Folha de S. Paulo (FSP). Após a leitura dessas matérias da FSP e com o texto das matérias do JN, assistimos a cada matéria de forma a identificar os enquadramentos. O método dessa análise foi construído a partir de análises semelhantes feitas por Hallin (1994), por Porto, Vasconcelos e Bastos (2004) e por Entman (1993; 2004).

6. Resumo dos capítulos

Detalharemos aqui os capítulos para que o leitor possa ter uma visão geral da dissertação e para ajudar aqueles que porventura queiram ir direto a um assunto.

Esta introdução dá as coordenadas gerais e iniciais da pesquisa. Ela foi composta basicamente pelo projeto qualificado, com modificações propostas pela banca. O objetivo é mostrar, em linhas gerais, o que pesquisamos e como realizamos a pesquisa, mas evitando entrar nas considerações teóricas, na parte prática e nos resultados.

O primeiro capítulo apresenta o nosso objeto de pesquisa – o Jornal Nacional – no contexto da rede Globo. Apesar de muito já haver sido escrito sobre a Globo e o JN, acreditamos que esse capítulo possa ajudar os pouco iniciados no assunto a entender os motivos pelos quais a emissora tem a dimensão atual e, conseqüentemente, tamanho poder. É um rápido histórico de como a Globo constituiu sua hegemonia. Como tivemos dificuldades de achar dados agrupados sobre a emissora, fizemos esse trabalho, tentando compilar vários números (faturamento, audiência, valor de espaço publicitário etc.), de forma que esse capítulo possa servir de auxílio a outros pesquisadores no futuro.

O segundo capítulo trata do enfoque teórico que utilizamos na pesquisa, o enquadramento. Nele, procuramos mostrar que esse enfoque é uma boa alternativa para fugir das análises que consideram a mídia como neutra. Ao discorrer sobre os conceitos de enquadramento, procuramos delimitar o entendimento que utilizamos na nossa análise, bem como nosso local de análise (o texto, e não o receptor nem o emissor). Mostramos também como as pessoas utilizam os enquadramentos, sempre apresentando exemplos. Por último, detalhamos a classificação de Porto (2001) quanto à pluralidade de enquadramentos que utilizamos em nossa análise.

No terceiro capítulo, apresentamos o detalhamento da metodologia, explicando como construímos nossa amostra, quais as categorias que utilizamos em nossa pesquisa e quais procedimentos adotamos para identificar os temas e assuntos agendados e os enquadramentos dados às matérias do JN.

O quarto capítulo faz um breve resumo do que é a hipótese de *Agenda Setting* para depois mostrar os resultados da primeira parte da pesquisa. Neste capítulo, verificamos que 11% do tempo do JN é dedicado às matérias sobre economia. Também apresentamos outras análises, como o tempo médio dedicado ao tema em cada mês do ano e em cada dia da semana. Além disso, identificamos os principais assuntos da cobertura econômica do telejornal, sendo que produção e venda foram os que tiveram maior tempo no JN e juros, o que teve o menor.

A partir da identificação dos assuntos agendados, realizamos a análise dos enquadramentos presentes nas matérias. Analisamos as principais matérias de cada um dos onze assuntos agendados pelo JN, identificando os problemas, as causas, as soluções e os julgamentos morais apresentados pelo telejornal. Com base nisso, identificamos os enquadramentos presentes em cada matéria.

Por fim, tecemos algumas considerações finais, retomando os resultados e fazendo uma breve análise deles. Também conferimos a validade das hipóteses, fizemos rápidas observações sobre o método utilizado e mostramos alguns resultados que não entraram em nossa pesquisa, bem como algumas sugestões de pesquisas futuras.

Cap. 1 – A Globo e o Jornal Nacional

1. As Organizações Globo

Nossa intenção, com este capítulo, é somente de contextualizar o nosso objeto de estudo – o JN – e a Rede Globo. Apresentamos um breve histórico da rede, mostramos o espaço privilegiado que o telejornal ocupou, desde o início, na grade e na estratégia da rede. Não temos intenção de nos aprofundarmos nas discussões que envolvem a emissora, mesmo porque já existe vasta literatura sobre o assunto. Esse contexto, no entanto, é importante, pois a formação econômica e o posicionamento político da emissora, ao longo de sua história, influenciam e, ao mesmo tempo, explicam os enquadramentos adotados pelo JN.

A força das organizações Globo no Brasil é inquestionável sob qualquer ângulo observado. A Rede Globo, o principal negócio do grupo, faturou quase US\$ 1,9 bilhão em 2004, ocupando o lugar de 52^a maior empresa brasileira. Como a rede de TV é responsável por pouco mais da metade da receita das organizações, podemos estimar que o faturamento total do grupo em 2004 tenha sido próximo a 3,5 bilhões de dólares (7,3 bilhões de reais). Mesmo os que não têm intimidade com números sabem que vendas que chegam à casa do bilhão é sinal de muito dinheiro.

O grupo emprega 20 mil pessoas e é o maior conglomerado de mídia do Brasil e um dos maiores do mundo. No país, entre as empresas de mídia, a que chega mais perto é a Editora Abril, cujo faturamento é apenas um sexto do das organizações Globo. Fazendo uma comparação somente entre as redes de TV, a Rede Globo teve, em 2004, faturamento oito vezes maior que o da segunda colocada, o SBT.

As atividades do grupo abrangem largamente o mercado de geração e distribuição de conteúdos. Incluem televisão, rádio, quatro jornais, cinema, uma editora de revistas e livros, gráfica, gravadora, TV a cabo e via satélite e portal de

Internet. Além disso, o conglomerado tem uma das maiores instituições sem fins lucrativos do país, a Fundação Roberto Marinho.

O sucesso dos Marinho não se restringe à TV. Três jornais do grupo estão na lista dos dez mais vendidos do país. Em 2005, a primeira e a terceira colocações eram do grupo, com Extra e O Globo, respectivamente. A Época, revista do grupo, foi a terceira mais vendida do país em 2005, com média de 439 mil exemplares mensais. Na indústria fonográfica, a Som Livre tornou-se líder de vendas apenas seis anos depois de sua criação em 1971, tendo como base a venda de trilhas sonoras de novelas divulgadas por farta publicidade na TV Globo. Hoje, mesmo não ocupando a liderança, está entre as maiores do setor (DIAS, 2005). A Globo também tem uma das maiores centrais de produção do mundo, o Projac, no Rio de Janeiro.

Mesmo com todos esses números, a Globo ainda se recupera de uma das piores crises financeiras de sua história. A crise teve início com a expansão e diversificação dos negócios no final dos anos 90. Na época, havia uma conjuntura positiva pelo surgimento e crescimento da Internet e da TV por assinatura, pelo capital internacional abundante e pela paridade cambial entre real e dólar. O grupo resolveu apostar no crescimento e se endividou. Em um período de seis anos, investiu cerca de meio bilhão de dólares para construir o Projac, para criar o jornal Valor Econômico (em associação com o grupo Folha), para adquirir outros dois – o carioca Extra e o Diário de S. Paulo – e para lançar a revista semanal Época (EXAME, 1º/9/03).

Os investimentos mais altos do grupo, entretanto, foram nas novas mídias eletrônicas. Em 2000, o grupo lançou o provedor de acesso e conteúdo Globo.com, na época avaliado em 2,7 bilhões de dólares. E a Net, operadora de TV a cabo do grupo, em sociedade com outras empresas, absorveu milhões de dólares para levar o serviço a 6,5 milhões de domicílios no país mas, em 2003, apenas 20% dessa meta havia sido atingida (EXAME, 1º/9/03).

Crises internacionais e o desencanto dos investidores com as novas mídias pioraram a situação. E a desvalorização do real fez com que a dívida contraída em dólar aumentasse abruptamente. O resultado é que, em 2002, a Globopar, holding financeira do grupo, teve prejuízo líquido das operações de 4,8 bilhões de reais. Em

2005, o acordo para pagamento da dívida da Globopar, então em 1,3 bilhão de dólares, foi considerado a maior renegociação de dívida privada já realizada no país.

Os problemas financeiros, porém, pouco diminuem o poder dos irmãos Marinho. Com pés fincados nas principais mídias e com o *expertise* de uma família que está há oito décadas no ramo da comunicação, é fácil lançar-se em outras mídias. A exemplo do lançamento da Som Livre, quando a TV Globo veiculou intensamente propagandas da gravadora, os lançamentos do grupo sempre contam com o apoio das empresas-irmãs. Foi o caso do Globo.com e da revista Época.

Enfim, se considerarmos somente o ponto de vista financeiro, as organizações Globo já são uma potência. Apesar disso, o fato de ser uma das maiores empresas do Brasil ainda não é o que lhe confere mais poder. A concentração de mercado faz com que parte significativa da informação consumida no Brasil hoje tenha origem, de alguma forma, em uma empresa Globo. Logicamente, o efeito disso para a diversidade de pensamento é bastante negativo.

Venício Lima (2004) aponta quatro formas de concentração: horizontal, vertical, monopólio em cruz e propriedade cruzada. A Globo é atriz importante em todas essas modalidades. Concentra mercado no setor de TV aberta e no de TV por assinatura. Concentra mercado na mídia de forma geral, já que abocanha a maior parte do investimento publicitário entre todos os veículos de comunicação.

Em todos os critérios básicos de comparação a concentração da Globo permanece (LIMA, 2004, p. 96-99). Vide tabela com dados de 2002 e 2003:

Quadro 1 – Redes comerciais de TV aberta

Redes	Emissoras (próprias, associadas e afiliadas)	% Cobertura municípios	% Cobertura domicílios	% participação na audiência nacional	Audiência % 18h às 24h	Participação % vendas publicitárias
Globo	114	98,91	99,86	55	51	78
SBT	110	89,10	97,18	24	25	-
Band	75	60,65	87,13	5	5	-
Record	93	42,13	76,67	9	6	-
RedeTV	40	62,52	79,71	3	3	-
CNT	-	4,36	36,67	-	-	-
Gazeta	-	4,87	21,92	-	-	-
Outras	-	-	-	11	9	-

Fontes: Jornal Nacional; Castro, FSP; Tela Viva News; e Grupo de Mídia (apud Lima, 2004, p. 100). Dados de 2002 e 2003.

2. A Rede Globo e sua receita de sucesso

Inaugurada em abril de 1965, em menos de quatro anos a TV Globo assumiu a liderança absoluta entre as televisões, tornou-se hegemônica e nunca mais deixou a posição. Isso significa que cerca de 70% da atual população brasileira (em 2006) já nasceu convivendo com esse modelo concentrado de TV, em que uma única rede detém grande fatia da audiência e do mercado publicitário e as outras apenas tentam chegar perto, lutando entre si pela segunda colocação. E já nascer convivendo com esse fato significa ter menor possibilidade de comparação com outra realidade, com maior chance de que isso seja naturalizado por essa maioria.

A TV Globo teve, já em seu início, três operações ilegais: a compra de uma estação transmissora com dólares abaixo da cotação oficial (cerca de um terço da taxa em vigor na época do pagamento), com aval do então presidente Juscelino Kubitschek; a transferência dessa estação da rádio Globo para Roberto Marinho sem o pagamento da diferença da cotação do dólar; e os acordos Time-Life, em que a Globo assinou contrato com a rede americana e esta assumiu várias funções importantes na emissora brasileira, embora a Constituição de 1946 proibisse a participação de estrangeiros na orientação intelectual e administrativa em empresas jornalísticas e de radiodifusão do Brasil. O acordo, descoberto por um acaso, ganhou ares de escândalo na mídia e virou alvo de uma CPI (HERZ, 1987). Assis Chateaubriand, dono dos Diários Associados, grupo cujos jornais e TV (Tupi) exerciam a hegemonia da comunicação no Brasil na época, foi um dos principais opositores (MORAIS, 2003, p. 665-667).

Na época, os jornais apontavam que, com o acordo, Roberto Marinho havia recebido 5 milhões de dólares (MORAIS, 2003, p. 665-667), o equivalente a 32 milhões de dólares em 2006. Pode parecer pouco em relação aos padrões de uma televisão atual, mas era uma quantia bastante significativa. Para efeito de comparação, as 30 toneladas de equipamentos comprados por Chateaubriand da empresa americana RCA Victor para montar a TV Tupi em São Paulo, em 1950, também havia custado 5 milhões de dólares (MORAIS, 2003, p. 496), o equivalente a 6,5 milhões de dólares no ano de inauguração da Globo. Ou seja, numa

aproximação, o dinheiro recebido dos americanos representava três quartos do montante necessário para se montar uma televisão.

Apesar do relatório da CPI apontar a infração à Constituição, em março de 1967, o procurador-geral da República e o presidente Castello Branco decidiram que a operação havia sido legal. A decisão foi referendada, em 1968, pelo presidente Costa e Silva (SILVA, 1985, p. 31-32; POLACOW, 2002, p. 51-53).

Já em seus primeiros anos, o panorama para o crescimento da Globo estava formado. A empresa de Roberto Marinho tinha dinheiro, *know-how*, pessoas especializadas no ramo e equipamentos sofisticados para a época, resultados do acordo Time-Life. A única empresa que poderia lhe fazer frente, a TV Tupi, não tinha dinheiro, possuía equipamentos mais antigos e vivia uma situação de afastamento do seu dono, Chateaubriand, que anos antes havia sofrido uma trombose e um problema no coração. Havia ainda a decadência e a cassação da concessão da TV Excelsior, pertencente à família Simonsen, que tinha ligações com o governo Goulart e caiu em desgraça após o golpe militar de 1964 (SILVA, 1985, p. 30).

Uma grande jogada de Walter Clark, em janeiro de 1966, também contribuiu para a Globo ganhar os corações cariocas. Clark, um homem de *marketing* e não do meio artístico (o que contrariava uma tradição na televisão brasileira), tinha acabado de assumir a direção-geral da emissora, quando houve uma das piores enchentes da história do Rio de Janeiro (SILVA, 1985, p. 31). Além das equipes na rua, Clark mandou pôr duas câmeras na frente da emissora, mostrando a chuva, e um repórter comentava os fatos ao vivo. A Globo também promoveu, com sucesso, uma campanha de arrecadação de doativos para os desabrigados. Com isso, a emissora, que ainda não decolava na audiência, ganhou fôlego e conquistou telespectadores das outras três emissoras de então, a TV Tupi, a TV Rio e a TV Excelsior (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.19).

Havia ainda o contexto político do recente golpe militar (1964). Existia uma identificação de ideais entre Roberto Marinho e os novos governantes e isso se refletiu a favor de sua emissora (basta lembrar que foi um presidente militar que “absolveu” a Globo do escândalo Time-Life). Logo no início do livro organizado pela Globo em comemoração aos 35 anos do Jornal Nacional é possível encontrar implícita essa identificação:

O Brasil, de dimensões continentais, é cenário ideal para a vivência desses novos tempos: o começo da era das comunicações. Contribui para isso o espírito de 'integração nacional', animado desde os anos 1950 pela construção de Brasília e estimulado pelos governos militares a partir de 1964. Em 1965, dois fatos seriam decisivos para garantir esse processo: a inauguração da TV Globo em abril e a criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) em setembro (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.17).

Não interessa muito saber se a identificação de ideais entre Globo e ditadura era genuína ou oportuna. O fato é que iniciativas governamentais calcadas no ideal da integração nacional – integração para a qual a Globo inquestionavelmente contribuiu – representou um fator importante para o crescimento da televisão brasileira e, mais especificamente, para o crescimento da Globo.

Até então, o crescimento da televisão no Brasil havia sido vegetativo. Desde a inauguração da TV Tupi de São Paulo (primeira estação de TV brasileira e quarta do mundo), em 1950, até meados dos anos 60, não havia infra-estrutura adequada de telecomunicações, a indústria eletro-eletrônica era incipiente e o país carecia de um mercado consumidor capaz de sustentar publicitariamente a nova mídia. Após o golpe militar, em 1964, essas condições básicas vão sendo criadas, com o início de uma dinâmica indústria eletro-eletrônica, do crédito ao consumidor e, sobretudo, da implantação de moderna infra-estrutura de telecomunicações (RAMOS, 2000, p. 13).

Com recursos humanos, financeiros e tecnológicos e uma gestão que diferia da usual desorganização de Chateaubriand, a Globo foi pondo para escanteio sua maior concorrente, a Rede Tupi. Entre 1965 e 1982, a TV de Roberto Marinho passou de detentora de uma única concessão de televisão à condição de quarta maior rede de TV do mundo, atrás apenas das três grandes norte-americanas (ABC, CBS e NBC) (RAMOS, 2000, p. 13).

É importante observar, entretanto, que mesmo sendo aliada do regime de exceção e desempenhando papel importante na consolidação do autoritarismo no Brasil, a Globo também sofreu restrições desse regime. Qualquer jogo de poder tem suas contradições e este não poderia ser diferente (SILVA, 1985, p. 30).

Em 1969, no ano em que o grupo Time-Life deixou a Globo, a televisão de Roberto Marinho já se preparava para ser uma rede nacional, fato que se tornaria

possível por meio da rede de microondas que interligaria parte do país, projeto do governo militar. Pouco tempo antes, com a transmissão via satélite da chegada do homem à lua, a Globo ocupou pela primeira vez a liderança de audiência na cidade de São Paulo. Até então, a emissora era considerada excessivamente carioca. Em setembro de 1969, quando estreou o Jornal Nacional, a TV Globo já era líder. Em 1971, pela primeira vez, os dez programas mais assistidos por cariocas e paulistanos eram da Globo (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 20-23).

Obviamente, a ascensão meteórica da Globo não tem sua base só em fatores técnicos. Na verdade, esses nem foram os mais importantes. A capitalização da empresa por meio do grupo Time-Life e o acesso à programação norte-americana, além do bom gerenciamento, deram as bases para a Globo prosseguir com seu ideal de integração nacional, que tão bem combinava com os interesses dos militares. A emissora focava na programação própria. Em pouco tempo, se sobressairia a telenovela, gênero derivado da *soap-opera* norte-americana que ganhou versão brasileira e que, em poucos anos, começava a disputar fatias do mercado mundial (RAMOS, 2000, p. 125-126). Hoje, a telenovela é o principal produto de exportação da televisão brasileira e a Globo é referência mundial no gênero.

Apesar de compor a grade de programação da Globo desde 1965, foi em 1968 que a telenovela na emissora começou a tomar a forma atual, em um projeto proposto por Walter Clark. A idéia de um horário nobre, ou *prime-time*, formado por telenovelas e um jornal entre elas, permitiu que a Globo consolidasse um modelo de produzir televisão que existe até hoje (BORELLI, 2005, p. 188). A idéia era que as pessoas ficassem na frente da televisão por inércia, em um efeito chamado “fluxo de audiência”, por meio do qual um programa recebe, além das pessoas que já tinham predisposição em assisti-lo, a audiência daquelas pessoas que estavam assistindo ao programa anterior e a dos que estão esperando o próximo programa. Com base nisso, a Globo hoje mantém uma sucessão de novelas e jornais no horário nobre. Esse padrão teve grande importância para o sucesso da emissora:

Atribui-se a esse padrão a possibilidade de se ter fixado, no Brasil, um hábito de ver TV; hábito coletivo de assistir à televisão em família, com ofertas de programações e horários reforçando-se mutuamente: o público em geral, mesmo que dividido por interesses variados, acompanha a primeira telenovela enquanto espera o telejornal e assiste ao telejornal enquanto aguarda a próxima telenovela. Hábito que garantiu à Globo uma histórica fidelidade de

público e o aumento gradativo dos índices de audiência, principalmente durante as décadas de 1970 e 1980 (BORELLI, 2005, p. 188).

Capitalizada e vendo suas concorrentes definharem, a Globo procurou ocupar o espaço vazio de audiência com artistas veteranos e conhecidos, na tentativa de obter “Ibope a qualquer preço”. Além disso, contratou também bons gerentes (SILVA, 1985, p. 31).

Já com a liderança consolidada, com bons profissionais e com tecnologia de ponta (em 1972 foi inaugurada a TV a cores e, no ano seguinte, a Globo produziu a primeira telenovela colorida), a emissora passou a impor o “Padrão Globo de qualidade”. Abandonou os ídolos popularescos que haviam garantido os primeiros ibopes. O último a deixá-la foi Sílvio Santos, em 1976 (SILVA, 1985, p. 32).

No início da década de 80, a Globo começou a perder pontos de audiência para o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), especialmente nas camadas de menor renda. A Globo reagiu com algumas alterações em sua programação. De forma geral, porém, ao longo das duas últimas décadas a emissora perdeu algum espaço. Se em meados dos anos 80 a Globo tinha dois terços da audiência garantidos, hoje esse índice baixou para pouco mais de 50% (ver quadro 1 na pág. 20). Mas engana-se quem pensa que seu poder diminuiu. Os programas mais vistos ainda são da Globo e a rede tem maior audiência justamente no horário-nobre, período de maior público – e de maior retorno financeiro com publicidade, como veremos adiante. Em 2000, os dez programas com maior audiência continuavam sendo da Globo (SANTOS E CAPPARELLI, 2005, p. 85). O primeiro lugar foi uma telenovela, com *share* médio de 67% e 35 milhões de telespectadores, e o décimo, um telejornal, com *share* de 51% e 21 milhões de telespectadores.

Em suma, a Globo existe há 41 anos, é líder de audiência há 37, é hegemônica há mais de 30 e, nesse tempo, sempre operou numa situação de quase-monopólio.

3. Globo e publicidade

A dobradinha telenovela e telejornal, adotada pela Globo, deu certo. Além de servir de base para a formação de um hábito de ver TV e de fidelizar o público, o

horário nobre serviu para elevar as captações de recursos por publicidade – a principal fonte de receita de uma televisão.

É importante destacar que a relação de consumo do público com a TV é bem diferente da relação de consumo com outros serviços. Primeiro, como o telespectador não paga para adquirir o serviço, é bem menor o sentimento de direito do consumidor sobre o que é veiculado. Segundo, o público não tem a noção de que o espaço de transmissão televisiva é um bem público; logo, sua utilização deveria ter foco no interesse público. Terceiro, poucos param para pensar que uma emissora é uma empresa como outra qualquer que, para sobreviver, precisa de receita, em sua maior parte vinda da publicidade. A estratégia para maximizar lucro é ter a maior quantidade de telespectadores possível e, dentre esses, ter a maior parte possível de pessoas de classes sociais mais abastadas, a chamada “audiência qualificada”.

O caminho percorrido pela Globo para conquistar a maior quantidade de audiência já foi exposto anteriormente. Então, como a emissora fez para conquistar a audiência de maior poder aquisitivo? A resposta é simples: fazendo programas e dando notícias sob a ótica dessas classes. De uma forma geral – e aqui o mercado mostra sua face perversa – a programação da emissora é focada nas classes média e alta. Vale salientar que a classe média é bastante importante para a emissora, uma vez que, no Brasil, a classe A é bastante achatada. Com base nisso, fica mais fácil entender porque a Globo pouco se ocupa com programas (e personagens, em seus programas de ficção) voltados para as classes D e E, mesmo estas classes representando a maior parte da população.

O foco da emissora nas classes de maior poder aquisitivo se reflete na maior fatia da verba publicitária em comparação com a audiência. Enquanto a Globo tem 55% da audiência média, conquista 78% da verba publicitária dentre as emissoras de TV brasileiras. E este percentual tem subido. Para efeito de comparação, ele era de 62,5% em 1982. Considerando que hoje a televisão abocanha 58,7% de toda a verba de publicidade, um cálculo simples nos apontará que a Rede Globo sozinha recebe mais de 45% do total da verba publicitária brasileira. O fenômeno não é novo. Já na década de 70, esse percentual era maior que 40%. Se considerarmos as outras empresas de comunicação dos irmãos Marinho (rádio, TV por assinatura, jornais etc.), chegaremos a um número mais significativo ainda.

O foco na audiência de maior poder aquisitivo, porém, não é única explicação para a discrepância entre as fatias de audiência e de verba publicitária da Globo. De forma geral, as empresas de comunicação com maior concentração de mercado conseguem cobrar mais dos anunciantes por oferecer-lhes mais facilidades (BAGDIKIAN, 1993, p. 27-28).

Hoje, o horário comercial mais caro da TV brasileira é o do Jornal Nacional. Em meados de 2006, 30 segundos de publicidade com abrangência nacional nesse horário custavam mais de 300 mil. Veja os valores do horário nobre da Globo.

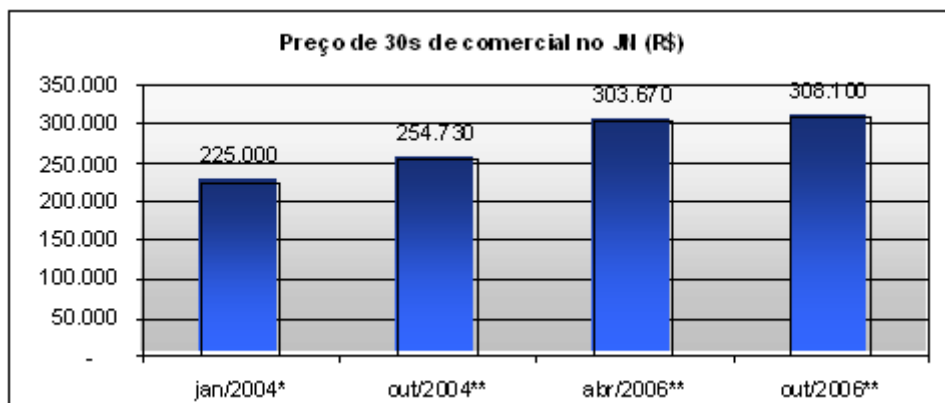
Quadro 2 – Programação e valores de comerciais no horário nobre

Horário	Programas	Comercial 30s (R\$)
18h05	Novela das seis	131.100
18h55	Jornal local 2ª edição	175.000
19h15	Novela das sete	178.400
20h15	Jornal Nacional	308.100
20h55	Novela das oito	303.400

Fonte: Tabela de Preços da Rede Globo, preços de 1º/10/06 a 31/3/07.

Esses valores, levando-se em conta que correspondem a apenas uma inserção de 30 segundos, com certeza são capazes de assustar até grandes empresários. Mais assustador ainda, porém, é o ritmo do crescimento dessas cifras. Em pouco mais de dois anos – de janeiro de 2004 a abril de 2006 – o preço desses 30 segundos aumentou 35%. No mesmo período, a inflação foi de apenas 16,9%.

Quadro 3 – Valor de comerciais no JN



Fontes: * Borelli, 2005; ** Listas de preços da Globo de out/04-mar/05, de abr-set/2006 e de out/06-mar/07.

Por fim, vale comparar o valor mais alto para 30 segundos de publicidade durante a semana entre a Globo e algumas concorrentes. Com esses números, fica mais fácil perceber a hegemonia da emissora na televisão brasileira.

Quadro 4 – Maiores valores de 30s de comercial em programas diários de quatro emissoras

Emissora	Programa	Horário	Comercial 30s (R\$)
Globo	Jornal Nacional	seg-sáb 20h15-21h	308.100
Record	Novela das 22h – Vidas Opostas	seg-sáb 22h-23h	200.900
SBT	SBT Brasil	seg-sáb 21h30-22h	103.302
Band	Jornal da Band	seg-sáb 19h20-20h30	70.605

Fontes: * Listas de preços da Globo (out/06-mar/07), da Record (Jan/07) e do SBT (abr/06), todas vigentes em mar/07.

4. Jornal Nacional

Às 19h45 de 1º de setembro de 1969 foi ao ar a primeira edição do Jornal Nacional. Se, à primeira vista, o horário tem pouca importância, o tempo mostraria o contrário. O JN já foi lançado com a lógica do fluxo de audiência. Para garantir audiência, o noticiário seria apresentado entre a novela das 19h, de enredo mais leve, e a das 20h, com trama mais adulta.

No meio delas, um telejornal que desse à dona-de-casa o tempo certo para colocar o jantar na mesa e ao chefe de família a chance de inteirar-se, mesmo que superficialmente, dos principais assuntos do dia (SILVA, 1985, p. 35).

Eram apenas 15 minutos de notícias. E a primeira edição já representava a síntese do que o JN é até hoje: um jornal de tom oficialista, sanitizado, sem muito tempo para reflexões críticas e geralmente com “final feliz”. Logo na manchete, uma notícia sobre o presidente Costa e Silva. No final, o gol de Pelé que classificou a seleção para a copa de 1970 (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 25).

Segundo a Globo, o padrão de concluir o JN com informações leves, de conteúdo lírico ou pitoresco foi adotado para se diferenciar do modelo consagrado pelo Repórter Esso, que terminava sempre com a notícia mais impactante do dia (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.34). Porém, não deixamos de perceber outros objetivos

nisso, mesmo que menores. É provável que um telejornal com “final feliz” favoreça um maior grau de passividade do telespectador e, como consequência, sua inércia em frente à televisão, gerando assim maior audiência para o programa seguinte.

Também data daquela época a noção de que o JN deveria ser produzido e apresentado em tom mais coloquial, evitando expressões difíceis e imagens fortes, tendo como audiência ideal uma típica família brasileira, com pais e filhos. Em palestra na Universidade de Brasília, em 2005, o editor-chefe e apresentador do JN, William Bonner, disse que o telejornal é feito pensando-se num telespectador ideal – o “Homer” – o pai de família que, ao assistir o telejornal, o traduziria para os demais, principalmente para os filhos. A referência é a Homer Simpson, personagem pai de família do desenho “Os Simpsons”, que tenta retratar uma típica família americana.

Menos de quatro anos depois de seu início, o jornal conquistou o primeiro lugar em audiência. Estava dando certo uma etapa importante da estratégia de Walter Clark e de Boni de transformar a Globo na primeira rede de televisão brasileira. A intenção era gerar uma programação uniforme para todo o país, o que diluiria os custos de produção dos programas (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 28).

As questões empresariais, porém, não eram a única motivação para a formação de uma rede. Como já foi dito, Roberto Marinho comungava com os ideais de integração nacional dos militares. “Se o [lado] empresário [de Roberto Marinho] reconhecia que a rede era o caminho para se ampliar o mercado de consumo, o [lado] empreendedor sabia que a identidade nacional em formação não poderia abrir mão de um meio de integração tão poderoso” (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 29).

Com o início da operação em rede, a Globo desbancou de vez seus concorrentes. Segundo Bolaño, “a partir de 1970, começa a constituição da Rede Nacional e o predomínio da Globo se estabelece nesse momento e nunca mais desaparece” (apud SIMÕES e MATTOS, 2005, p. 42). Se, por um lado, a operação em rede levou à concentração do mercado pela Globo, por outro, ela realmente possibilitou a integração nacional, no sentido positivo que o termo possa ter quando se trata de um país com dimensões enormes. Isso confere uma importância ainda maior ao JN, o primeiro programa brasileiro em rede nacional.

Por tudo isso, pouco depois de sua criação, o JN se transformou no principal programa da Globo e é tido como ingrediente fundamental na sua receita de sucesso.

A liderança da Rede Globo, desde a década de 70, entre as empresas das organizações Globo, se explica, entre outras razões, pelo fato de que durante muitos anos o líder absoluto de audiência de todos os programas da televisão brasileira foi o seu telejornal noturno, o Jornal Nacional (LIMA, 2004, p. 142).

A noção de que um telejornal deve ser objetivo, imparcial e se ater unicamente aos fatos também já estava presente no JN desde seu início. Esses conceitos, advindos do jornalismo americano, já foram bastante discutidos e hoje são considerados superados na academia. Não existem imparcialidade e objetividade absolutas, o máximo que se consegue é uma aproximação. A própria noção de fato foi posta em xeque, uma vez que não existiria “um” fato, no sentido de “algo cuja existência pode ser constatada de modo indiscutível”, mas sim existiriam várias faces de uma realidade que é, em si mesma, múltipla e mutante.

Mas não é difícil entender o motivo dessas noções estarem tão presentes no carro-chefe da Rede Globo. O seu fundador compactuava totalmente com elas e já as utilizava no jornal que deu início ao império. No editorial do livro sobre os 35 anos do JN, João Roberto Marinho comenta o pensamento do pai:

“Ele tinha a convicção de que a um jornal não cabe formar opinião, mas oferecer ao leitor as informações relevantes para que ele forme suas próprias opiniões. Isso nunca significou abdicar de suas opiniões, mas estas tinham seu lugar adequado nos editoriais do Globo” (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.11).

Ao finalizar o editorial do livro, João Roberto mostra que herdou a forma de pensar de seu pai: “Quando o leitor virar a última página, esperamos que ele tenha a mesma certeza diária que tem ao terminar de assistir ao Jornal Nacional: a de que o que acabou de ler, goste-se ou não, é a pura verdade” (p. 13). Como se houvesse “a” verdade, ou seja, uma única verdade possível.

Esse modo de pensar deu os moldes do JN. O telejornal ainda hoje é apresentado de forma fragmentada, embora assuntos semelhantes sejam agrupados em blocos. As notícias têm pouca contextualização. Os apresentadores não emitem

emoções fortes, não comentam as notícias, limitam-se a lê-las com discreta interpretação facial e vocal. A linguagem é comedida, nada de palavras contundentes. Enfim, um jornal higienizado e que se pretende neutro e atento unicamente aos “fatos” mais importantes para os brasileiros.

Se esse é o discurso, a prática, porém, é outra. As opiniões no telejornal não estão somente na boca dos comentaristas, inseridos no telejornal nos anos 80. Estão também na voz e nas expressões faciais de seus apresentadores. E também é opinião, em sentido amplo, a escolha de lados da notícia que devam ser privilegiados e de outros que devam ser sombreados, assim como os critérios de seleção que apontam o que deve ou não ser notícia naquele dia. Por fim, não podemos jamais esquecer o peso da ideologia e dos interesses empresariais que funcionam como pano de fundo que direcionam toda a forma e o conteúdo do telejornal.

Essa parcialidade do JN tornou-se mais visível em alguns momentos importantes para a história do país, em que a Globo tentou influenciar, de forma mais acentuada, na política brasileira. Lima (2005, p. 104) faz uma relação – não exaustiva – de vários desses momentos, como o papel da Globo de legitimadora do regime militar; a tentativa de interferência nas eleições para governador no Rio de Janeiro, em 1982; a autocensura interna na cobertura da primeira greve de petroleiros, setor considerado de segurança nacional, em 1983; o boicote à campanha para a realização das eleições diretas, em 1984; a campanha de difamação contra o ex-ministro da justiça Ibrahim Abi-Ackel, em 1985; a ação coordenada na Constituinte de 1987-1988; a interferência direta na escolha do ministro da Fazenda do presidente José Sarney, em 1988; o apoio a Fernando Collor de Mello, que ficou mais claro ainda na reedição do último debate entre os candidatos no segundo turno das eleições presidenciais de 1989 e, depois, pelo apoio tardio ao movimento pelo seu *impeachment*, em 1992; a campanha de difamação contra o então ministro da Saúde, Alcení Guerra, em 1991 e 1992; o apoio à eleição e à reeleição de Fernando Henrique Cardoso nas eleições presidenciais de 1994 e 1998, entre outros momentos. Segundo Lima,

O que distingue a Rede Globo de Televisão (RGTV) de outras redes privadas e comerciais é não só sua centralidade na construção das representações sociais dominantes, mas o grau de interferência

direta que passou a exercer como ator decisivo em vários momentos da história política do Brasil nas últimas décadas (2005, p. 104).

Porém, não devemos enxergar o JN de forma monolítica, como se suas reportagens visassem sempre determinado interesse. E mesmo esses interesses podem se apresentar de forma menos clara e muitas matérias em que o público acha que houve intencionalidade houve apenas erros de apuração, elaboração ou edição por conta das limitações de tempo e por conta de outras questões relativas às rotinas produtivas. Sempre há jogos de forças e contradições entre os que fazem o JN. Também não podemos esquecer que o telejornal tem em seus quadros jornalistas competentes que praticam o bom jornalismo.

Enfim, esse conjunto de fatores fez do JN um caso ímpar. E lhe confere poder desigual. Em pesquisa com trabalhadores de São Paulo e de Natal, Carlos Eduardo Lins da Silva (1985) pôde verificar a capacidade do JN como agendador dos temas discutidos pela população. Outros telejornais, na dificuldade de fazer algo diferente e que agrade ao público, recentemente tem-no imitado, caso do Jornal da Record.

5. O espaço da economia no JN

Apesar de o JN ser o telejornal brasileiro mais estudado, há poucos estudos que enfatizam sua cobertura econômica. O foco geralmente é a política. Mais recentemente, dissertações de Liziane Guazina (2001) e Leandro Colling (2000) e artigo de Venício Lima com Guazina (2004) abordaram o tema, verificando como o JN enquadrava temas como crise econômica, venda da Telebras e emprego/desemprego (entre outros temas não econômicos) nas eleições presidenciais de 1998 (COLLING) e como o JN enquadrava os temas desemprego e privatização da Telebras, também em 1998, em comparação com o enquadramento dado pelo Jornal da Record (GUAZINA e VENÍCIO).

Em um primeiro momento, podemos dizer que o JN não se esquivava aos temas econômicos. Uma coleta e análise de dados realizada por Fabrício (1997, apud LIMA, 2004, p. 284), entre 1º/10/93 e 1º/10/95, mostra que o assunto esteve presente em cerca de 84% das edições do telejornal. Comparativamente com os demais temas analisados, foi o que mais apareceu.

Quadro 5 - Presença dos temas no JN (por aparecimento)

Período de dois anos (1º/10/93 a 1º/10/95): 565 edições

Tema	Total de edições	%
Economia	474	83,89
Violência – outros estados	303	53,62
Violência – Rio de Janeiro	292	51,68
Legislativo	271	47,96
Executivo/Itamar/FHC	310	54,86
Previdência	137	24,24
Privatização	55	9,73
Judiciário	89	15,75
Total de edições	565	-

Fonte: Fabrício (1997, p. 82, apud LIMA, 2004, p. 284).

No entanto, um levantamento feito por Guazina (2001, p. 47) aponta para outro lado. A pesquisadora mediu o tempo de exposição de 12 temas presentes no JN, entre março e agosto de 1998. Comparando-se com o tema economia, o JN dedicou: 2,5 vezes mais tempo à política; cinco vezes mais tempo ao crime e à violência; o mesmo tempo a matérias de interesse humano (que enfatizam o lado humano das situações, mostrando algum drama, priorizando o lado emocional); cinco vezes mais tempo às matérias de *fait divers* (fatos cotidianos que têm um quê de fatalidade ou de curiosidade, como acidentes, enchentes e outros fatos inesperados que não precisam ser necessariamente negativos); o mesmo tempo à saúde; e sete vezes mais tempo a esportes. Mesmo que, no período de análise, tenha acontecido uma copa do mundo, também não podemos esquecer que era ano eleitoral e nada justifica muito o fato de o JN ter dedicado sete vezes mais tempo ao esporte que à economia.

Há duas explicações possíveis para a diferença nas avaliações. E essas explicações não são excludentes, mas complementares. A primeira é que, como foi detectado por Guazina (2001, p. 46), comparando a época de sua avaliação com períodos anteriores, o JN aumentou a banalização em seu noticiário, reduzindo a cobertura de temas mais áridos, como a política (foco do trabalho dela). Essa banalização fez parte de uma estratégia de silenciamento da Globo sobre a política durante o período da campanha para as eleições presidenciais, favorecendo a reeleição do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Dessa forma, podemos deduzir que, da mesma forma que a política, a cobertura da economia perdeu espaço para notícias sobre entretenimento, *fait-divers* e esportes.

A análise de Guazina também faz uma interessante comparação do JN com o Jornal da Record (JR). As análises dela mostram que o JR dedicou 2,5 vezes mais tempo à economia que o JN. E, indo na contra-mão do JN, o JR deu tempos praticamente iguais à economia e ao esporte (sendo que a economia ainda prevalece, por pequena margem). Esses outros dados ajudam a sustentar essa primeira explicação.

Acreditamos, porém, que essa tendência tenha se revertido um pouco, mas não totalmente. Lima (2006, p. 149) mostra que, nas eleições de 2002, o JN dedicou mais tempo à política explícita que nas eleições de 1998. Como são temas relacionados, é provável que o mesmo tenha acontecido com a economia.

A segunda explicação para o fato de a economia aparecer na maioria das edições do JN, mas ocupar pouco tempo é uma dedução lógica: as notas ou matérias sobre economia são pequenas, têm pouco tempo. E não é difícil entender o porquê. Com exceção das edições do sábado, todos os dias o JN divulga, em nota de menos de 10 segundos, o resultado da bolsa e do dólar. No capítulo 4, detalhamos essa explicação.

De forma geral, quando há matérias sobre economia, elas são pouco contextualizadas e pouco densas, salvo algumas exceções. Precisamos, no entanto, entender esse tratamento no contexto do telejornal. O JN não foi concebido para ser denso, pois seu público é bastante amplo. O mesmo não ocorre com o Jornal da Globo que, por ser apresentado mais tarde (quase à meia-noite), tem outro público, e por isso dá destaque maior à cobertura econômica. Dessa forma, o próprio formato do telejornal, com matérias mais curtas e pouco contextualizadas, dificultam o tratamento do tema.

Agora que entendemos como a Globo se constituiu na potência das comunicações que é hoje e o papel do JN para se chegar e para manter essa hegemonia, explicaremos o enfoque teórico que dá base a nossa pesquisa. Discorreremos sobre a importância de um novo paradigma que não seja limitado pela tradicional noção de objetividade no jornalismo e apresentaremos o conceito de enquadramento que utilizamos em nossa pesquisa. Dos vários “locais” em que é possível pesquisar os enquadramentos, delimitamos o nosso espaço: a busca pelo

enquadramento no texto. Também mostraremos como as pessoas utilizam os enquadramentos para dar sentido às informações.

Cap. 2 – Enquadramento

1. Introdução

No capítulo anterior, fizemos um rápido histórico da Globo, mostrando que desde o início os Marinho não pouparam esforços – alguns deles transgredindo a ética e a lei – para se tornarem hegemônicos. O JN teve um papel fundamental nesse sucesso, pois servia de âncora, junto com as novelas, para captar a audiência. Vimos também que o formato básico do telejornal se mantém até hoje, quase 30 anos depois: um jornal oficialista e tendendo ao otimismo. A nossa curiosidade é saber se essas características se mantiveram mesmo com um governo de esquerda. Para isso, pesquisamos as edições do JN tendo como enfoque teórico-metodológico o enquadramento, que apresentaremos agora.

Nas notícias, nenhum fato é apresentado em sua totalidade. O motivo é simples: a realidade é múltipla e é impossível abranger todas as suas faces. O jornalista então procura as causas e os efeitos mais importantes do fato para apresentá-los ao público. A noção de “mais importante”, no entanto, varia em diferentes níveis – entre repórteres, entre editores, entre veículos, entre culturas e entre visões de mundo. É aí que entra a noção de enquadramento: cada notícia, por não poder abranger toda a realidade, apresenta só uma parte desta, um ou mais “quadros” (*frames*) ou fatias da realidade total.

Cada vez mais as pessoas estão sujeitas a “enxergar” os fatos de acordo com os enquadramentos dados pela mídia. Isso porque, nas sociedades industriais de capitalismo maduro, tem ocorrido um aumento da presença de fatias e “pacotes” de realidade que as pessoas não provam diretamente e com os quais não interagem na vida cotidiana, mas que os vivenciam exclusivamente em função ou por meio da mediação simbólica dos meios de comunicação de massa (WOLF, 2003).

Embora o termo “enquadramento” possa remeter às linguagens fotográfica e cinematográfica, não tem exatamente o mesmo significado que tem nestas.

Enquadramento, no sentido visual, significa a escolha do que será captado pela câmera em uma cena. É o recorte que o fotógrafo ou o cinegrafista fazem da realidade diante dele, recorte este que definirá os limites da imagem a ser apresentada ao espectador. Neste sentido, enquadramento também é uma fatia da realidade, mas uma fatia da realidade visual.

Do ponto de vista metodológico, porém, enquadramento tem um conceito mais amplo. Se no sentido visual o fotógrafo escolhe mostrar apenas uma (ou algumas) das várias partes possíveis que compõem a cena, no metodológico, enquadramento significa a escolha, pelo jornalista, de uma (ou algumas) das várias interpretações disponíveis para o fato. Essa seleção de interpretação pode estar presente nas notícias de qualquer jornal, seja impresso, de rádio ou de televisão.

A cobertura de uma campanha presidencial, por exemplo, pode ser realizada enfatizando o programa dos candidatos, enfatizando a posição que cada um está ocupando no “ranking” ou ainda enfatizando os escândalos políticos. São três enquadramentos possíveis. Uma matéria específica da cobertura dessa campanha, por sua vez, pode ter vários enquadramentos, por exemplo, ressaltando que o candidato A é um bom negociador, enquanto o candidato B tem um grande carisma e é identificado com os valores da população mais pobre.

2. A importância de um novo paradigma

As noções de objetividade e imparcialidade ainda são bastante caras à prática do jornalismo, apesar das críticas que recebem no meio acadêmico. As críticas levaram os pesquisadores da área à busca de novos enfoques teóricos, que permitissem uma análise da Comunicação mais próxima da realidade, sem os “tipos-ideais” conceituais baseados numa suposta neutralidade do sujeito e do veículo que informam.

Mauro Porto (2004, p. 75) mostra que o uso do conceito de enquadramento pela Comunicação vem preencher um pouco dessa lacuna. O conceito tem dado foco a questões antes invisíveis, quando estudadas sob o prisma do enfoque tradicional. O pesquisador explica que o enfoque tradicional traz implícita a idéia de que, ao informar sobre política, a mídia deve impedir que valores e ideologias

interfiram no relato dos fatos (objetividade) e evitar que um grupo, partido ou candidato seja favorecido (imparcialidade).

Segundo Porto (2004, p. 75-76), já no início dos anos 1980, Robert Hackett apontava que esse enfoque tradicional era frágil e estava em declínio. Hackett dizia que já não era mais possível entender a comunicação como imparcial, com conteúdos objetivos e independentes do mundo exterior, ainda que essas noções mantenham seu valor normativo e empírico. Ele então propõe a substituição do conceito de “parcialidade” pelo de “orientação estruturada”, que ainda inclui características da idéia de parcialidade (como favoritismo e distorção, entre outros), mas tem mais abrangência. Para Hackett, a mídia pode desempenhar um papel político e ideológico importante, não apenas quando existe ou falta “objetividade” ou imparcialidade, mas também quando esse conteúdo é produzido a partir de uma matriz ideológica limitada. Essa matriz ideológica, para ele, é composta de uma “estrutura profunda” – regras e conceitos ativados pelos jornalistas, de forma consciente ou não, e sem necessariamente a intenção de manipular. Hackett diz ainda que um dos fatores mais importantes da “estrutura profunda” são os enquadramentos que os jornalistas dão às notícias.

Porto destaca ainda que o novo paradigma também tem servido para dinamizar e preencher lacunas de perspectivas teóricas existentes, como a hipótese de *Agenda Setting*. Alguns autores consideram o enquadramento um momento seguinte ao agendamento. Pela hipótese da *Agenda Setting*, “as pessoas tendem a incluir ou excluir dos próprios conhecimentos o que a mídia inclui ou exclui do próprio conteúdo” (SHAW, 1979, apud WOLF, 2003, p. 143), e atribuem aos temas importância semelhante à atribuída pela mídia. Cook (1998) é um dos autores que enxerga o enquadramento como um “segundo nível de efeitos”. Segundo ele, agendar os temas que serão discutidos pelo público e se estabelecer como participante-chave para a discussão é apenas o começo da luta dos atores políticos. A etapa seguinte é a batalha para saber quem conseguirá convencer o público a adotar sua posição, ou seja, quem conseguirá enquadrar o debate.

Essa relação entre agendamento e enquadramento, no entanto, é vista como problemática por alguns autores, uma vez que a perspectiva do enquadramento se refere a novas questões que tendem a negar os princípios de *Agenda Setting*.

Segundo esses teóricos, em vez de fundir os dois paradigmas é preciso diferenciá-los (PORTO, 2004, p. 77).

3. Conceito

Por ser um paradigma novo na Comunicação, ainda há bastante divergência na conceituação de “enquadramento”. Segundo Porto (2004, p. 77-78), a Sociologia e a Psicologia Cognitiva foram fontes importantes para o conceito de *framing*. O uso desse enfoque teórico para a análise de fenômenos sociais tem como um marco significativo o livro *Frame analysis*, do sociólogo Erving Goffman. Goffman entende os enquadramentos como marcos interpretativos mais gerais que permitem às pessoas dar sentido às situações sociais.

Na Psicologia, Kahneman e Tversky realizaram estudos que deram relevo ao conceito, demonstrando que as pessoas, ao serem questionadas sobre um mesmo problema, podem mudar suas respostas de acordo com o viés com que foi feita a pergunta. Os autores são responsáveis por um dos mais citados exemplos que mostram o poder do enquadramento. Eles propuseram o seguinte experimento:

Imagine que os Estados Unidos estão se preparando para a eclosão de uma estranha doença asiática, que deve matar 600 pessoas. Dois programas alternativos de combate à doença foram propostos. Presuma que as estimativas científicas exatas das conseqüências dos programas são as seguintes: se o programa A for adotado, 200 pessoas serão salvas. Se o programa B for adotado, há um terço de probabilidade de 600 pessoas serem salvas e dois terços de probabilidade de ninguém ser salvo. Qual dos dois programas você escolheria?” (1984, p. 343, apud ENTMAN, 1993, p. 53).

Apesar das alternativas serem idênticas (só mudou o viés com que foram apresentadas), o primeiro programa foi escolhido por 72% das pessoas do primeiro grupo e só por 22% do segundo. No experimento seguinte, eles apresentaram as mesmas opções anteriores, mas enquadraram as alternativas dando mais ênfase à possibilidade de morte do que à de sobrevivência: se o programa C fosse adotado, 400 pessoas morreriam e se o programa D fosse escolhido, haveria probabilidade de um terço de ninguém morrer e de dois terços de todas as 600 pessoas morrerem. O resultado é que o programa C foi escolhido por 22% (enquanto seu “gêmeo”, o

programa A, havia sido eleito por 72%) e o programa D foi escolhido por 78% (enquanto o idêntico programa B havia recebido 28%) (ENTMAN, 1993, p. 54).

Os experimentos mostram que as pessoas, ao se confrontarem com determinados problemas, tenderão a escolher uma ou outra alternativa de acordo com os enquadramentos apresentados, mesmo que as alternativas sejam iguais. Ou seja, “os resultados do processo de formação de preferências podem ser alterados não apenas através da manipulação da informação factual, mas também através do seu enquadramento” (PORTO, 2004, p. 79).

Após seu desenvolvimento e uso iniciais na Sociologia e na Psicologia, a Comunicação abriu as portas para o conceito de enquadramento. Porto (2004, p. 79) relata que a primeira aplicação relevante do conceito em estudos de comunicação foi o livro *Making news*, da socióloga Gaye Tuchman, no qual ela argumenta que as notícias impõem um enquadramento que define e constrói a realidade. Ela afirma que o poder político pode ser reforçado pelo modo como o conhecimento é enquadrado.

Com o tempo, o conceito foi ganhando espaço na Comunicação, principalmente nos Estados Unidos. Segundo Porto (2004), Todd Gitlin apresentou a primeira definição mais clara e sistemática de enquadramento. Sua conceituação encontrou respaldo entre estudiosos e serviu de base para outras pesquisas sobre enquadramento. Gitlin conceitua enquadramentos como:

Padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, por meio dos quais os manipuladores de símbolos [no caso, os jornalistas] rotineiramente organizam o discurso, tanto verbal quanto visual (1980, p. 7).

Como Goffman já havia demonstrado, no cotidiano nós enquadrados a realidade a fim de negociá-la, gerenciá-la, compreendê-la e escolher o repertório adequado de cognição e ação. Assim, os enquadramentos da mídia organizam o mundo tanto para os jornalistas que o noticiam quanto para o público que consome essas notícias, mesmo que as pessoas tenham pouca consciência disso. Além disso, os enquadramentos permitem aos jornalistas processar grande quantidade de informação de forma rápida e rotineira para que “reconheça” o que merece ou não ser tratado como relevante e que, portanto, deve ir a público (GITLIN, 1980, p. 6-7).

Atualmente, um dos autores que se destacam no estudo dos enquadramentos é Robert Entman. Em um artigo bastante citado, em que tenta tornar mais claro o conceito de *framing*, Entman (1993, p. 52) diz que:

Enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade perceptível e salientá-los em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição de um problema particular, interpretação das causas, avaliação moral e/ou recomendação de tratamento para o assunto descrito. Tipicamente, enquadramentos diagnosticam, avaliam e prescrevem.

Agora que já vimos as principais definições de enquadramento, gostaríamos de externar algumas reflexões sobre o tema, de forma a delimitar bem o conceito que nos guiou na fase de análise.

Como vimos, todo ato de enquadramento envolve interpretação. Como qualquer ser humano, o jornalista se relaciona com a realidade interpretando-a. Em seu exercício profissional, essa interpretação será central, pois ele atuará como um tradutor da realidade. Ele materializa sua interpretação no ato de escrever, ato que é limitado sob uma “forma” de escrita jornalística. Essa forma de escrita diz que o jornalista deve apresentar causas e efeitos do problema tratado.

Nessas causas e efeitos residem diferenças dos conceitos de Gitlin e de Entman. Entman toca num ponto não ressaltado por Gitlin, mostrando a importância da interpretação das causas, da avaliação moral e da prescrição de um tratamento do problema noticiado. Se apontar causas já fazia parte da tradição jornalística de contextualização da notícia, julgar moralmente e recomendar tratamentos também não são valores novos, mas parecem estar cada vez mais salientes. Como afirma Motta (2006, p. 10), “o jornalismo toma empréstimos da ética para selecionar e apresentar as notícias, mesmo quando prega uma total suspensão de valores e juízo moral”. Esses julgamentos morais e prescrições de soluções parecem crescer à medida que aumenta a distância entre representantes políticos e seus representados, pois esse espaço é tomado pelo jornalismo, que se põe cada vez mais no papel de “tribuna do povo” ou como “cão-de-guarda” (*watchdog journalism*).

Na apresentação das causas e dos tratamentos possíveis e nos julgamentos morais, podemos encontrar atalhos para entender o enquadramento dado às notícias. Por isso, procuramos identificar sempre nas notícias analisadas o que Entman (1993, p. 52; 2004, p. 5) define como as quatro funções do enquadramento: o problema, suas causas, o julgamento moral e os tratamentos recomendados. O autor ressalta que um enquadramento não inclui necessariamente as quatro funções. Dessa forma, deixamos claro aqui que o conceito de Entman serve de guia principal em nossa análise.

Há também matérias em que não são apontadas nem causas nem tratamentos. São matérias que tentam abordar o assunto de maneira majoritariamente factual e nessas é difícil identificar qualquer enquadramento.

Gostaríamos de ressaltar também a questão do silêncio. Como vimos, enquadramento envolve seleção e exclusão. Ao escrever uma matéria, o jornalista irá escolher, dentre as várias opções de ângulos possíveis, um ou alguns destes. Ora, se enquadramento envolve seleção, por uma questão lógica, envolve exclusão. O jornalista, ao utilizar determinado(s) enquadramento(s), necessariamente estará excluindo outros. Daí surgem duas questões importantes: 1) quais os enquadramentos que estão sendo preteridos? 2) dentre estes, quais são socialmente relevantes?

Ora, verificar todos os enquadramentos excluídos é impossível, pois, como já dissemos, as possibilidades são quase infinitas. Há, porém, enquadramentos que, por terem como origem grandes grupos sociais, podemos considerar como socialmente relevantes, mas mesmo assim têm pouco espaço na mídia.

Identificar o que foi silenciado, ou seja, os enquadramentos socialmente relevantes que estão ausentes na mídia não é tarefa fácil. Leandro Colling (2000, p. 11) pesquisou os enquadramentos silenciados pelo JN, no período anterior às eleições presidenciais de 1998, e utilizou as matérias do jornal Folha de São Paulo (FSP) como base de comparação. Liziane Guazina (2001) fez uma comparação da cobertura dada pelo JN e pelo Jornal da Record ao mesmo período eleitoral, verificando não só o que um e outro silenciaram entre si, mas também em relação à pauta jornalística impressa, utilizando como base de comparação as manchetes de

cinco jornais de circulação nacional. As duas pesquisas revelaram as dificuldades metodológicas envolvidas na verificação do silêncio.

De qualquer forma, nosso foco principal é a identificação dos enquadramentos dominantes. Também utilizamos matérias da FSP como base de comparação, mas não com o objetivo principal de identificar o que foi silenciado e sim porque a leitura de textos com outros enquadramentos possíveis nos levou a identificar mais facilmente, por oposição, os enquadramentos dominantes. Como já dissemos, por haver relação entre silêncio e enquadramento não houve como ignorar a ocorrência daquele durante a pesquisa, mas nosso foco foi no *framing*.

Quando falarmos em silêncio, tentaremos sempre fazer uma distinção: a ausência de um assunto ou a ausência de um enquadramento. O silêncio de um assunto se dá em oposição ao agendamento, ou seja, o assunto não foi pautado pelo jornal (hipótese de *Agenda Setting*). Por exemplo, suponha que grandes fábricas tenham demitido 10 mil trabalhadores em um só mês, mas nada apareceu sobre o assunto no telejornal, o assunto não foi agendado. Já o silêncio de um enquadramento ocorreria, para utilizar o mesmo exemplo anterior, no caso de o telejornal falar sobre as demissões, mas destacar que foram causadas pela baixa do dólar que diminui o preço das mercadorias exportadas e não falar que mesmo exportando com valores mais baixos, essas empresas estão vendendo mais e tendo lucros maiores.

4. Enquadramentos do texto

Entman (1993, p. 52) diz que os enquadramentos têm pelo menos quatro localizações possíveis no processo de comunicação: no comunicador, no texto, no receptor e na cultura. Os comunicadores realizam julgamentos do que vão noticiar guiados por enquadramentos que organizam seus sistemas de crenças. Os textos contêm enquadramentos manifestados pela presença ou pela ausência de certas palavras-chave, frases feitas, imagens estereotipadas, fontes de informação e sentenças que atuam tematicamente reforçando conjuntos de fatos ou julgamentos. Já os enquadramentos que guiam o pensamento e a conclusão do receptor podem ou não refletir aqueles do texto e do comunicador. A cultura, por sua vez, é a fonte

principal dos enquadramentos comumente utilizados, pois já apresenta um estoque de idéias “prontas”, o que facilita o entendimento do receptor. Uma simples frase, palavra ou imagem pode disparar uma teia de impressões associadas.

Em nossa pesquisa, focamos um único locus do enquadramento – o texto (em sentido amplo). Logicamente, também utilizamos outro *locus*, a cultura, uma vez que analisamos o texto (em sentido estrito) e as imagens do JN, atentando sempre para os estereótipos (cuja fonte é a cultura) utilizados pelo comunicador.

É provável que o texto seja o *locus* com maior número de análises sobre enquadramento. Há várias pesquisas que tiveram como objetivo identificar os enquadramentos dados pela mídia a determinados assuntos.

Gitlin (1980) fez um importante estudo sobre a cobertura que a mídia americana deu ao *Student for a Democratic Society* (SDS), movimento da Nova Esquerda (*New Left*) americana que veio a público em 1965. Neste ano, o SDS organizou o maior protesto americano contra a Guerra do Vietnã. O autor, que fez parte do movimento, notou que havia diferenças na forma como ele percebia o SDS e como este era enquadrado pela mídia, que ressaltava a trivialização, a polarização, as disputas internas, a marginalização, a presença de comunistas etc., em detrimento das propostas do grupo (PORTO, 2004).

A política externa americana tem sido bastante estudada por Entman com base no enfoque teórico do enquadramento. Uma de suas pesquisas comparou a cobertura da mídia americana de dois acidentes aéreos: no primeiro, em 1983, um jato militar soviético abateu um avião de passageiros coreano, resultando em 269 mortos; no segundo, um navio da marinha americana derrubou um avião iraniano, matando 290 pessoas. Em ambos os casos, oficiais militares confundiram um avião de passageiros com um alvo militar e os militares alegaram que as circunstâncias justificavam o abate. Porém, enquanto para o acidente com avião coreano a mídia enfatizou a bancarrota moral da nação culpada (a Rússia), no ataque americano ao avião iraniano a cobertura deu menos ênfase ao julgamento moral e focou nos complexos problemas envolvidos ao se operar a alta tecnologia militar (ENTMAN, 1991).

O autor mostrou ainda que a mídia americana dedicou muito mais espaço ao incidente envolvendo o avião coreano do que ao que envolvia o avião iraniano, mesmo este último tendo sido derrubado pela marinha americana. Entman diz que dar maior ou menor proeminência a determinados elementos da realidade pode aumentar ou diminuir a importância do evento na consciência do público e, no extremo, pode até torná-lo politicamente irrelevante (1991, p. 9-10).

Um dos métodos utilizados pelo autor para identificar os diferentes *frames* desta cobertura foi a análise dos títulos das matérias. No nosso caso, apesar de não haver exatamente títulos, pois são matérias de televisão, há as chamadas, que cumprem função semelhante.

Entman mostra ainda que, durante um longo período, a cobertura da mídia para as políticas externa e de defesa americanas foi enquadrada pelo pensamento da Guerra Fria. Assim, o problema era a agressão comunista e a intenção de conquistar o mundo; a causa era uma ideologia combinando ateísmo com um regime ditatorial insensível; a solução era a vigilância constante e o esforço nas frentes ideológico, diplomático, econômico e militar; e a avaliação tendia para a condenação moral do lado comunista e para a idealização do “mundo livre” dos aliados. Assim, o consenso formado pelas elites americanas em relação à condução da política externa era reproduzido pelos jornais, que enquadrava a maioria dos eventos externos de forma a associá-los à Guerra Fria, o que ajudou bastante os presidentes americanos da época a justificar algumas intromissões em outros países (ENTMAN, 2004, p. 95).

Recentemente, George W. Bush tentou uma reedição do enquadramento bipolar ao classificar sua cruzada contra o terrorismo como uma luta do bem contra o mal. Callaghan e Schnell (2005, p. 2) apontam que, com os atentados de 11 de setembro, o enquadramento “Guerra ao Terrorismo” emergiu e passou a dominar a política americana. Este *framing* permitiu às elites influenciarem no debate público sobre uma série de questões da política doméstica (como segurança aeroportuária, imigração, tribunais militares, controle de armas etc.), sugerir outras soluções para o terrorismo (como bombardear o Afeganistão e invadir o Iraque) e justificar as decisões da política externa americana.

A ênfase no enquadramento oficial, no entanto, geralmente é quebrada ao passo em que se rompe o consenso entre as elites (HALLIN, 1994; GITLIN, 1980). Uma pesquisa sobre a cobertura feita pela mídia americana da intervenção dos Estados Unidos na guerra civil em El Salvador, nos anos 80, mostrou que a mídia, no início, seguiu o enquadramento bipolar dado pelo governo: aquela era uma luta da democracia versus o comunismo, assim como a Guerra Fria. Mas, com a fragmentação do consenso a respeito da ideologia da Guerra Fria entre as elites, os noticiários foram apresentando outros enquadramentos e mostrando que aquela era uma entre várias posições políticas. No entanto, mesmo com uma maior pluralidade de enquadramentos, ainda assim a mídia dava maior espaço ao enquadramento do governo (HALLIN, 1994). Em nosso estudo, tentamos identificar se o mesmo ocorre na cobertura econômica no Brasil: se há uma maior pluralidade de enquadramentos quando há situações de dissenso entre as elites.

No Brasil, também há alguns estudos que têm como objetivo identificar enquadramentos dados pela mídia. Porto, Vasconcelos e Bastos (2004) analisaram a cobertura dada pelo JN à campanha para as eleições presidenciais de 2002. Eles verificaram que o telejornal apresentou grande número de matérias (45,7%) de forma descritiva, sem nenhum enquadramento específico, mas também houve número significativo de matérias (35,5%) que apresentaram questões substantivas do programa dos candidatos.

No que diz respeito ao assunto de nossa pesquisa – a economia – o estudo traz conclusões interessantes. O assunto economia foi privilegiado nos quatro meses anteriores ao primeiro turno das eleições (o período de análise). No entanto, quase 75% das notícias econômicas apresentaram enquadramento restrito, com uma única linha de interpretação. Dentre essas matérias com enquadramento restrito, grande parte teve fontes oficiais em suas sonorais (28,2%). Ao somar o número de sonorais das fontes oficiais do governo, do candidato do governo (José Serra) e dos especialistas (que geralmente davam apoio à interpretação de Serra), os autores verificaram que metade (50,3%) das matérias restritas sobre economia tendia a privilegiar as interpretações do governo e de seu candidato.

É importante salientar que as matérias sobre economia com sonorais de fontes oficiais e/ou de especialistas no assunto geralmente davam sustentação às interpretações do candidato José Serra. As

matérias especiais sobre a evolução da economia na década de 1990 e sobre o Plano Real justificaram a política macroeconômica de juros altos e de câmbio sobrevalorizado adotada pelo governo Fernando Henrique (no caso do câmbio, até janeiro de 1999) como mecanismo indispensável para o controle da inflação e o processo mais amplo de estabilização da economia (PORTO, VASCONCELOS e BASTOS, 2004, p. 79).

O estudo mostra que, apesar disso, o JN também abriu espaço em suas controvérsias sobre a economia para interpretações alternativas. Os três principais opositores de Serra (Lula, Garotinho e Ciro), junto com seus representantes, tiveram 29% das sonoridades nessas matérias econômicas restritas.

Vale lembrar que, na época, o Brasil vivia um princípio de crise econômica, com o preço do dólar aumentando em relação ao Real, o risco-país também crescendo, num sinal de desconfiança internacional, investimentos externos diminuindo e inflação retornando com vigor. Esse era, portanto, um dos assuntos de destaque na agenda de discussão econômica. Os autores mostram que José Serra, candidato do governo, enquadrava a crise como resultado das “incertezas eleitorais”, sugerindo que as reações do mercado financeiro estavam relacionadas ao receio de que o próximo presidente fosse mais hostil aos seus interesses. Já os candidatos da oposição procuravam enquadrar o nervosismo do mercado como incertezas em relação à capacidade do país de honrar seus compromissos, em função do grande déficit público, que teria aumentado aceleradamente por conta da política econômica do governo Fernando Henrique.

O interessante é que o privilégio do enquadramento oficial terminou por influenciar os próprios candidatos, cumprindo papel significativo no processo eleitoral:

O pequeno espaço reservado à apresentação de soluções alternativas para a crise de confiança dos investidores na economia brasileira contribuiu para impor um cenário em que os candidatos de oposição tiveram que se comprometer a preservar aspectos importantes da política macroeconômica do governo Fernando Henrique. Segundo o enquadramento interpretativo que predominou na cobertura do tema pelo Jornal Nacional, a manutenção desta política seria fundamental para acalmar os ânimos do mercado e manter a estabilidade da economia (PORTO, VASCONCELOS e BASTOS, 2004, p. 88).

Os autores destacam ainda que os resultados de sua análise sugerem que parte das razões do êxito eleitoral de Lula deve-se à capacidade dele de apresentar uma interpretação crítica da economia nacional, responsabilizando o governo Fernando Henrique pelas dificuldades econômicas que foram tema constante no noticiário, bem como apontando a necessidade de adoção de uma política econômica que gerasse crescimento. Já os outros candidatos centraram suas propostas econômicas sobre salário e emprego, dando menos atenção às controvérsias sobre política econômica que dominavam a agenda do JN. Enquanto isso, Lula passou a constituir uma alternativa de mudança segura, que não desafiava um aspecto central do enquadramento predominante na cobertura do JN: a necessidade da manutenção das linhas gerais da política macroeconômica do governo Fernando Henrique (PORTO, VASCONCELOS e BASTOS, 2004, p. 88-89).

No estudo já citado de Leandro Colling (2000), ele verificou que a crise econômica foi enquadrada pelo JN como tendo causas externas ao país, como queda nas bolsas de valores de outros países, ataque à moeda venezuelana, possibilidade de *impeachment* de Clinton etc. No entanto, quando noticiava crises econômicas em outros países, o JN criticava seus governos. Ao tratar, por exemplo, da crise no Japão, o JN citou como causas “a moeda supervalorizada, o aumento exagerado de impostos, os governos incompetentes e a falta de fiscalização sobre o sistema financeiro” (p. 51). Enfim, de forma geral, o JN interpretava que a crise brasileira era apenas reflexo de uma crise internacional, cujos atores eram os etéreos “mercado” e “investidores internacionais”, e que o problema não era político e sim econômico (mais uma vez, tentando dissociar política e economia).

Outro tema de interesse econômico analisado por Colling (2000) foi a privatização da Telebras. Ele verificou que o JN deu pouquíssimo espaço para o tema, apesar de esta ter sido uma das maiores privatizações do mundo. Além disso, o telejornal não deu espaço para o debate que acontecia na oposição, que questionava o preço da venda da estatal. Por outro lado, o telejornal enfatizou as mudanças positivas que aconteceriam após a venda, como o melhor atendimento à demanda por linhas telefônicas. Guazina (2001) concluiu que o JN deu pouca importância à privatização. Ela defendeu que isso fazia parte de um movimento maior de banalização da notícia política pelo JN naquela época.

As matérias sobre emprego e desemprego também foram analisadas por Colling e por Guazina. Colling (2000, p. 70) mostra que o JN também deu pouca importância ao tema, apesar de, na época, o desemprego estar em seu maior patamar em relação aos 14 anos anteriores. E, quando abordou o tema, o telejornal apontou como causas do desemprego a baixa qualificação, a baixa capacidade de adequação dos desempregados e a excessiva quantidade de benefícios trabalhistas. O governo nunca aparece como sendo responsável, pois o desemprego, como disse Fernando Henrique, não acontece só no Brasil, mas mesmo assim o governo anuncia pacotes que poderiam amenizar a situação. Guazina (2001, p. 90) também verificou que o desemprego foi enquadrado de forma predominantemente oficial, por meio: 1) de omissões da divulgação de índices de desemprego desfavoráveis ao governo e do lançamento de propostas alternativas de combate ao problema; 2) de ênfase nos benefícios das propostas do governo e de atribuição de causas externas ao problema; e 3) da associação da principal manifestação contra o desemprego com a violência e a baderna.

5. A influência dos enquadramentos sobre as pessoas

Como vimos há pouco, há pelo menos quatro localizações do *framing* no processo de comunicação: no comunicador, no texto, no receptor e na cultura. Já discorremos sobre o *framing* no texto. Agora falaremos um pouco sobre o *framing* no receptor. Mesmo que esse *locus* não faça parte da nossa análise, consideramos importante explicá-lo, pois ele responde a uma questão fundamental: como os enquadramentos atuam sobre as pessoas?

Entman (2004, p. 7) nos oferece uma boa explicação. Ele chama de esquemas (*schemas*) o conjunto de idéias e sentimentos que as pessoas têm armazenado em sua mente, na forma de nós conectados uns com os outros. Esses esquemas nos guiam no processamento das informações, ou seja, eles têm papel fundamental na maneira como interpretamos e damos sentido aos novos fatos relacionados com a idéia inicial. Por exemplo, ao vermos uma imagem do ex-presidente Fernando Collor, nos vem à mente uma teia de imagens (a saída dele do palácio do Planalto, PC Farias, a casa da Dinda, o Congresso votando seu afastamento, os cara-pintadas),

uma teia de julgamentos morais (Collor era corrupto, PC Farias roubou), uma teia de sentimentos (de indignação diante da pessoa que rouba e fica impune) etc. Dessa forma, essa teia de pensamentos que surgem guiará nossas interpretações quando ouvirmos falar de Collor, de forma que há grande probabilidade de a maioria dos brasileiros associar, de maneira consciente ou inconsciente, Collor a um certo sentimento negativo. Nas eleições de 2002, opositores do candidato a presidente Ciro Gomes tentaram associar a imagem dele à de Collor, com intenção de ativar toda essa teia carregada de sentidos negativos nas pessoas.

Uma vez que o esquema esteja armazenado na memória de longo-prazo, todas as informações relacionadas a uma das idéias do esquema têm o potencial de trazer à memória de trabalho sentimentos e conceitos associados da rede de conhecimento. Para Lodge e Stroh (1993, p. 248, apud ENTMAN, 2004, p. 7), esse processo de trazer à tona pensamentos e sentimentos funciona através do mecanismo da “ativação por propagação” (*spreading activation*). A teoria da ativação por propagação ressalta a importância da ordem na qual a informação é apresentada. Os primeiros estímulos advindos de novos eventos geralmente têm primazia, uma vez que a ativação se propaga a partir da idéia inicial. Seria a explicação científica para o ditado “a primeira impressão é a que fica”. Assim, podemos entender por que os líderes políticos se preocupam, como fez o presidente Bush após o 11 de setembro, em impor seu próprio enquadramento a um evento assim desde o seu início. Um enquadramento dominante nas primeiras coberturas noticiosas de um evento pode ativar e propagar pensamentos e sentimentos congruentes nas redes de conhecimento dos indivíduos, construindo um novo esquema do evento que guiará as respostas aos estímulos futuros (ENTMAN, 2004, p. 7).

Depois da explicação da influência do *frame* do ponto de vista individual, Entman explica como os *frames* de eventos políticos se propagam pela sociedade. Para isso, ele propõe o modelo da “Ativação em Cascata” (*Cascading Activation*). Segundo esse modelo, baseado na lógica política dos Estados Unidos, a interpretação da alta administração (presidente, ministros) vai “saltando” de patamar em patamar (outras elites, mídia, enquadramento nas notícias) até chegar ao público. Para que esse enquadramento seja aceito pelos atores envolvidos em cada

patamar e seja propagado para os atores do patamar seguinte há algumas premissas (têm que ser culturalmente congruentes, tem que despertar motivações etc.).

Gostaríamos de ressaltar que Entman não entende que o público aceita de forma passiva os enquadramentos impostos pela mídia. Isso porque um determinado *frame* pode ir de encontro aos esquemas já estabelecidos em determinados indivíduos, fazendo com que ele não aceite essa interpretação. Os enquadramentos, então, nunca têm um efeito universal.

Além disso, os enquadramentos não devem ser vistos somente como um instrumento de poder para que as elites propaguem seu discurso. Como já vimos, Gitlin (1980) defende que os enquadramentos ajudam os jornalistas e as pessoas em geral a fazerem sentido da realidade. Kinder e Nelson (2005, p. 103) dizem que os enquadramentos têm uma “vida dupla”: de um lado, são armas retóricas criadas e afiadas pelas elites para avançar em suas posições políticas e, mais freqüentemente, utilizadas pelos jornalistas para contar sucintamente e de forma congruente a essência de um evento; ao mesmo tempo, são “estruturas cognitivas que ajudam os cidadãos a fazer sentido da política” (SHEUFELE, 2000, apud KINDER e NELSON, 2005, p. 103). Segundo os dois autores, os enquadramentos são fundamentais para organizar os sentidos que as pessoas fazem da política e, portanto, para poder atuar politicamente. A opinião pública depende de uma maneira sistemática e inteligível de como e, especialmente, “se” as questões são enquadradas no debate democrático. Eles observam que, quando as elites falham em sua função de prover os cidadãos com enquadramentos que possam ajudar no seu entendimento, a opinião pública se deteriora.

Porto (2003a) também entende que os enquadramentos têm papel importante na democracia, pois funcionariam como “atalhos cognitivos” para a tomada racional de decisões mesmo para as pessoas com baixo nível de informação. O autor recorre a Anthony Downs para explicar que a busca por informação traz custos altos (em tempo, atenção, esforço etc.) para benefícios nem sempre evidentes. Para tomar decisões racionais, então, os eleitores utilizam atalhos na busca por informação como, por exemplo, a identificação com um partido político ou a adoção de uma ideologia substituindo a necessidade de buscar informações mais detalhadas sobre

os partidos e candidatos. Porto mostra ainda que outros autores, como Ferejohn e Kuklinski, Sniderman, Popkin, Lupia e McCubbins, se basearam em Downs e em outras fontes para desenvolver a noção de “heurísticas”: regras simples que funcionam como atalhos no raciocínio das pessoas e que permitem aos cidadãos compensar a falta de informação para tomar decisões coerentes e racionais. Esse é o modelo “Cidadão racional”, criado em oposição ao modelo “Cidadão ignorante”, cujos autores acreditavam não ser possível que pessoas pouco informadas tomassem decisões políticas coerentes.

Após criticar os dois modelos, Porto propõe o modelo “cidadão interpretante” como forma de explicar em que situações a tomada de decisão racional é possível:

Cidadãos com baixos níveis de informação podem tomar decisões coerentes, mas apenas quando o debate público está relativamente aberto a um amplo leque de interpretações sobre a realidade política. Pode existir informação abundante na esfera pública sobre um determinado tema político importante, mas se existe um leque restrito de interpretações sobre este tema nas estruturas políticas e comunicacionais, a deliberação política é restringida de forma perigosa. Por outro lado, se existe uma pluralidade mais ampla de enquadramentos interpretativos na esfera pública, e particularmente na mídia, mesmo cidadãos com baixos níveis de informação podem ter acesso a atalhos que permitem a eles ou elas desenvolver opiniões coerentes sobre assuntos públicos (PORTO, 2003a, p. 88).

Mas, finalmente, qual a influência que os enquadramentos da mídia tem sobre as pessoas? Elas influenciam a tomada de decisão? Porto diz que sim. Com base nos resultados de sua pesquisa sobre a recepção da novela Terra Nostra, da Globo, ele indica que as telenovelas cumprem um importante “papel de orientação” para sua audiência, apresentando enquadramentos que são freqüentemente incorporados na discussão dos temas políticos. Os resultados do mesmo estudo sugerem que, quando as novelas apresentam um tratamento restrito, com um único enquadramento, elas contribuem para restringir o leque de interpretações disponíveis para a audiência fazer sentido de temas e eventos políticos (PORTO, 2003b).

As influências que os enquadramentos exercem, no entanto, variam de pessoa para pessoa e de assunto para assunto. Em uma pesquisa em que o autor estimulava o debate sobre temas como energia nuclear e o conflito árabe-israelense,

Gamson (1999) observou que os grupos utilizam três tipos de estratégias na discussão, sendo que cada estratégia está associada a um nível de influência dos enquadramentos: 1) Cultural: as discussões davam credibilidade ao discurso da mídia e à experiência popular no enquadramento dos assuntos, mas não integrava o conhecimento empírico para dar suporte a esses enquadramentos; 2) Pessoal: as discussões davam credibilidade ao conhecimento empírico e à sabedoria popular no enquadramento dos assuntos, mas não recorria ao discurso da mídia para dar suporte a esses enquadramentos; e 3) Integrado: essas discussões davam credibilidade a todas as combinações de recursos, juntando o discurso da mídia e o conhecimento empírico.

Essa influência, no entanto, não depende só das estratégias utilizadas na discussão dos temas enquadrados. Há um outro lado, o da produção da notícia, que exerce grande influência sobre como os enquadramentos serão apropriados. Além da pluralidade de enquadramentos, outros fatores podem garantir a consistência nas decisões políticas dos que têm pouca informação: 1) não pode existir uma grande quantidade de interpretações, pois isso diminui a possibilidade de comparação entre os vários enquadramentos; 2) essas interpretações devem apresentar diferenças notáveis entre si; 3) essas interpretações devem ter como base temas relevantes para a maioria das pessoas; 4) essas interpretações também devem ser apresentadas segundo a ótica dos mais desprovidos de informação (PORTO, 2003a).

6. Pluralidade de enquadramentos

É bastante provável que os resultados da pesquisa de Porto (2003b), em que as pessoas apresentavam menor quantidade de interpretações de eventos políticos ao serem estimuladas com cenas de novela com um único enquadramento, possam ser transpostos para o jornalismo sem grandes problemas. Assim, é bem possível que, ao assistirem o JN, as pessoas restrinjam seu leque de interpretações quando se deparam com matérias que apresentam um único enquadramento. Lembramos que esse efeito não é imediato, não é de curto prazo, e sim cumulativo. Ou seja, se por várias vezes aparece no telejornal que os juroso estão altos para manter a

inflação baixa, é bem possível que a maioria das pessoas passe a utilizar esse mesmo argumento para justificar os juros altos. No entanto, se o telejornal passa a mostrar também outro enquadramento, como o de que os juros devem cair para haver maior crescimento do PIB, as pessoas não irão mais interpretar a questão “juros altos” de maneira tão restrita quanto antes.

Em seu “modelo das controvérsias interpretativas”, Porto propõe uma “classificação dos formatos dos segmentos do conteúdo da mídia para identificar o processo pelo qual determinados enquadramentos interpretativos predominam nas controvérsias desenvolvidas pelos meios de comunicação” (2004, p. 70). No caso dos telejornais, ele propõe a seguinte classificação:

- 1) Restrito – um único enquadramento é apresentado;
- 2) Plural-fechado – mais de um enquadramento é apresentado, porém um deles é ressaltado como o mais válido;
- 3) Plural-aberto: mais de um enquadramento é apresentado, mas todos são tratados de modo mais ou menos semelhante, em que nenhum é preferido ao outro;
- 4) Episódico: quando nenhum enquadramento é apresentado e o segmento tem um tom mais descritivo.

Utilizamos, em nossa análise, essa categorização com o objetivo de verificar o nível de pluralidade de enquadramentos das matérias do JN. Nossa hipótese é que a maior parte dos enquadramentos são restritos. Caso realmente se confirme, entendemos que essa restrição de interpretações disponíveis é um risco, do ponto de vista da democracia, pois afasta ainda mais o cidadão do debate que já lhe é posto como sendo aberto só aos competentes no assunto.

Depois de definirmos nosso escopo teórico, apresentaremos a metodologia que utilizamos em nossa pesquisa: qual o universo de nossa pesquisa, como selecionamos a nossa amostra e quais os critérios utilizados na categorização das matérias do JN. Também explicaremos como analisamos os textos e as imagens das matérias sobre economia para encontrar os enquadramentos, utilizando como contraponto notícias da Folha de S. Paulo.

Cap. 3 – Metodologia

1. Delimitação do universo

Em nossa pesquisa, utilizamos matérias do Jornal Nacional (JN), veiculadas entre janeiro de 2003 e outubro de 2006 que abordaram assuntos relacionados à economia. O período corresponde à quase totalidade do primeiro governo Lula. Optamos por não incluir os dois últimos meses de 2006 para que evitar atrasos em nosso cronograma. Dentro desse universo, tivemos como amostra uma edição do JN por mês. Em cada uma das edições selecionadas, analisamos todas as reportagens, notas ou comentários sobre economia.

É importante deixar claro que nossa pesquisa teve como foco a identificação dos enquadramentos dos assuntos relacionados à economia. Não era nossa proposta analisar a fundo o agendamento e o silenciamento desses assuntos pelo JN. No entanto, como a hipótese de *Agenda-Setting* e a teoria da Espiral do Silêncio têm certa proximidade com o enquadramento e como a seleção das matérias necessariamente envolvia um pouco de agendamento, passamos tangencialmente por esses enfoques teóricos.

2. Seleção da amostra

As matérias analisadas foram escolhidas pela técnica da “semana composta” em que um dia em cada semana corresponderia a um dia de uma semana construída (BUDD et alii, 1967; p. 25-28; HANSEN et alii, 1998, p. 101-04, apud GUAZINA, 2001, p. 35-36). No entanto, como o recorte temporal é grande, em vez de usarmos um dia de cada semana utilizamos um dia da semana por mês. Ou seja, montamos um mês construído a partir de semanas compostas. Para facilitar o entendimento, vamos detalhar. No primeiro mês de análise (jan/03), selecionamos a primeira segunda-feira; no segundo (fev/03), selecionamos a primeira terça-feira, e

assim sucessivamente. Dessa forma, tivemos praticamente dois meses construídos com as matérias dos quatro anos. Essa técnica gerou o seguinte calendário ideal:

Quadro 6 – Calendário ideal de análise

1º mês construído				2º mês construído			
2003		2004		2005		2006	
Data	Dia	Data	Dia	Data	Dia	Data	Dia
6/1	1ª Seg	19/1	3ª Seg	3/1	1ª Seg	16/1	3ª Seg
4/2	1ª Ter	17/2	3ª Ter	1/2	1ª Ter	21/2	3ª Ter
5/3	1ª Qua	17/3	3ª Qua	2/3	1ª Qua	15/3	3ª Qua
3/4	1ª Qui	15/4	3ª Qui	7/4	1ª Qui	20/4	3ª Qui
2/5	1ª Sex	21/5	3ª Sex	6/5	1ª Sex	19/5	3ª Sex
7/6	1º Sáb	19/6	3º Sáb	4/6	1º Sáb	17/6	3º Sáb
7/7	2ª Seg	26/7	4ª Seg	11/7	2ª Seg	24/7	4ª Seg
12/8	2ª Ter	24/8	4ª Ter	8/8	2ª Ter	22/8	4ª Ter
10/9	2ª Qua	22/9	4ª Qua	14/9	2ª Qua	27/9	4ª Qua
9/10	2ª Qui	28/10	4ª Qui	13/10	2ª Qui	26/10	4ª Qui
14/11	2ª Sex	26/11	4ª Sex	11/11	2ª Sex		
13/12	2º Sáb	25/12	4º Sáb	10/12	2º Sáb		

Porém, não foi possível seguir à risca esse calendário. Ao copiarmos as edições do JN, gravadas pelo Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política (Nemp), verificamos que havia alguns dias sem gravação ou com fitas um pouco deterioradas. Dessa forma, quando não havia a gravação da data selecionada, optamos por uma data próxima, sempre tentando manter o equilíbrio entre a quantidade de dias da semana (mesma quantidade de segundas-feiras, de terças-feiras etc.). Com isso, desconsideramos o calendário anterior e construímos o seguinte calendário real:

Quadro 7 – Calendário real de análise

Quadro 7 – Calendário real de análise

1º mês construído				2º mês construído			
2003		2004		2005		2006	
Data	Dia	Data	Dia	Data	Dia	Data	Dia
6/1	1ª Seg	19/1	3ª Seg	18/1*	3ª Ter	18/1	3ª Seg
4/2	1ª Ter	17/2	3ª Ter	1/2	1ª Ter	21/2	3ª Ter
6/3*	1ª Qui	17/3	3ª Qua	5/3*	1º Sáb	15/3	3ª Qua
4/4*	1ª Sex	23/4	4ª Sex	6/4*	1ª Qua	20/4	3ª Qui
2/5	1ª Sex	21/5*	3ª Sex	2/5*	1ª Seg	19/5	3ª Sex
7/6	1º Sáb	19/6	3º Sáb	28/6*	4º Sáb	17/6	3º Sáb
7/7	2ª Seg	26/7	4ª Seg	30/7*	5º Sáb	24/7	4ª Seg
13/8*	2ª Qua	26/8*	4ª Qui	15/8*	3ª Seg	22/8	4ª Ter
10/8	2ª Qua	16/9*	3ª Qui	14/9	2ª Qua	27/9	4ª Qua
9/10	2ª Qui	28/10	4ª Qui	13/10	2ª Qui	26/10	4ª Qui
14/11	2ª Sex	29/11*	5ª Seg	11/11	2ª Sex		
13/12	2º Sáb	24/12*	4º Sex	3/12*	1º Sáb		

*Datas que sofreram alterações em relação ao calendário ideal. As datas em negrito correspondem aos dias em que a análise foi feita só pelos textos do JN, pois não havia imagens disponíveis.

Lembramos que a intenção, ao usar o mês construído a partir de semanas compostas, foi afastar o máximo a subjetividade na escolha das matérias, bem como tentar representar na amostra, de forma equivalente, os seis dias da semana em que o JN é exibido (já que características das edições podem variar de acordo com o dia da semana) e os dias do mês. Estes influenciam no agendamento e provavelmente no enquadramento dos temas, uma vez que alguns índices, oficiais ou não (de inflação, de taxa de juros, de desemprego), geralmente têm um período certo de divulgação (no início do mês, todo dia 15 etc.).

Inicialmente, havíamos pensado em selecionar as matérias veiculadas no próprio dia e no dia posterior à divulgação desses índices, mas desistimos porque essas matérias poderiam não representar bem o universo do JN. Isso porque o fato de determinada fonte pautar a divulgação da taxa já poderia influenciar, de alguma forma, o enquadramento das matérias. Assim, na divulgação da meta da taxa Selic, por exemplo, como é o governo que pauta (por meio do Banco Central), é mais provável que ele seja fonte principal e isso poderia tender a um enquadramento mais oficial. Distribuindo os dias durante o mês, poderemos analisar também matérias desse assunto não pautadas pelo governo, tornando a amostra mais representativa.

3. Categorização

Definidas as datas que compõem nossa amostra, partimos para a análise de cada edição do JN. O objetivo era decompor cada edição em matérias para encontrar as que tratassem de economia. Aproveitamos o contato com essa amostra e categorizamos as matérias segundo alguns critérios. Em cerca de metade das matérias, a categorização foi feita somente a partir do título presente no site do JN (que algumas vezes coincide com a escalada, parte antes de iniciar o telejornal em que os apresentadores dão um resumo da edição em frases rápidas, ou com a chamada, momento em que o apresentador “chama”, anuncia a matéria para ela entrar no ar). Nos casos em que a chamada não era tão explícita, lemos o texto das matérias, também no *site* do JN. Algumas poucas matérias não se encontravam no *site* do telejornal e foram posteriormente adicionadas à planilha e categorizadas.

Partimos da categorização utilizada por Guazina (2001), que incluía gêneros jornalísticos e temas das matérias. Incluímos também um campo denominado assunto, uma subdivisão do tema. Depois de uma primeira fase, em que categorizamos 15 edições do JN (306 matérias), notamos algumas tendências que não estavam atendidas pelas categorias iniciais. Essa divergência já era esperada, uma vez que nossos trabalhos envolvem períodos de análise e objetivos diferentes. Assim, acrescentamos novas categorias de tema e de assunto, eliminamos outras, criamos uma nova classificação (se nacional ou internacional) e revisamos as matérias que já haviam sido categorizadas para adequá-las às mudanças.

A escalada, as charges e a previsão do tempo não foram categorizadas nem consideradas na análise dos enquadramentos. A decomposição das 46 edições do JN resultou em 1.049 matérias, das quais 1.017 foram categorizadas.

Adotamos, então, as seguintes categorizações:

a) Origem:

Essa categorização não foi prevista inicialmente. Depois de notarmos que havia muitas matérias internacionais, criamos uma categoria “Internacional” dentro da categorização de temas (política, economia etc.). Mas logo verificamos que muitas das matérias que levariam esse rótulo também caberiam em outros, como Ciência, Saúde, *Fait Divers*, Religião. Por isso, decidimos não fazer disso uma categoria a mais dentro dos temas, mas abrir uma nova categorização. Para isso, utilizamos os seguintes critérios:

Nacional (N): Matérias sobre acontecimentos no nosso país ou cujos assuntos tinham explícita ligação com o Brasil. Mesmo matérias que têm outro país como palco ou que têm estrangeiros como fonte podem ser “nacionais”. Exemplo: “Brasileira de 29 anos é encontrada morta no sudeste da Espanha”.

Internacional (I): Matérias sobre acontecimentos fora do Brasil sem ligação explícita com nosso país. Exemplo: “Novo inimigo de George Bush é o desemprego nos Estados Unidos”.

b) Gênero jornalístico:

Gostaríamos de delimitar o conceito de matéria para que não se confunda com o de reportagem, apresentado adiante. Matéria é tudo o que é publicado por um jornal, revista, radiojornal ou telejornal, incluindo textos e ilustrações (visuais ou sonoras). Pode ser qualquer notícia, artigo, crônica, nota etc. (Rabaça e Barbosa, 2001, p.474). Assim, quando falamos em “matéria” nos referimos de forma genérica a qualquer um dos gêneros jornalísticos abaixo, utilizados em nossa categorização.

Reportagem (RE): Matéria realizada e narrada por um repórter, geralmente composta de *offs* (voz do repórter coberta por imagens), sonoras (entrevistas) e passagem (fala e imagem do repórter). Para distinguir das notas, consideramos reportagem qualquer matéria que não seja narrada pelos âncoras (geralmente William Bonner e Fátima Bernardes) e que não se encaixe nas demais categorias.

Nota coberta (NC): Matéria lida pelos âncoras ao mesmo tempo que são apresentadas imagens do assunto. São bem mais curtas que as reportagens.

Nota pelada (NP): Matéria lida pelos âncoras sem cobertura de imagens. A câmera mostra todo o tempo o âncora falando.

Charge (CG): Ilustrações rápidas e concisas, deliberadamente opinativas, com o objetivo da crítica humorística de um fato, geralmente político. Na TV, apresenta linguagem visual semelhante à do desenho animado.

Editorial (ED): Quando um âncora ou editorialista apresenta, em nome da empresa, a posição da Globo sobre determinado assunto.

Entrevista (EN): Quando um âncora ou repórter realiza entrevista ao vivo ou gravada.

Comentário (CO): Quando um comentarista tece considerações claramente opinativas sobre algum fato veiculado em matéria anterior. No JN, geralmente os comentários são feitos por Arnaldo Jabor.

c) Tema:

Como dissemos, para os temas, utilizamos inicialmente as categorias definidas por Guazina (2001). Como a pesquisadora também tinha o JN como objeto e como ela também contabilizou o tempo das matérias por temas, imaginamos que não haveria muita diferença entre os temas abordados pelo JN. Ainda na fase de classificar cada matéria notamos nosso engano. Alguns temas não previstos mostraram presença significativa no jornal e, por isso, criamos novas categorias (como Conflito Internacional, bastante recorrente, e Religião). O tema meio ambiente também teve seu pequeno espaço no JN e por isso decidimos juntá-lo ao tema Ciência. Já o tema Social foi criado não por ter espaço significativo, mas justamente por este ser pequeno. Ou seja, como ele não apareceu o tanto que julgávamos necessário, optamos por mensurar. Dois temas inicialmente previstos – Interesse Humano e Comportamento – quase não apareceram e, por isso, suas matérias foram classificadas como “Outros”.

Acreditamos que as diferenças entre as duas pesquisas se devam basicamente a dois motivos: 1) diferenças de julgamento, uma vez que esta categorização envolve algum grau de subjetividade; 2) a banalização do JN, atestada por Guazina no período pesquisado (março a agosto de 1998), decresceu. Pensamos ser este último o motivo principal.

Durante a classificação, nos deparamos com várias “zonas de sombra”, em que uma matéria poderia ser dupla ou até triplamente tematizada. Isso porque, numa única matéria, há vários temas que são abordados. Dessa forma, adotamos alguns critérios: 1) as matérias que tratassem de modo explícito e majoritário de um tema, seria classificado sob este tema. Classificamos a maioria dessas matérias apenas pelo título presente no *site* do JN; 2) para as matérias em que não fosse tão fácil identificar um tema que se sobressaísse, lemos o texto e procuramos identificar o tema principal; 3) matérias que fizessem parte de um assunto guarda-chuva (por exemplo: Guerra do Iraque) só seriam classificadas em outro tema que não o do assunto (neste exemplo, Conflito Internacional), se não trouxesse nenhuma referência explícita a ele. Resolvemos adotar esse padrão porque, no JN, há muitas “submatérias”, ou seja, matérias mais específicas (ex: crianças iraquianas não têm onde estudar porque em Bagdá as escolas foram todas destruídas) exibidas logo depois de uma matéria mais geral (ex: conflito EUA-Iraque já deixou mil mortos).

Dessa forma, mesmo tratando sobre um tema social, essa matéria só tem esse sentido isoladamente. Como não se assiste um telejornal por matérias isoladas, essa matéria tem seu sentido definido principalmente pelo assunto principal (Guerra do Iraque). Utilizamos, então, as seguintes categorias:

Política (PO): Matérias sobre poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário, em todos os níveis (municipal, estadual e federal); ações do governo, também em todos os níveis; eleições; campanha e pesquisas eleitorais; ações de sindicatos e movimentos sociais; greves; mobilizações de entidades civis e categorias profissionais; ações dos partidos políticos e de políticos; declarações e viagens dos governantes ou dos opositoristas; a política dos bastidores; corrupção e desvios éticos por políticos etc.

Economia (EC): Matérias sobre indicadores econômicos (bolsa de valores, dólar, desemprego, inflação etc.), gastos do governo, déficit público, política cambial, juros, inadimplência, ações da equipe econômica do governo, pacotes econômicos, níveis de consumo e de vendas etc.

Crime, violência e segurança (CV): Matérias sobre violência (assaltos, homicídios); crimes, como furtos, tráfico de drogas, contrabando, exploração sexual, sonegação de impostos (quando se valorizava mais o lado do crime do que o econômico); e ações de investigação ou repressão direta ao crime e à violência, geralmente por parte da polícia. Casos de corrupção de políticos e de seus assessores foram classificados sob o tema Política.

Fait Divers (FD): Tudo o que se tratasse de fatos cotidianos, mas pouco esperados, como catástrofes naturais, acidentes, fatalidades, curiosidades.

Esportes (ES): Matérias sobre qualquer modalidade esportiva e também aquelas tratem de personalidades famosas do mundo do esporte.

Saúde (SA): Matérias que trataram de epidemias, aparecimentos ou tratamentos de doenças etc. As matérias sobre pesquisas científicas sobre doenças ou remédios foram classificadas como Ciência e Meio Ambiente.

Ciência e Meio Ambiente (CC): Tudo o que tratasse de conquistas da ciência, pesquisas e descobertas científicas, bem como as matérias que tivessem o meio ambiente como foco.

Cultura (CU): Matérias sobre qualquer atividade artística e cultural, relacionadas a shows, apresentações, mostras de artes etc. Matérias que tivessem foco em artistas também foram categorizadas como cultura.

Conflito Internacional (CI): Matérias sobre guerras (civis ou entre países), ameaças entre países ou dentro da nação, bem como suas conseqüências.

Social (SO): Matérias que tivessem foco na população mais excluída ou que necessita de maior amparo, como crianças, pobres, idosos etc.

Religião (RE): Matérias que tiveram como foco instituições religiosas e seus líderes, bem como suas ações, opiniões etc.

Outros (OU): Matérias que não se encaixaram em nenhum dos demais temas.

d) Assunto:

Essa é uma espécie de sub-categorização do tema. Somente as matérias que tratassem de economia foram categorizadas por assunto em sua totalidade. Algumas matérias de política e *Fait Divers* também foram categorizadas em assunto, mas sem a intenção de abranger todas as matérias e com objetivo de uso apenas em pesquisas posteriores.

Ao contrário das categorizações já vistas (origem, gênero jornalístico e tema), não tivemos nenhum ponto de partida para esta classificação. Simplesmente fomos identificando os assuntos dominantes nas matérias sobre economia e agrupando as matérias em possíveis categorias. Depois condensamos alguns assuntos por proximidade, o que resultou em 11 categorias. A intenção aqui foi agrupar matérias de assuntos semelhantes para a posterior análise de enquadramento.

Também ao contrário das outras categorizações, em que uma matéria só podia se encaixar em uma categoria, nesta categorização a matéria pôde receber mais de um rótulo. Resolvemos adotar esse critério porque um número significativo de matérias abordava, com pesos semelhantes, vários assuntos. É provável que isso seja resultado de uma característica da ciência econômica, em que uma variável quase nunca se explica sozinha, precisa sempre de outra para fazer sentido. Tivemos então as seguintes categorias:

Emprego e Desemprego: Matérias sobre taxas de desemprego, mercado de trabalho, procura por trabalho, vagas de trabalho, indicadores de atividades informais etc.

Exportação e Importação: Matérias sobre os efeitos do câmbio para a exportação e a importação, balança comercial, concorrência de produtos nacionais com importados, índices de exportação ou importação consolidados ou de um setor específico, divergência comerciais entre países, relações com a Organização Mundial do Comércio (OMC) etc.

Impostos: Matérias sobre níveis de arrecadação tributária, explicações sobre impostos, Reforma Tributária, guerra fiscal (disputa por empresas entre os estados), alta e baixa de impostos, informações aos contribuintes etc.

Produção e Venda: Matérias sobre baixa ou aumento de produção e de venda, crescimento e decréscimo de setores específicos, eventos para tentar incrementar vendas, resultados de produção e venda de produtos etc.

Juros: Matérias sobre meta da taxa Selic, juros bancários, cheque especial, atas do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom), juros sobre financiamentos etc.

Câmbio e bolsa de valores: Matérias sobre indicadores de câmbio entre dólar, euro e real, flutuações no mercado de câmbio, possibilidades de interferência no mercado de câmbio, compra de dólares por parte do BC, indicadores da bolsa de valores, altas e baixas nos pregões, valores negociados em bolsa, impactos externos na bolsa etc.

Inflação: Matérias sobre índices de inflação, metas de inflação, aumento ou baixa de preços de produtos etc.

Renda: Matérias sobre crescimento ou decréscimo da renda, indicadores de renda, salário mínimo, salários em geral, distribuição de renda etc.

Política Fiscal: Matérias sobre nível de gastos do governo, superávit primário (economia do governo para pagamento de juros da dívida) etc.

Consumo e Crédito: Matérias sobre aumento ou baixa no consumo, concessão de créditos, endividamento, inadimplência, efeitos de decisões

econômicas sobre o nível de consumo etc. Essa categoria difere de Produção e Vendas por esta última ter foco no vendedor, enquanto que, em Consumo e Crédito, o sujeito das matérias é o consumidor.

Avaliação e crédito internacional: Matérias sobre dívida externa, empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI), avaliação estrangeira sobre o Brasil (Risco-país) etc. Essas matérias diferem daquelas de Consumo e Crédito porque tratam do crédito concedido por organismos internacionais ao Brasil ou de bancos internacionais a empresas brasileiras, fatos relacionados à avaliação do país. A outra categoria foca no crédito dos bancos para os brasileiros.

4. Contagem do tempo

Após categorizarmos todas as matérias, contamos o tempo de cada uma delas. A maior parte desta etapa foi realizada por uma estudante de jornalismo. Consideramos o tempo de uma matéria composto por sua chamada (o anúncio da matéria por parte do apresentador, imediatamente antes da matéria), pela matéria em si e pela nota-pé (informação adicional passada pelo apresentador logo após a matéria, geralmente um dado numérico ou o desfecho do problema). Na maioria dos casos, só as reportagens têm nota-pé. A intenção principal desta contagem foi saber o tempo que o JN dedica ao tema Economia em relação aos demais temas.

Em 14% das matérias, por problemas técnicos (falta de gravações no período e fitas com problemas), não foi possível cronometrar o tempo. Porém, com base em uma amostra das outras matérias, calculamos a quantidade de palavras por segundo e, com isso, estimamos o tempo pela quantidade de palavras.

Além disso, aproveitamos para verificar a ordem de exibição das matérias, pois a ordem das matérias que aparece no *site* não corresponde à da televisão. Terminada esta etapa, obtivemos informações bastante interessantes sobre as edições do JN, uma espécie de mapa do telejornal nesse período de quatro anos.

5. Contraponto

Após a categorização, pudemos saber quais matérias tratavam de economia. Com base nelas, obtivemos pela Internet matérias do jornal Folha de S. Paulo (FSP) que trataram dos assuntos que seriam analisados, publicadas no dia posterior à matéria do JN. Por exemplo, se no primeiro mês do período de análise foi selecionada uma matéria sobre juros veiculada em 17/1/03, procuramos na FSP de 18/1/03 matérias sobre o assunto juros. O uso do dia posterior é porque a mídia impressa trabalha geralmente com atraso de um dia em relação à televisiva.

A intenção deste procedimento é que, antes de analisar cada matéria do JN, já tivéssemos noção de outras possibilidades de enquadramento do assunto tratado, o que nos ajudaria na identificação dos enquadramentos do JN por semelhança ou por contraste com os da FSP. Dessa forma, dando continuidade ao exemplo anterior, imediatamente antes de iniciarmos a análise da matéria do JN sobre juros, de 17/1/03, lemos o que a FSP publicou no dia posterior sobre o assunto.

Nossa idéia inicial era verificar enquadramentos alternativos em vários veículos, como revistas, jornais diários e outras publicações. Essa idéia, no entanto, se mostrou inviável pela quantidade de trabalho que seria necessário. Depois chegamos à conclusão que teríamos de utilizar, como contraponto, uma publicação diária, pois com publicações de periodicidade menor provavelmente não seria possível comparar notícias que tiveram foco em um único dia.

Pensamos também na possibilidade utilizar outro telejornal como contraponto. No entanto, é provável que a pesquisa terminasse mais próxima de um estudo comparativo entre dois telejornais, fugindo a nosso foco, o JN. Além disso, como nossa intenção era ter disponível maior quantidade de enquadramentos para podermos identificar os do JN por semelhança ou por contraste, o veículo escolhido como contraponto deveria ter grande número de notícias, o que não é o caso da televisão em geral.

Dessa forma, nossa opção se deu por um jornal impresso, com uma condição: teria que ser um jornal com abrangência nacional. As opções seriam O Globo, O Estado de S. Paulo, o Correio Braziliense e a FSP. O primeiro não poderia ser escolhido, pois, como é do mesmo grupo do JN, possui linha editorial semelhante. O

segundo e o terceiro foram preteridos por acreditarmos que possuem linha editorial mais próxima do JN do que o jornal pelo qual optamos, a FSP.

A utilização de matérias impressas como contraponto à análise do JN já foi utilizada em trabalhos semelhantes ao nosso por Leandro Colling (2000) e por Liziane Guazina (2001), com pequenas diferenças de metodologia e objetivos, e apresentou bons resultados.

6. Análise de texto e imagem

Depois de selecionadas as matérias do JN e identificados outros enquadramentos disponíveis ao público (na FSP), analisamos os enquadramentos de cada matéria. Nossa idéia era nos basearmos em trabalhos semelhantes, mas a maioria dos trabalhos sobre enquadramento é pouco clara sobre os métodos empregados. Assim, resolvemos mesclar métodos de dois autores com grande contribuição empírica e teórica sobre enquadramentos: Robert Entman e Daniel Hallin. Para a tarefa de verificar os enquadramentos de cada matéria, elaboramos uma ficha para verificação de enquadramento (ver anexo). A seguir, explicamos o procedimento utilizado, com destaque para os campos da ficha, em negrito.

Como já vimos no capítulo 3, Entman diz que os enquadramentos “diagnosticam, avaliam e prescrevem” (1993, p. 52). Em seu livro mais recente, o autor afirma que os objetos dos enquadramentos são os eventos, os atores e as conclusões contidas nas notícias. Ou seja, em geral, são esses elementos que “sofrem” a ação do enquadramento dentro de uma matéria. Ele propõe então uma ficha de avaliação empírica do enquadramento em que são analisados o problema, a causa, a solução e o julgamento moral desses três objetos em uma matéria. Como o próprio Entman mostra que os enquadramentos desses três objetos se relacionam para desenvolver um *frame* único, decidimos simplificar e não analisar cada objeto desses separadamente, mas todos conjuntamente em cada matéria.

Dessa forma, inicialmente verificamos o **problema** apresentado pela matéria. Ou seja: qual o assunto central da matéria? Que questão a matéria propõe? Que assunto, segundo a matéria, está fugindo ou fugiu da ordem e precisa ser remediado? O problema geralmente é o efeito de algo que poderá ou não ser

apresentado na matéria. Por exemplo, o problema de uma matéria sobre juros pode ser “o Brasil cresce menos do que poderia crescer”.

Depois de verificarmos o problema, verificamos a **causa**. O que a matéria aponta como causa? Quais os agentes do problema? Continuando com o exemplo, a causa pode ser “os juros estão altos”. Verificamos, então, o **juízo moral**. Como a matéria julga as personagens envolvidas no problema e o próprio problema? No exemplo, a matéria pode julgar o governo como “excessivamente conservador na política monetária”, os empresários como “vítimas”, como “pessoas que querem fazer o Brasil crescer, mas são impedidas por conta dos juros altos” e os trabalhadores também como “vítimas”, como “pessoas que poderiam ter mais emprego se os juros estivessem mais baixos”.

Por fim, verificamos a **solução proposta**. O que, segundo a matéria, poderia resolver o problema? Quais as soluções disponíveis? Seguindo com o exemplo, a matéria pode sugerir “a redução dos juros de forma mais acentuada”. Verificamos também as **fontes utilizadas**, ou seja, quais interlocutores falaram explicitamente na matéria sobre o problema, as causas, o juízo e/ou a solução, em sonoras? E quem foi citado como fonte, mesmo que não tenha aparecido na matéria? As fontes dizem muito sobre o enquadramento, pois, na prática jornalística, o que há de mais opinativo geralmente é dito por uma fonte que defenda tal idéia e não pelo jornalista. E quanto mais opinativa a sentença, mais fácil identificar um viés, um enquadramento.

Depois de termos esses cinco elementos, já temos uma idéia dos **frames** constantes na matéria, de forma que nomeamos somente os que forem mais recorrentes. No nosso exemplo, poderia resultar em um *frame* como “juros altos impedem crescimento”. Além disso, como lemos antecipadamente matérias da FSP sobre o assunto, também anotaremos os **frames alternativos**, ou seja, aqueles que não estão disponíveis na matéria do JN avaliada. Poderia ser algo como “os juros têm que ser mantidos altos para segurar a inflação”. Em nossa ficha de avaliação, também há um espaço para **comentários** sobre a matéria, que foi usado basicamente para detalhar mais os *frames* ou anotar questões que pudessem ser melhor desenvolvidas na hora de escrever os resultados.

Uma segunda parte da análise, que corresponde na ficha à parte denominada de **Resultado**, tem como objetivo avaliar se a matéria: dispõe de um único *frame*; de mais de um *frame* e, entre esses, se algum domina; ou se não tem um *frame* específico, conforme classificação de Porto. Para isso, utilizamos o método que Hallin (1994, p. 81-84) usou em sua pesquisa sobre o enquadramento que a mídia dos Estados Unidos deu a um conflito em El Salvador. Para o autor, determinar o enquadramento do texto como um todo traria problemas de credibilidade, uma vez que daria maior margem à subjetividade. Isso porque o pesquisador não tem a tarefa somente de categorizar ou de julgar se um determinado *frame* está ausente ou presente, mas de identificar se um ou outro *frame* é enfatizado. Dessa forma, Hallin propõe a quebra do texto em unidades menores. A essas unidades primárias de análise, partes da matéria que contêm elementos que apontam para um enquadramento já previamente definido, ele dá o nome de “referência”. Porto, Vasconcelos e Bastos (2004) utilizaram essa partição do texto em unidades menores para identificar os enquadramentos que o JN deu a assuntos da política durante a campanha das eleições presidenciais de 2002 e os resultados foram positivos.

Hallin aponta dois problemas na definição do enquadramento de cada referência. Um diz respeito à unidade, ou seja, o que constitui uma referência. A solução foi considerar partes do texto que, mesmo fazendo parte do todo (a matéria), apresentam uma idéia completa, separável, singular. Dessa forma, qualquer fala (jornalista em *off*, de uma fonte, fala-povo etc.) pode ser considerada uma referência. Se um jornalista fala em *off* e logo depois uma fonte confirma suas afirmações, contabilizamos apenas uma referência.

Os enquadramentos geralmente têm como fonte atores sociais e políticos fora da mídia (PORTO, VASCONCELOS e BASTOS, 2004), o que poderia sugerir que nossa análise deveria limitar-se às sonoras, partes da matéria televisiva em que outra pessoa (e não o jornalista) fala e geralmente aparece. No entanto, como freqüentemente os jornalistas se apropriam desses enquadramentos, consideramos que nossa análise ficaria incompleta com essa restrição e decidimos analisar também as falas do jornalista.

As imagens também podem constituir uma referência. Por exemplo, se numa matéria aparece imagem de arquivo mostrando remarcação de preços em

supermercado, conta uma referência para o enquadramento “fantasma da inflação”. No entanto, se concomitante à imagem houver uma referência a esse enquadramento no texto, será considerada uma única referência. Não encontramos referências explícitas, porém, a enquadramentos em imagens no JN, de forma que, em nenhum momento, utilizamos esse recurso.

O outro problema apontado por Hallin é determinar o que conta como uma referência para um enquadramento particular. A solução foi se distanciar das sutilezas e considerar somente como referência invocações claras e explícitas que levem a um dos enquadramentos.

Ao classificar todas as referências, contamos os diferentes enquadramentos presentes e preenchemos o campo **referências** com o número de vezes em que o enquadramento aparece no texto. Com esse dado, pudemos classificar cada matéria em uma das quatro categorias de singularidade ou pluralidade de enquadramentos propostas por Porto (2001, p. 187): **Restrito** (um único enquadramento disponível), **Plural-fechado** (mais de um enquadramento na matéria, mas um dominante), **Plural-aberto** (mais de um enquadramento que aparecem de forma mais ou menos equivalente) ou **Episódico** (texto descritivo, sem enquadramento específico).

Vale salientar que, apesar da ficha de avaliação de enquadramento em anexo ter sido feita no programa Word, na prática fizemos toda a análise de dados em planilha Excel, com os mesmos campos da ficha, uma vez que isso tornou mais fácil a consolidação dos dados.

Apresentamos, nas próximas páginas, os resultados dessa análise. O próximo capítulo trata do agendamento da economia no JN. Explicaremos resumidamente o que é a hipótese de *Agenda Setting* e mostraremos o espaço que a economia ocupa no telejornal em relação a outros temas. Também detalharemos os assuntos mais tratados nas matérias econômicas do telejornal.

Cap. 4 – O agendamento da Economia no JN

1. A hipótese de *Agenda Setting*

No capítulo sobre a metodologia, vimos os procedimentos que utilizamos em nossa pesquisa. Primeiro, selecionamos como amostra uma edição por mês do JN entre janeiro de 2003 e outubro de 2006. Contamos o tempo de cada matéria dessas 46 edições para identificarmos as matérias sobre economia e sabermos o espaço deste tema no telejornal. A partir daí, consideramos somente as matérias sobre Economia, as quais analisamos com objetivo de identificar seus enquadramentos.

Passemos agora à parte de resultados da pesquisa. O objetivo é entender, de forma sucinta, o lugar que o tema Economia ocupa dentro do JN. Apresentamos aqui o resultado das análises da categorização das matérias, o que nos permitiu entender melhor o agendamento da economia no telejornal.

Quando falamos em agendamento, nos referimos à Hipótese de *Agenda Setting*. Hohlfeldt (2001, p. 190-191) aponta os pressupostos principais dessa hipótese: 1) A informação atua em fluxo contínuo: o processo de comunicação não é fechado, com início e fim bem determinados. Esse fluxo gera o “efeito de enciclopédia”, um acúmulo de informações em nossa memória que, quando estimulados a pensar sobre aquele assunto, os acessamos, de forma consciente ou inconsciente; 2) Como consequência do fluxo contínuo de informação, a mídia influencia o receptor não a curto prazo, como afirmavam muitas das teorias mais antigas, mas sim a médio e longo prazos; 3) A mídia, então, embora não seja capaz de impor o que pensar em relação a determinado tema, como afirmavam as primeiras teorias da Comunicação, é capaz de, a médio e longo prazos, influenciar sobre o que pensar e falar. Ou seja, os assuntos que são agendados (pautados) pela mídia terminam entrando na agenda de preocupação e de discussão do público. “Assim, a agenda da mídia de fato passa a se constituir também na agenda individual e mesmo na agenda social” (p. 191).

A partir da hipótese de *Agenda Setting*, fica fácil entender o motivo pelo qual optamos por verificar quais assuntos sobre economia são priorizados pelo JN. Esses provavelmente serão os assuntos discutidos pela população em geral, que muitas vezes têm este telejornal como principal fonte de informação. Desta forma, nossa intenção ao analisar o enquadramento das matérias agendadas pelo JN, em um recorte temporal de quatro anos, é a de estudar as matérias que muito provavelmente entram na pauta de discussão cotidiana das pessoas. Nesse sentido, este breve estudo do agendamento não é um fim, mas um meio para chegarmos às matérias que deverão ter seu enquadramento analisado.

Vale explicitar duas conseqüências lógicas do que já vimos. A primeira é que, se a população costuma incluir em seu conhecimento o que é agendado pela mídia, o contrário é verdadeiro, ela não considera em sua agenda o que não foi agendado pela mídia. A segunda é que, quanto mais ênfase a mídia der a determinado assunto, mais ênfase ele terá na discussão das pessoas. Daí porque resolvemos também verificar a quantidade e o tempo das matérias, para sabermos que assuntos sobre economia o JN enfatiza. Shaw, co-autor da hipótese com McCombs, explica melhor:

Em conseqüência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público é ciente ou ignora, dá atenção ou descuida, enfatiza ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas tendem a incluir ou excluir dos próprios conhecimentos o que a mídia inclui ou exclui do próprio conteúdo. Além disso, o público tende a conferir ao que ele inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos meios de comunicação de massa aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas (1979, p. 96, apud WOLF, 2003, p. 143).

Por fim, gostaríamos de ressaltar algumas questões quanto ao agendamento da televisão. Pesquisas mostram que, de forma geral, a TV tem menor poder de agenda de conhecimentos precisos do que a mídia impressa. Isso porque ela opera com notícias mais fragmentadas, rápidas e atuais e menos contextualizadas, o que resulta em menor conteúdo disponibilizado ao público e, conseqüentemente, apreendido por ele. Por outro lado, a maior ênfase da TV no atual, em relação ao noticiário impresso, resulta em maior eficácia para a agenda mais imediata, de curto prazo. De forma geral, o jornal impresso é mais eficaz na agenda dos conteúdos,

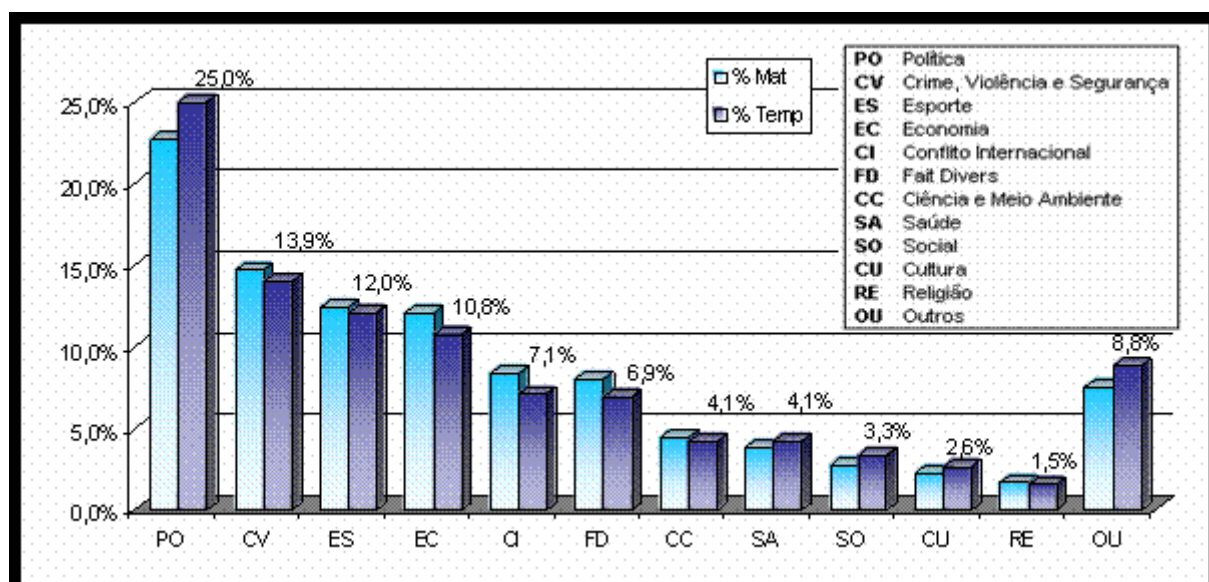
enquanto a televisão tem maior poder na ênfase que será dada a esses conteúdos, no reordenamento dos temas principais da agenda (WOLF, 2003). Passaremos agora à análise da agenda do JN no que se refere à Economia.

2. O espaço da Economia no JN

A Economia é tema freqüente no JN. Nas 46 edições do telejornal analisadas, 121 matérias tiveram como foco principal a economia. Isso resulta numa média de 2,6 matérias por edição, com tempo médio de 1min12 por matéria. Dos doze temas categorizados, a Economia foi o que apresentou o segundo menor tempo médio por matéria e o segundo menor percentual de reportagens. Isso porque a maior parte do noticiário econômico no JN é em notas, que geralmente têm duração bem menor do que as reportagens. Essa grande quantidade de notas se explica pelas informações quase diárias sobre os índices do mercado financeiro (dólar, bolsa de valores etc.).

A Economia apresentou menor tempo e quantidade de matérias do que outros dois temas abordados geralmente com menor densidade pela mídia: Crime, violência e segurança; e Esporte. Não houve diferença de posições quando a comparação foi feita entre tempos e entre quantidade de matérias. Confira o gráfico:

Quadro 8 – Comparação de percentuais de tempo e quantidade de matérias entre temas



Obs.: 1) Para cada tema, a primeira barra refere-se ao percentual da quantidade de matérias e a segunda, ao percentual de tempo; 2) Os valores acima das barras referem-se ao tempo; 3) O somatório dos percentuais de todos os temas resulta em 100% para cada categoria (tempo e quantidade de matérias).

Vale ressaltar que esse resultado corresponde somente à amostra utilizada. Como trabalhamos com margem de erro de 15%, houve “empates técnicos” entre temas, de forma que não podemos expandir a análise para todo o universo das edições do JN. Então, não podemos concluir que os temas Crime, violência e segurança e Esporte sejam mais abordados que Economia, embora haja indícios de que isso aconteça. Mas podemos concluir que: 1) A política foi o assunto de maior destaque no JN, ocupando um quarto do tempo do telejornal; e 2) Crime, violência e segurança, Esportes e Economia dividem o segundo lugar como temas mais abordados, com tempos semelhantes. Confira os números exatos do levantamento:

Quadro 9 – Quantidade e percentual de matérias e tempo e de reportagens e notas por tema

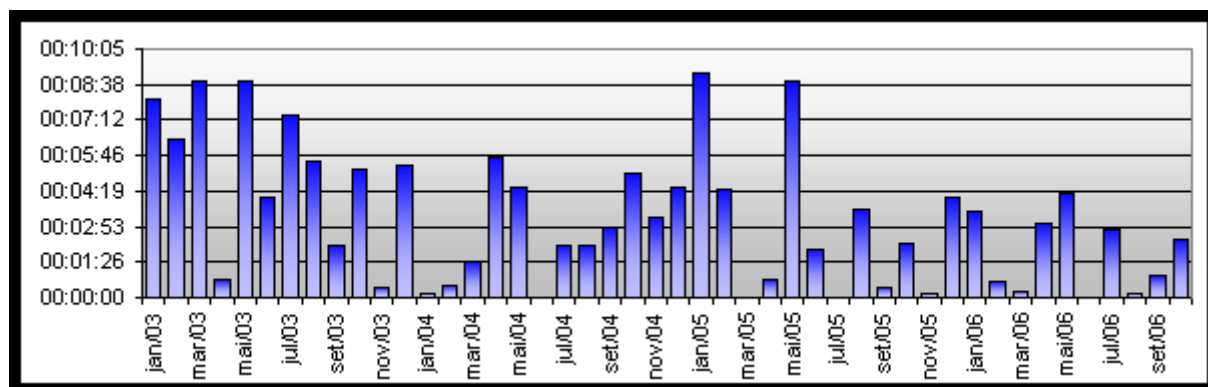
Sigla	Tema	Matérias	% Mat	Tempo	% Temp	T(seg)/mat	Rept	Nota	% Rep
PO	Política	228	22,6%	05:38:04	25,0%	89	136	92	60%
CV	Crime/ violênc./ segur.	147	14,6%	03:08:05	13,9%	77	76	71	52%
ES	Esporte	125	12,4%	02:42:07	12,0%	78	78	47	62%
EC	Economia	121	12,0%	02:25:47	10,8%	72	58	63	48%
CI	Conflito Internacional	84	8,3%	01:35:41	7,1%	68	36	48	43%
FD	Fait Divers	80	7,9%	01:33:38	6,9%	70	40	40	50%
CC	Ciência/ Meio Ambiente	44	4,4%	00:56:11	4,1%	77	26	18	59%
SA	Saúde	38	3,8%	00:55:41	4,1%	88	27	11	71%
SO	Social	27	2,7%	00:44:28	3,3%	99	17	10	63%
CU	Cultura	22	2,2%	00:34:52	2,6%	95	15	7	68%
RE	Religião	16	1,6%	00:20:55	1,5%	78	8	8	50%
OU	Outros	75	7,4%	01:59:18	8,8%	95	48	27	64%
	TOTAL	1.007	100%	22:34:47	100%	81	565	442	56%

O tempo dedicado à economia, em relação a outros assuntos, difere do levantamento realizado por Guazina (2001) com edições do JN de março a agosto de 1998. Naquele período pré-eleitoral, a pesquisadora detectou que a Economia ocupou o sexto lugar dentre os temas com maior tempo no JN, com espaço equivalente às matérias de Interesse Humano (que em nosso levantamento teve tempo quase irrelevante). Ela também detectou que o tema Economia teve tempo sete vezes menor que Esporte e cinco vezes menor que Crime e violência e que *Fait Divers*. Já a Política, no levantamento da pesquisadora, foi apenas o terceiro tema com maior tempo, enquanto em nossa pesquisa este tema foi o primeiro lugar.

Essa comparação de resultados nos permite concluir que, se naquela época o JN havia caído na tentação de banalizar seu noticiário (Guazina, 2001), essa situação se reverteu, com o telejornal dedicando maior tempo na abordagem de temas mais densos, como política e economia. Porto, Vasconcelos e Bastos (2004), de certa forma, já haviam detectado isso em pesquisa que mostrou que, nos quatro meses que antecederam as eleições presidenciais de 2002, 51,8% das matérias do JN tratavam de Política e 27,4%, de Economia, o segundo tema mais abordado.

Também pesquisamos a distribuição das matérias sobre Economia dentre as edições analisadas e verificamos que não houve concentração em períodos. Houve um pouco mais de tempo dedicado à Economia em 2003 que nos outros anos. Isso se deve às discussões em torno do tema com a recente eleição de Lula. Confira o gráfico com o tempo dedicado à economia em cada dia da amostra:

Quadro 10 – Tempo das matérias sobre Economia por mês



Apenas quatro edições não tiveram matérias de economia (jun/04, mar/05, jul/05 e jun/06), todas de sábado, dia em que geralmente há mais matérias com tom mais leve nos telejornais. Isso nos leva a deduzir que o tema Economia faz parte da preocupação diária da pauta do JN.

O mês com maior tempo médio dedicado à Economia por edição foi maio, seguido por janeiro e dezembro. Em relação a maio, é provável que a discussão econômica se aqueça nesta época porque 1º de maio é data-base de reajuste de salário de várias categorias profissionais e este também é o mês em que muitos recebem a primeira metade do décimo terceiro salário. Já dezembro é o mês em que se recebe a segunda parte do décimo terceiro salário e em que há um aumento da

atividade econômica com as vendas de fim de ano. Quanto a janeiro, não encontramos explicação para o aumento desse tempo.

Em relação aos dias da semana, segunda e quinta-feira tiveram maiores médias de tempo por edição dedicadas à Economia, enquanto quarta-feira e sábado tiveram as menores. O curto tempo nas quartas-feiras se explica, em parte, por terem figurado na amostra edições mais curtas nesse dia da semana. Veja os dados:

Mês	Mats/edição	Tempo/edição
Jan	3,0	00:05:12
Fev	2,0	00:02:59
Mar	1,5	00:02:38
Abr	2,0	00:02:32
Mai	3,5	00:06:33
Jun	1,0	00:01:31
Jul	1,8	00:03:04
Ago	2,3	00:02:52
Set	1,8	00:01:33
Out	3,0	00:03:42
Nov	2,0	00:01:16
Dez	2,7	00:04:38

Dia	Tempo/edição
Seg	00:04:24
Ter	00:03:18
Qua	00:01:38
Qui	00:03:57
Sex	00:03:36
Sáb	00:01:56

Analisamos também as matérias em relação à origem do assunto tratado. Quando o assunto dizia respeito somente a questões externas ao Brasil, sem vínculo direto com nosso país, a matéria foi classificada como Internacional. Quando tinha relação com o Brasil, classificamos a matéria como Nacional, mesmo que tratasse só de aspectos externos. Assim, uma matéria sobre discussões de subsídios agrícolas pela Organização Mundial do Comércio (OMC), por exemplo, foi classificada como nacional, pois fazia alguma referência ao Brasil ou a brasileiros.

No que se refere às matérias econômicas, 89% do tempo dedicado ao tema teve origem nacional e os 11% restantes, internacional. Esses percentuais não diferem tanto do total de matérias analisadas, com 81% do tempo dedicado a matérias nacionais. Veja o quadro com a comparação, em termos de tempo (e não de quantidade de matérias), entre os diversos temas:

Quadro 13 – Tempo das matérias nacionais e internacionais, por tema

Sigla	Tema	Naciona		Internac	
		I	% Nac	.	% Inter
PO	Política	05:01:48	89%	00:36:16	11%
CV	Crime/ violênc./ segur.	02:58:08	95%	00:09:57	5%
ES	Esporte	02:29:21	92%	00:12:46	8%
EC	Economia	02:12:05	89%	00:16:00	11%

CI	Conflito Internacional	00:08:23	9%	01:27:18	91%
FD	Fait Divers	00:57:31	61%	00:36:07	39%
CC	Ciência/ Meio Ambiente	00:44:15	79%	00:11:56	21%
SA	Saúde	00:43:30	78%	00:12:11	22%
SO	Social	00:40:27	91%	00:04:01	9%
CU	Cultura	00:30:34	88%	00:04:18	12%
RE	Religião	00:05:37	27%	00:15:18	73%
IH	Interesse Humano	00:15:07	100%	00:00:00	0%
CS	Consumo	00:04:41	70%	00:02:03	30%
CO	Comportamento	00:04:41	70%	00:02:03	30%
OU	Outros	01:16:41	89%	00:09:54	11%
	TOTAL	18:12:49	81%	04:20:08	19%

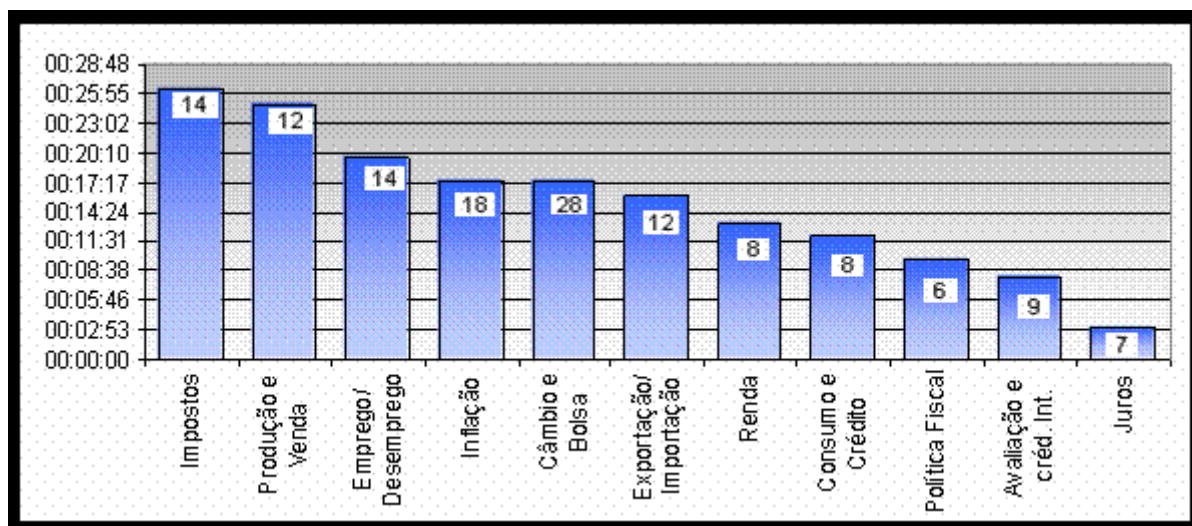
3. A pauta econômica do JN

Passemos agora ao detalhamento das matérias sobre economia. Antes, gostaríamos de esclarecer que, durante a etapa de categorização, detectamos sete matérias que, apesar de terem a política como foco principal e, por isso, foram assim categorizadas, também tratavam de economia. O mesmo ocorreu com uma matéria de temática social. Dessa forma, as incluímos em nossa análise de enquadramento, aumentando para 129 o número de matérias analisadas. Nossa intenção, ao acrescentar essas oito matérias, foi ter uma visão mais real de como a economia é enquadrada no JN, pois é com base nesse enquadramento que o telejornal gera um cenário econômico para seus telespectadores. O público, claro, não analisa se uma dada matéria é de economia ou de política, mas simplesmente apreende (ou não) as informações e as acumula e processa para elaborar suas opiniões.

Dentre as 129 matérias analisadas, assim como dentre as demais, não houve nenhum caso de editorial ou de entrevista, só reportagens, notas cobertas e notas peladas (lembrar que as charges não foram analisadas). Recordamos aqui o que já foi dito na metodologia: as matérias poderiam receber mais de uma classificação por assunto, fato que aconteceu com apenas 13 delas.

Segue gráfico em que é possível comparar o tempo dedicado a cada assunto. No topo de cada barra, encontra-se a quantidade de matérias. Note que um tempo maior não corresponde necessariamente a uma maior quantidade de matérias. Isso fica bem claro no caso do assunto Câmbio e Bolsa de Valores. Essa não correspondência reflete a maior ou menor quantidade de notas e reportagens.

Quadro 14 – Comparação do tempo de matérias sobre Economia por assunto



Como já vimos, a ênfase dada a cada assunto tende a influenciar na ênfase que público dará a este assunto. Vemos que o JN dedicou maior tempo para os impostos. A maioria das matérias critica a alta carga tributária brasileira. Como veremos no próximo capítulo, boa parte dessas matérias foi pautada por entidades empresariais, o que mostra a força dessa classe na definição da pauta do telejornal.

O assunto com o segundo maior tempo foi produção e venda. Essa categoria congrega matérias sobre resultados de setores específicos da economia. Segue exemplo de chamada de uma dessas matérias: “Setor automobilístico registra dois recordes em março” (6/4/05). Essa categoria assemelha-se à de “Consumo e Crédito”, mas ambas diferem num ponto fundamental: enquanto a primeira enxerga a atividade econômica, a quantidade de compras e vendas de produtos, do ponto de vista do **produtor**, a segunda a vê pelo ângulo do **consumidor**. Dessa forma, parece ser algo bastante significativo que o JN dedique o dobro do tempo ao ponto de vista de quem produz em relação ao de quem consome. E, ressalte-se, o JN não é um jornal de elites, ele tem telespectadores de todas as classes sociais.

O nível de emprego foi o terceiro assunto com maior tempo no noticiário econômico do JN. Das 14 matérias, oito foram pautadas pela divulgação de índices de desemprego e os tiveram como foco. É interessante notar que o tempo dedicado a esse assunto, que constitui problema cotidiano e real para muitos brasileiros, é somente um pouco maior que o dedicado à inflação, quarto lugar da lista, e que há mais de uma década não assusta mais a população. Como veremos adiante, parece ser de interesse do governo manter o assunto em pauta.

Assim como as matérias sobre emprego e desemprego, as que tratam de inflação também foram fortemente pautadas pela divulgação dos índices. Foram nove matérias sobre inflação de forma geral (e não sobre um setor ou produto específico), pautada por índices, de um total de 18. As demais se referem a aumentos de produtos específicos, com materiais de construção, gás, passagens de ônibus, tarifas aeroportuárias, condomínios etc.

Já as matérias sobre câmbio e bolsa de valores tiveram tempo significativo porque aparecem quase diariamente, na forma de notas peladas, e geralmente se restringem a apresentar índices, com poucos comentários. Das 28 matérias, houve apenas cinco reportagens, o restante era notas curtas.

As matérias sobre exportação e importação trataram basicamente de vendas de produtos brasileiros específicos a mercados exteriores, das disputas comerciais entre o Brasil e outros países e das dificuldades que o dólar baixo estaria gerando para alguns setores exportadores no Brasil. A maior parte das matérias é sobre exportação, sendo a importação relevada a um segundo plano.

Assim como consumo e crédito, o assunto Renda não mereceu tanto destaque do JN. A divulgação de índices de renda e as discussões sobre o aumento do salário mínimo pautaram a maioria dessas matérias.

O pouco tempo dedicado aos gastos do governo – política fiscal – foi uma surpresa para nós, pois, nos quatro anos do governo Lula, a mídia deu grande espaço à discussão em torno do aumento do superávit primário (valor que o governo economiza para pagamento de juros) e do aumento nominal dos gastos da máquina pública.

Surpreendeu-nos ainda mais o pouco tempo dedicado aos juros, pois a discussão em torno do assunto também ganhou visibilidade na mídia, principalmente pelas discordâncias dentro do próprio governo e entre os empresários. Houve três minutos, o equivalente a apenas 2% do tempo do noticiário econômico do JN. A maioria das matérias foi sobre a divulgação das metas da taxa Selic e das atas do Comitê de Política Monetária (Copom). Das sete matérias sobre o assunto, seis foram notas e houve uma reportagem. Três dessas notas tratam, além de juros, de outros indicadores, como dólar e bolsa de valores. Uma explicação para o pouco

espaço é a provável diluição do assunto entre matérias sobre política. De qualquer forma, o governo teve sucesso ao evitar o agendamento no JN de assunto tão espinhoso para ele.

Para finalizar, as matérias sobre avaliação e crédito internacional, também com pouco destaque, trataram basicamente de empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de indicadores do Risco-Brasil.

Lembramos aqui um assunto que no qual o JN se omitiu quase completamente: a desigualdade. Sendo o Brasil um dos países com maiores índices de desigualdade do mundo, seria coerente que essa discussão tivesse espaço no telejornal. Em nossa amostra, apenas uma matéria tratou sobre o assunto.

Após essa visão geral do que é agendado pelo JN em termos de economia, passaremos à análise dos enquadramentos. No próximo capítulo veremos como o JN enquadrou cada um dos onze assuntos agendados.

Cap. 5 – O enquadramento dos assuntos agendados

1. Introdução

No capítulo sobre o agendamento, identificamos que a economia teve espaço garantido em quase todas as edições do JN analisadas e está entre os quatro temas com mais espaço no telejornal. Concluimos também que a maior parte (89%) das matérias sobre economia é nacional e que, em relação aos outros temas, a economia é o que possui maior percentual de notas e, conseqüentemente, menor percentual de reportagens. Isso se explica pelas notas praticamente diárias sobre o mercado financeiro. Por fim, identificamos os assuntos que tiveram maior tempo no noticiário econômico do JN.

Dos onze assuntos, os impostos receberam o maior espaço no telejornal e os juros, o menor. Depois que categorizamos cada matéria por assunto e contamos esse tempo, passamos à análise dessas matérias. Para cada uma, lemos as notícias do dia seguinte publicadas na Folha de S. Paulo sobre o assunto, para servir de contraponto, e analisamos o texto (no computador) e a imagem (na televisão), identificando os segmentos (trechos da notícia que encerram uma idéia única). A partir desses segmentos, identificamos os principais enquadramentos em cada matéria e as classificamos sob um dos critérios de pluralidade definidos por Porto (2001, p. 187): plural-aberta, plural-fechada, restrita ou episódica. Apresentamos agora os resultados dessa análise e dessa classificação.

2. Impostos

As matérias classificadas sob este assunto criticam a alta carga de impostos no Brasil, dão explicações sobre declaração de Imposto de Renda e tratam de Reforma Tributária e da disputa por empresas, entre os estados brasileiros, por meio da redução de impostos estaduais, a chamada guerra fiscal.

É notável a concentração dessas matérias no primeiro ano do governo Lula (2003) e no final de 2004 e início de 2005 (veja gráfico na pág. 86). No primeiro período, a concentração se justifica principalmente pelas discussões em torno da votação de itens da Reforma Tributária. Já para a concentração do segundo período não havíamos encontrado, inicialmente, uma explicação. Mas uma matéria da Folha de São Paulo nos deu a chave para entender o motivo:

O setor industrial elegeu ontem a carga e a complexidade tributárias como os alvos prioritários de seu lobby sobre o Congresso Nacional em 2005. O governo reagiu negativamente contra uma redução dos impostos, provocando bate-boca entre o presidente da CNI e o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP) (FSP, 1/2/05).

Ou seja, a classe empresarial é que foi a responsável pelo agendamento do assunto no segundo período.

A primeira matéria analisada, veiculada em 6/1/03, foi sobre um bloqueio de R\$85,9 milhões feito pelo governo federal na arrecadação de ICMS do estado do Rio de Janeiro pelo não pagamento de duas parcelas de dívida do estado com a União. A notícia é um bom exemplo de como funciona a adoção dos enquadramentos pela imprensa. Ela deixa transparecer que a única fonte a que a repórter teve acesso foi o secretário de Fazenda do estado do Rio de Janeiro. Logo, a notícia foi dada sob sua ótica.

Aplicando o conceito de enquadramento de Entman (1993, p. 52) fica mais fácil compreender:

Enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade perceptível e salientá-los em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição de um problema particular, interpretação das causas, avaliação moral e/ou recomendação de tratamento para o assunto descrito. Tipicamente, enquadramentos diagnosticam, avaliam e prescrevem.

Portanto, o problema apresentado é que o dinheiro da arrecadação do RJ foi bloqueado pelo governo federal. O motivo (causa) foi o não pagamento de dívida pelo estado. A solução proposta e o julgamento moral mostram claramente que a fonte do único enquadramento apresentado foi o governo do RJ. De forma não tão

explícita, a prescrição é que a União deveria devolver o dinheiro e o julgamento moral é negativo para o governo federal, pois ele prejudicará os servidores do estado do Rio de Janeiro, uma vez que o dinheiro com o qual o estado os pagaria foi retido. Como nenhum representante do governo federal foi ouvido (segundo a matéria, “o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, não quis fazer comentários sobre reunião”), houve um único enquadramento, dado pelo secretário do Rio de Janeiro.

Comparando com matérias publicadas na FSP no dia posterior, vimos que o JN omitiu uma informação importante. As parcelas da dívida não foram pagas pela então governadora Benedita da Silva (PT), que na época desta matéria era ministra da Assistência e Promoção Social do governo Lula.

A segunda matéria analisada é sobre o crescimento dos impostos. O problema apresentado é que os brasileiros pagaram valores altos em impostos no ano anterior. Não há uma definição exata de causa, o que mais chega perto disso é a declaração de uma contribuinte numa sonora: “Tudo vai ficando cada vez mais caro. O salário não acompanha”. Também não há sugestão de solução. Quanto ao julgamento moral, “os governos” são apresentados de forma negativa, pois aumentam impostos, mas não fornecem serviços públicos adequados, gerando prejuízos à população. Veja parte da matéria:

[Repórter] No supermercado, é como se uma mão invisível levasse embora uma parte do poder de compra. No preço de produtos básicos como arroz e feijão, 18% são impostos. Um iogurte já paga 24% e a pasta de dentes, 42%. É assim que os governos arrecadaram, no ano passado, R\$476,5 bilhões – 18% a mais do que em 2001.

[Gilberto do Amaral, do Instituto de Planejamento Tributário] Apesar de aumentar a arrecadação, os serviços vêm se deteriorando. A população está precisando, cada vez mais, de segurança privada, educação privada e saúde privada, fazendo com que o cidadão pague o imposto e pague mais o serviço.

Há mais cinco matérias que levantam o mesmo problema: o brasileiro paga muito imposto. Dessas, a única nota vê a questão sob a ótica da União: “O governo brasileiro nunca arrecadou tanto dinheiro na história: R\$25,924 bilhões em agosto. Descontada a inflação, um crescimento de 22,42% sobre agosto do ano passado”. Como não há enquadramentos explícitos nela, foi classificada como episódica.

As outras quatro matérias são bem semelhantes e, dentre elas, apenas uma traz um problema a mais – a complexidade das regras dos impostos, particularmente do ICMS. Apenas uma apresenta algo próximo de uma causa (pois pode ser entendida apenas como exemplo e não como causa): "Há dois anos a tabela do Imposto de Renda pessoa física não é corrigida". Quanto ao julgamento moral, em duas matérias o governo foi apresentado como vilão por tirar recursos do trabalhador e o assalariado foi retratado como vítima. Confira uma delas (29/11/04):

[Repórter] Há dois anos a tabela do Imposto de Renda pessoa física não é corrigida, o que significa que o governo vem arrecadando mais. Pelas contas da Receita, reajustar a tabela agora pela inflação acumulada desse período significaria abrir mão de R\$2 bilhões por ano. O especialista em tributos, Clóvis Panzarini, diz que o governo não deveria sequer contar com esses R\$ 2 bilhões porque, segundo ele, é dinheiro que deveria ficar com o contribuinte.

[Especialista em tributos] É o contribuinte que perde R\$ 2 bilhões quando não se corrige a tabela, porque quando não se corrige a tabela ele passa a ser tributado por taxas mais elevadas de renda.

[Repórter] Veja como a tabela sem correção faz o governo arrecadar mais: hoje, o assalariado que ganha até R\$1.058 por mês não paga imposto. Vamos supor que o salário dele seja reajustado pela inflação. E passe para R\$1.132. Como o limite de isenção não foi corrigido, ele vai começar a pagar Imposto de Renda. Serão 15%, ou R\$11,02 descontados todo mês. Desse trabalhador, que não pagava imposto, o governo passará a receber R\$132,24 num ano.

[Diretor da Unafisco] Como isso penaliza o trabalhador assalariado e o trabalhador assalariado é proveniente da classe média, é a classe média a maior prejudicada.

No entanto, há um fato interessante nessa apresentação do governo como vilão. Em nenhuma das matérias o ente "governo" é nomeado. Ou seja, não se faz uma crítica direta ao presidente Lula, aos seus ministros, aos deputados e senadores, a governadores ou a prefeitos. A matéria que chegou mais perto de especificar quem é o governo falou em "governo federal" e ouviu um de seus representantes, o secretário da Receita Federal, cargo que não é eleitoral e, de certa forma, ele apenas cumpre ordens. Além disso, quando na matéria se diz que "o governo está mesmo descumprindo a promessa de não aumentar o peso dos impostos" aí é que seria praticamente obrigatório citar quem fez a promessa. Foi o presidente Lula? Foi o então ministro da Fazenda Antonio Palocci? Confira parte da matéria (1º/2/05):

[Repórter] O governo já tinha admitido que a carga tributária aumentou em 2004. Mas só os impostos federais. Um estudo de três economistas da Fundação Getúlio Vargas, Unicamp e Universidade Federal do Rio de Janeiro analisou todos os impostos, incluído estaduais e municipais. Usando dados oficiais, a estimativa deles confirma o aumento da carga. O governo está mesmo descumprindo a promessa de não aumentar o peso dos impostos.

[Economista da UFRJ] A carga brasileira é alta diante do nosso passado, nunca se arrecadou tanto, e mais alta ainda quando comparada a outros países com economia semelhante à brasileira.

[Repórter] O governo insiste que a promessa está mantida, mas já admite que, se a carga realmente aumentou, vai adotar medidas de compensação.

[Secretário da Receita Federal] Está mantida em relação aos tributos administrados pela Receita Federal. Nós não temos o controle dos tributos administrados pelos estados e municípios. Em relação às receitas, se ultrapassar, novas medidas serão tomadas de desoneração tributária, assim como as que já foram adotadas.

[Repórter] O Governo Federal foi o maior responsável pelo aumento da carga tributária, seguido dos estados e municípios. O ano começa com novos aumentos. Este encontro da Ordem dos Advogados do Brasil com parlamentares foi para discutir a atual carga tributária, um recorde histórico. E tentar impedir o aumento da cobrança para os prestadores de serviços.

As soluções propostas, por sua vez, são variadas: A OAB vai instalar comissão para debater o peso dos impostos e proporá medidas, inclusive judiciais, para reduzir o peso dos impostos e para melhorar a aplicação dos recursos arrecadados; e o governo adotará medidas de desoneração. Além disso, uma matéria indica que o governo deve diminuir os impostos, pois isto traria maior crescimento econômico e conseqüente incremento da renda dos trabalhadores e aumento de empregos.

Vale a pena mencionar alguns enquadramentos alternativos presentes na FSP, mas ausentes no JN: 1) a carga tributária é alta porque a dívida brasileira é alta e de má qualidade; 2) a carga tributária é alta porque o governo também não controla suas despesas; e 3) altos impostos estimulam a sonegação.

Passemos agora à análise das matérias sobre a reforma tributária. Foram quatro matérias, sendo que duas delas abordaram a reforma de maneira episódica. Das outras duas, uma critica a guerra fiscal, apontando como solução implícita a reforma. O problema levantado é que os estados baixam impostos para incentivar a instalação de fábricas, levando a uma competição entre unidades da federação. A

matéria apresenta duas causas: "a guerra fiscal teve origem também numa idéia que é legítima, de dar incentivo para a localização de empresas em regiões mais pobres"; e "a guerra fiscal existe porque os estados têm legislações próprias para o ICMS, o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços. Cada um cobra quanto e como quer".

O julgamento moral apresentado pela matéria é que a guerra fiscal dá prejuízo ao povo; que o mal não está no ICMS em si, pois este é um imposto moderno, mas na complexidade de suas regras; e que, se os estados abrirem mão de parte da arrecadação, o pagamento dos servidores públicos será prejudicado. A solução implícita seria, portanto, unificar a legislação e as alíquotas do ICMS por meio da Reforma Tributária. O ICMS não deve acabar, apenas mudar. Mas a solução explícita diz que caberá aos contribuintes cobrar as mudanças. Não houve *frames* alternativos significativos publicados na FSP.

Dentre as matérias sobre a Reforma Tributária está a única, dentre as 14 que compõem nossa amostra do assunto Impostos, que apresentou enquadramento plural-aberto, ou seja, que teve mais de um enquadramento que aparecem de forma mais ou menos equivalente. Esta foi uma reportagem especial, o que significa que foi dedicado maior tempo e planejamento para sua realização. Isso é um indício de que o tempo de apuração é fator importante para que uma matéria apresente mais de um enquadramento. Porém, é claro que não podemos fazer disso uma conclusão, pois precisaríamos de outras pesquisas. Consideramos apenas como indício.

Reproduzimos a seguir a matéria (2/5/03), pois, além de ser uma das poucas plurais-abertas da amostra, também é uma das poucas que apresentam os quatro elementos que compõem o conceito de enquadramento de Entman (problema, causa, julgamento moral e solução). Em suma, esta é uma espécie de tipo-ideal de matéria e, por isso, pode ajudar o leitor a entender melhor a parte empírica de nossa pesquisa. No texto, estão sublinhados os trechos nos quais podem ser encontrados os quatro elementos (P=Problema, C=Causa, S=Solução, JM=Julgamento moral). Também são especificados os seguimentos com seus enquadramentos.

[Âncora] Um único imposto arrecadou, no ano passado, mais de 100 bilhões de reais: o ICMS, fundamental para que os estados fechem as contas. Na última reportagem sobre reforma tributária, Tônico Ferreira mostra os problemas que envolvem a cobrança do ICMS.

[Repórter] A fábrica de molho de tomate saiu de São Paulo e foi para Goiás. A de automóveis preferiu a Bahia, que deu mais incentivos fiscais que o Rio Grande do Sul. É a guerra fiscal. Estados oferecem benefícios tributários para atrair investimentos. [P]

[Dep. Virgílio Guimarães, da Comissão do Sistema Tributário da Câmara] A guerra fiscal teve origem numa idéia, legítima, de dar incentivo para a localização de empresas em regiões mais pobres. [C] Mas isso acabou sendo prejuízo pra todos, porque uma baixa lá, outra aqui, e acaba os espertos se arranjando e o povo levando prejuízo [JM]. [Segmento 1: Guerra fiscal traz prejuízo para o povo]

[Repórter] A guerra fiscal existe porque os estados têm legislações próprias para o ICMS, o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços. Cada um cobra quanto e como quer [C]. O governo do Espírito Santo, por exemplo, acaba de revogar 34 leis de benefícios fiscais. Mas ainda tem mais de cem regimes especiais de tributação.

[Secretário da Fazenda do ES, José Teófilo] É um número muito grande de favores fiscais que foram concedidos, a maioria deles implicando numa em contribuição nula, ou quase nula, para milhares de empresas do estado.

[Repórter] O ICMS é o imposto que mais arrecada no país – R\$ 105 bilhões no ano passado. 25% são divididos entre os municípios e o resto fica com os estados. Por isso, mexer com o ICMS é mexer com os 27 governadores que têm nesse imposto uma importante fonte de receita. Em reuniões, em Brasília, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu o apoio deles para unificar a legislação e as alíquotas do ICMS – serão cinco, pela proposta do governo. O ICMS é um tributo moderno [JM]. Há até propostas para que ele passe a ser chamado de I.V.A porque, na prática, é um imposto sobre valor agregado. Uma fábrica de liquidificadores, por exemplo. Vamos supor que ela tenha pago R\$ 130 pelas peças e pelo material plástico. A fábrica fez as partes e montou o liquidificador, que foi vendido por R\$ 70. O ICMS incide apenas sobre o valor que foi acrescentado: R\$ 40,70 menos R\$ 30. E isso impede um acúmulo de impostos. Mas há um ponto polêmico no ICMS: saber quem fica com o dinheiro do imposto quando o produto vai de um estado para o outro. Hoje, parte do ICMS fica no estado de origem da mercadoria, onde ela foi feita, e parte vai para o estado onde ela foi comprada. Muitos governadores querem que o ICMS fique todo no estado de destino. A mudança acaba com a guerra fiscal e beneficia estados mais pobres, mas impõe perdas aos mais ricos. São Paulo, por exemplo.

[Secretário da Fazenda de SP, Eduardo Gardiã] Estamos no limite da lei de responsabilidade fiscal com gastos de pessoal, com dívida, então não temos folga pra administrar uma perda de receita em hipótese alguma [JM]. [Segmento 2: Servidores poderão ser prejudicados com renúncias da Reforma Tributária]

[Repórter] Diante das resistências, a discussão sobre a cobrança no destino ficou para mais tarde.

[Governador do RS, Germano Rigotto] Temos que ter transição sob pena de que as resistências serão muito maiores que poderão inviabilizar a reforma [S]. [Segmento 3: Alguém tem que ceder para ter reforma]

[Repórter] Quebrar resistências foi o desafio até aqui. Mas novas frentes de combate surgem agora que o Congresso entra em cena. O Governo Federal vai pressionar. Governadores tentarão influenciar parlamentares de seus estados. E caberá aos contribuintes - aos que pagam a conta - cobrar as mudanças necessárias que permitam a economia crescer, gerar empregos e tornar o Brasil um país mais justo [S].

Resumindo, o JN apoiou a Reforma Tributária, mostrando-a como solução para a redução da complexidade de regras do ICMS e para o fim da guerra fiscal. Algumas matérias trataram o assunto mais do ponto de vista político (acordos para votação, tramitação no Congresso) do que econômico.

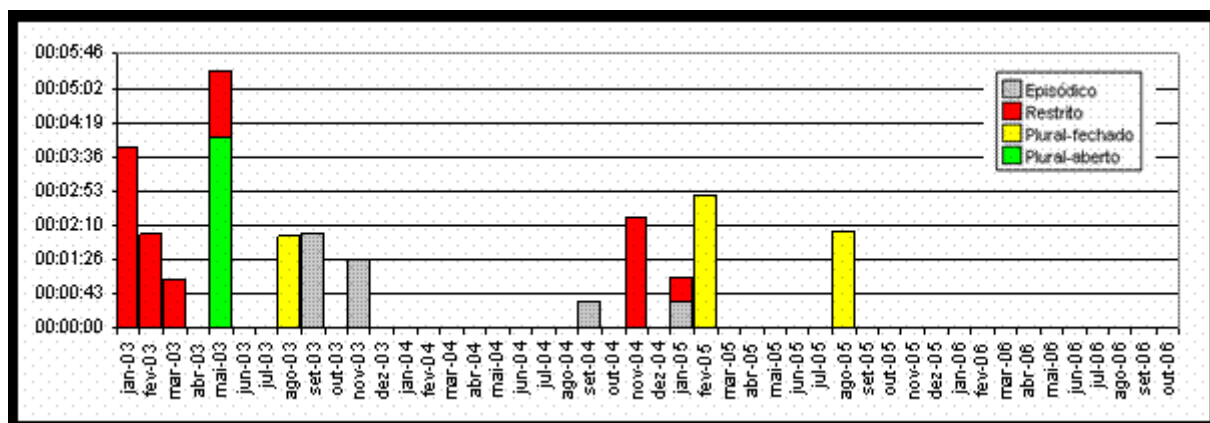
Como apenas uma pequena parte da proposta de reforma virou lei, o JN depois se engajou nas críticas à carga tributária. As matérias passaram a envolver um tripé de atores, sendo pautadas por entidades empresariais e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que se sentiam prejudicadas pelos impostos que oneram a produção e os serviços. Para ganhar maior legitimidade, as matérias foram enquadradas pelo viés dos assalariados. As críticas foram sempre impessoais, contra “o governo”, sem citar especificamente o nome de nenhum governante.

É bastante provável que a apropriação de enquadramento de um grupo por outro – ou, de forma mais ampla, da ótica de uma classe social por outra – seja freqüente como estratégia discursiva na mídia.

As matérias também recriminaram o fato dos impostos não se reverterem em serviços públicos de qualidade. O governo é tratado como vilão e, os trabalhadores, como vítimas que perdem renda para os impostos. Para o JN, se o governo reduzisse os impostos, haveria maior crescimento da economia, da renda e dos empregos. O JN não apresentou causas específicas para os problemas e não deu espaço para *frames* alternativos, como as idéias de que a carga tributária é alta porque o governo gasta em excesso e de que os altos impostos estimulam a sonegação.

Confira nos quadros a seguir o resultado da classificação dos enquadramentos e a relação das matérias analisadas neste assunto.

Quadro 15 – Pluralidade de enquadramentos de notícias sobre impostos



Quadro 16 – Relação das matérias analisadas sobre impostos

Data	Tempo	Título da matéria
6/1/03	03:46	Secretários discutem transferência do ICMS do estado para o tesouro nacional
4/2/03	01:58	Estudo mostra que brasileiros nunca pagaram tantos impostos quanto no ano passado
6/3/03	01:02	IR: contribuintes têm pressa - Receita Federal começou a receber declarações do IR
2/5/03	04:00	Guerra fiscal: ICMS
2/5/03	01:23	Os procedimentos de quem não entregou a declaração do Imposto de Renda
13/8/03	01:56	Governo corre para aprovar pontos da Reforma Tributária até 30 de setembro
10/9/03	01:59	Governo faz acordo com PSDB e espera concluir primeiro turno da reforma tributária
14/11/03	01:26	Governo anuncia aplicação da reforma tributária
16/9/04	00:34	Dólar fecha abaixo dos R\$ 2,90 e C-Bond alcança maior cotação desde janeiro
29/11/04	02:20	Peso dos impostos - Em 8 anos, arrecadação de tributos triplicou no Brasil.
18/1/05	00:34	OAB anuncia criação de comissão de especialistas para analisar impostos do Brasil
18/1/05	00:31	STF concede liminar suspendendo redução de ICMS para café produzido no RJ
1/2/05	02:48	Peso dos impostos - carga tributária consumiu metade do que Brasil cresceu em 2004
15/8/05	02:01	Estudo mostra como os impostos emperram o crescimento do Brasil

3. Produção e venda

As 12 matérias classificadas neste tópico tratam principalmente de questões como crescimento ou decréscimo de produção e de venda em setores da economia ou em produtos específicos. Em geral, as matérias apresentaram um tom bastante positivo e, principalmente, otimista com a influência da política econômica do governo sobre a produção e as vendas.

A primeira matéria analisada (6/3/03) é um ótimo exemplo de como um fato que tem viés negativo pode ganhar contornos positivos de acordo com o enquadramento dado. A reportagem destaca que, na BR-277, no Paraná, 1,3 mil caminhões aguardam para descarregar soja no Porto de Paranaguá. Seguindo o método proposto por Entman, observamos as causas que o JN aponta para o problema de uma fila de 45km de caminhões: “tanto movimento na estrada se deve à produção de soja, que impulsiona a safra recorde de 112 milhões de toneladas que o país está

colhendo”. Ou seja, a fila é “resultado da superprodução que o país está colhendo”. Além disso, os bons resultados na agricultura são apresentados como uma das causas para o bom humor do mercado naquele dia. Como julgamento moral, o JN passa a idéia de que o aumento de safra é bom para os trabalhadores menos favorecidos da agricultura, como caminhoneiros e pequenos agricultores, personagens da matéria.

Logicamente que quanto maiores forem a produção e a exportação, mais trabalho irá surgir. Mas a matéria poderia mostrar também que esse incremento na produção é bom principalmente para os grandes produtores, uma vez que há uma concentração maior nos lucros. Além disso, o JN não apresentou outras causas para a fila, como, por exemplo, um mau planejamento do porto, a falta de investimentos na infra-estrutura para escoamento de produção, a concentração do escoamento pelas rodovias etc. Pelo contrário, só em dois momentos o JN mostra um lado negativo, de que a fila traz dificuldades de trabalho para os caminhoneiros. De resto, há um tom excessivamente otimista e até ufanista: “A rodovia federal BR 277, no Paraná, está oferecendo ao Brasil um retrato de uma conquista nacional”; “pela primeira vez, o Brasil deve superar os Estados Unidos na liderança mundial de exportação de soja, com vendas de R\$27 bilhões”.

A FSP (7/3/03), por sua vez, mesmo não abordando diretamente o problema da fila de caminhões, destaca que a concentração de exportação neste ano se deve à antecipação das vendas devido aos bons preços da soja no mercado externo. Enquanto para o JN a superprodução é uma “conquista nacional”, ou seja, as causas são unicamente internas, a FSP mostra outro lado, afirmando que as exportações cresceram por razões externas ao Brasil.

Dentre as doze matérias deste assunto, onze foram classificadas como nacionais. Destas, apenas uma aborda um movimento negativo na economia em relação a vendas ou produção. A reportagem de 13/8/03 foi pautada por uma pesquisa do IBGE que aponta queda nas vendas do comércio varejista pelo sétimo mês seguido. A única causa apresentada para a queda das vendas é o fato de o consumidor não ter dinheiro para comprar: “O IBGE mostrou hoje conseqüências amargas da queda na renda dos brasileiros”; “A gente parcela em dez vezes, cartão, cheque e o cliente está sempre procurando uma desculpinha pra não

comprar. O que está acontecendo é falta de dinheiro pro consumidor’, afirma a vendedora Kelly, de São Paulo”; “Junho foi o sétimo mês seguido em que foi registrada queda nas vendas. (...) O consumidor reclama do preço”.

A FSP, por outro lado, apresenta vários *frames* alternativos. Para o jornal, há um movimento intenso e generalizado de queda de vendas. Essa queda reflete a perda de poder de compra dos trabalhadores, cujos rendimentos têm subido em ritmo muito mais lento do que a inflação. O jornal também diz que o encarecimento do crédito, fomentado pelos altos juros estabelecidos pelo Banco Central, dificultam as vendas. A FSP também noticiou dados apresentados pelo presidente da Fiesp, em reunião com o então ministro Palocci, mostrando que o nível de emprego no setor industrial em São Paulo completou o quarto mês seguido de queda. Na reunião, o empresário pediu ao ministro a redução da taxa Selic. O JN silenciou totalmente sobre esse encontro e sobre esses dados.

Depois de afirmar que as vendas caíram simplesmente porque o consumidor não tem dinheiro para comprar, a matéria é finalizada com um “clima de otimismo”. A mensagem é que a situação não está boa, mas há grandes perspectivas de melhora, segundo a sonora do técnico do IBGE: “Há uma expectativa em função de todo um quadro econômico que vem se formando com o novo governo, o dólar estável, a inflação controlada – isso tudo leva a um certo otimismo, fazendo com que as pessoas voltem a comprar bens duráveis”.

As outras matérias seguem a mesma linha. Em uma reportagem sobre o crescimento do setor de serviços (16/9/04), pautada pela divulgação de resultado de uma pesquisa pelo IBGE, o JN não apresenta as causas deste crescimento. A matéria também mostra que, apesar do crescimento, o rendimento médio do trabalhador caiu, mas este fato também não é explorado. Essa queda foi porque o setor empregou mão-de-obra menos qualificada? O JN não explica. Além disso, a mesma notícia poderia ter sido dada sob outro ângulo, mostrando que o rendimento do trabalhador de serviços diminuiu, apesar do crescimento do setor. Mesmo evitando as causas, a matéria mantém o equilíbrio entre dois *frames*, um apontando que o crescimento do setor gera empregos e outro mostrando que o crescimento foi acompanhado por queda de rendimento do trabalhador. Esta foi a única matéria sobre Produção e Venda classificada como plural-aberta.

No dia 28/10/04 houve duas matérias com tom otimista em relação à economia. A primeira, uma nota, noticiou que uma pesquisa da CNI apontava aumento nos níveis de atividade da economia. A notícia não possuía um *frame* explícito. A segunda apontou aumento nas vendas há dois meses do Natal. Mais uma vez, não há causas para o crescimento das vendas. O que mais se aproxima de uma causa é uma explicação redundante: o comércio espera vender mais somente porque a economia vai bem e porque o consumidor deve comprar mais. Este é o enquadramento predominante. A matéria reservou também um pequeno espaço para dizer que a alta dos juros deve atrapalhar um pouco a elevação das vendas, mas nada que possa gerar grande impacto.

Na FSP, havia outras versões para o fato. O jornal noticiou que o ritmo de crescimento nas vendas do varejo da região metropolitana de São Paulo caíra pelo segundo mês consecutivo. Em relação ao mês anterior, as vendas do comércio registraram queda de 5,1% em setembro. O JN, portanto, silenciou sobre esse arrefecimento na economia e passou um clima excessivamente otimista. Tudo estava bem, nada foi questionado. Não existiram causas convincentes.

Em 18/1/05, mais duas matérias otimistas com a economia. Essas apresentam um diferencial: é possível encontrar nelas um problema, causas, julgamento moral e, em uma delas, uma solução proposta. Isso torna mais fácil a tarefa de identificar os enquadramentos. Na primeira reportagem, o problema é que o comércio tinha apresentado números ruins nos anos anteriores, mas em 2004 se recuperou. Segundo a matéria, a retomada do emprego aumentou o consumo e as vendas, ao mesmo tempo que a retomada do comércio abriu mais empregos. Porém, a principal causa da recuperação foi a retomada do crédito. Veja parte da matéria:

[Repórter] Outra pesquisa, dessa vez do IBGE, confirma a recuperação do comércio. Depois de três anos seguidos de queda nas vendas, o setor deve fechar 2004 com números positivos, principalmente por conta da retomada do crediário. Após tempos de vendas muito ruins, os eletrodomésticos foram o destaque de 2004. Os prazos maiores no financiamento encorajaram a cabeleireira Joana Santos a trocar a geladeira no ano passado. Agora ela tem outros planos:

[Joana Santos] Olha, eu tô namorando um fogão, eu queria um fogão de cinco bocas.

Mesmo apontando a retomada do crédito como causa principal, em nenhum momento a matéria questiona explicitamente os juros altos, apontados por vários críticos da política econômica de Lula como impeditivo para o crescimento da economia. A única ressalva é quase imperceptível ao telespectador comum:

[Economista do IBGE] Os setores vinculados à renda, como hipermercados e vestuários, terão crescimentos [em 2005] mais firmes do que foi em 2004. Setores que dependem de crédito certamente terão desempenho menor, já que o crédito tem limites em função da própria capacidade de endividamento da classe trabalhadora.

A matéria mostra também que o ritmo de crescimento vem diminuindo. Mas, novamente, não explica exatamente o porquê, apenas diz que isso acontece “porque a comparação é com um período em que a economia já estava melhor”. E, como já vimos na citação anterior, a matéria também mostra que as previsões para 2005 não eram tão boas quanto os resultados de 2004.

Essa foi uma das poucas matérias sobre o assunto Produção e Venda que não descambou para o otimismo exagerado, mostrando que o comércio se recupera (quando alguém se recupera é porque estava doente e ainda não está completamente curado) e que o ritmo de crescimento está diminuindo. A matéria se diferencia ainda por apontar concatenação entre várias variáveis econômicas. Vale ressaltar que a matéria apresenta *frames* semelhantes ao da FSP.

É possível que o tempo dedicado à elaboração da reportagem tenha sido maior do que a média na emissora, uma vez que ela foi veiculada em janeiro, mês em que costumeiramente há menos fatos “quentes” para o jornalismo, principalmente no campo da política, por conta do recesso do Congresso. Talvez, com maior dedicação, seja possível fazer matérias com mais enquadramentos e com mais relações de causa e consequência, o que nos remete à idéia, apontada por vários autores, de que não há tanta intencionalidade no enquadramento excessivamente oficialista. Ele seria fruto, entre outras razões, de limitações impostas pelas rotinas produtivas de notícias.

A outra matéria veiculada em janeiro aponta para o problema da falta de caminhões para venda. O motivo, segundo a matéria, é que a alta da produção aumentou muito a compra de caminhões, pois este é o principal transporte de

mercadorias no Brasil. No final, a reportagem também apresenta como causa, de forma sutil, o aumento das exportações de caminhões. Dessa forma, ao contrário da matéria anteriormente analisada, veiculada no mesmo dia, o JN mostra que a economia vai bem, que a produção está alta.

Numa economia de mercado, no entanto, não seria comum faltar caminhões para vender, exceto no caso de algum problema muito imprevisível, como uma catástrofe natural, com ampla repercussão na economia. A falta de caminhões é resultado, dentre outras coisas, de uma economia não estável, com pouca previsibilidade, na qual os fabricantes não acreditam plenamente no futuro e, por isso, temem aumentar a produção. Em nenhum momento o JN questionou porque os fabricantes não produziram mais caminhões, uma vez que muito provavelmente o crescimento econômico já estava previsto. Mais uma vez, o JN apresentou uma causa positiva para um fato negativo.

Outra matéria, veiculada em 6/4/2005, noticiou que o setor automobilístico registrou dois recordes no mês anterior. A matéria tem enquadramento episódico, ou seja, não apresenta um *frame* específico. A FSP, por sua vez, mesmo ressaltando a alta no desempenho da indústria automobilística, também deu espaço a outros *frames*. Segundo o jornal, a Associação Nacional dos Veículos Automotores (Anfavea) fez questão de salientar que não considera positivo o desempenho das vendas de veículos no mercado doméstico, pois "o mercado interno cresce de maneira vegetativa e sofre da pressão dos juros altos e dos custos das *commodities* industriais, como o aço" (FSP, 7/4/2005). A opinião foi silenciada pelo JN.

Uma reportagem especial, com tempo longo para os padrões do JN (5min13), trata da concorrência que os produtos chineses vêm impondo aos nossos. O problema apresentado é que os produtos chineses concorrem deslealmente com os brasileiros. As causas são várias: os chineses têm crédito mais baixo e pagam salários mais baixos; os empregados trabalham sob regime pesado; os chineses têm isenção de impostos na exportação enquanto os produtos brasileiros sofrem tributação de quase 40% no mercado interno; os chineses têm produtos de pouca qualidade; os chineses têm subsídios e praticam concorrência desleal, por meio de subfaturamento, falsa declaração e contrabando. Além disso, a matéria aponta que americanos e europeus estão em guerra com a concorrência chinesa, o que

fortalece o argumento de que o Brasil deve combater os produtos *made in China*. E, para deixar claro o julgamento moral dado à questão, a sonora do superintendente da Associação Brasileira de Indústria Têxtil (ABIT) é significativa: "Esta não é uma indústria pedinte. Esta é uma indústria dinâmica e pujante. Agora não podemos ficar aqui de cordeiros para o lobo vir comer e acabar com um setor". Ou seja, enquanto os brasileiros são cordeiros, os chineses são lobos.

Enfim, as causas da perda de mercado interno para os chineses são todas externas. A concorrência é tratada como desleal. Mas nada se fala sobre a capacidade da indústria têxtil brasileira. Ela não tem seus erros também? O que pode melhorar nela? Na matéria, não há espaço para isso. Toda a culpa é dos chineses.

É bastante provável que a matéria tenha sido pautada pelos empresários da indústria têxtil. E também não podemos esquecer que o dono de uma das maiores fábricas de tecido do Brasil é o vice-presidente da República, José Alencar. Tudo isso fortalece a hipótese de uma matéria elaborada para mostrar os empresários como vítimas de uma concorrência desleal.

Outra matéria, de 2/5/05, fala sobre o aquecimento das vendas de imóveis. O JN apresentou o fato defendendo que o bom momento econômico possibilitou expansão do mercado imobiliário. As causas para o aquecimento do setor são várias: bancos privados disponibilizaram mais crédito para compra de imóveis; os brasileiros estão mais otimistas e confiantes para tomar empréstimos em prazos mais longos; a estabilidade da economia, o crescimento econômico e a queda no desemprego em 2004 deram fôlego para quem planejava financiar um imóvel; os bancos têm mais dinheiro para emprestar porque a inadimplência nos contratos diminuiu e os recursos da caderneta de poupança aumentaram; os contratos estão com regras mais bem definidas.

Em suma, para o JN, como a economia vai bem, as pessoas podem comprar mais imóveis. No entanto, o JN não esclareceu que uma boa parte desse aumento de vendas se deveu a uma mudança de regras no setor bancário. O Conselho Monetário Nacional (CMN) determinou que os bancos que não destinassem uma parcela maior dos recursos da poupança ao crédito imobiliário seriam obrigados a depositar o valor no Banco Central, receber zero de juros e apenas 80% da variação

da Taxa Referencial. Até o início de 2005, os bancos recebiam 6% de juros mais a TR integral, o que fazia com que muitos preferissem essa remuneração ao risco do financiamento habitacional.

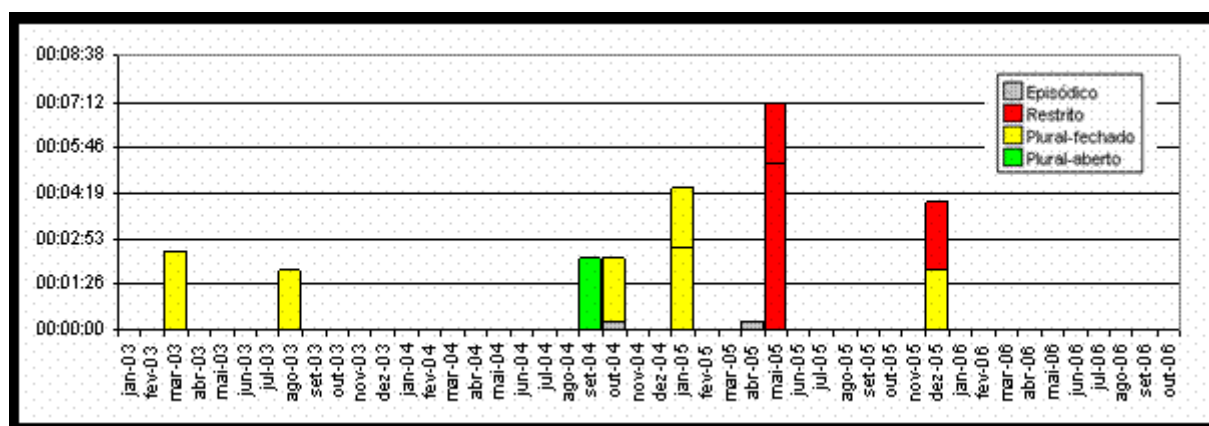
Além disso, o telejornal utiliza alguns chavões, como “otimismo” e “economia estável”, o que ajuda mais ainda a passar a impressão de que tudo vai muito bem. Não é feita nenhuma ressalva quanto aos altos juros, fator que impede muitos de obter financiamento imobiliário.

Resumidamente, o JN exagerou no otimismo em relação à economia nas matérias sobre produção e vendas. É possível verificar isso por meio dos títulos das matérias (no quadro a seguir): a safra foi recorde, o setor de serviços teve crescimento espantoso, uma pesquisa mostra aumento da atividade econômica, o comércio se recupera, venda de carros bate dois recordes num só mês, o mercado imobiliário está aquecido etc.

Para completar o cenário otimista, o JN silenciou, em alguns momentos, sobre diminuições no ritmo de crescimento das vendas, bem como atribuiu causas positivas para fatos negativos, como à falta de caminhões ou à fila para descarregar a produção no porto de Paranaguá. Tudo era resultado do crescimento econômico.

Confira abaixo a classificação e a lista das matérias deste assunto.

Quadro 17 – Pluralidade de enquadramentos de notícias sobre produção e venda



Quadro 18 – Relação das matérias analisadas sobre produção e venda

Data	Tempo	Título da matéria
6/3/03	02:28	Safra recorde: Na BR-277, 1,3 mil caminhões aguardam para descarregar soja no Porto
13/8/03	01:53	Queda nas vendas
16/9/04	02:16	Setor de serviços tem crescimento espantoso
28/10/04	00:17	Pesquisa da CNI aponta aumento nos níveis de atividade da economia
28/10/04	02:00	Comércio aposta na recuperação do poder de compra para o Natal

18/1/05	02:34	Recuperação - Setores como móveis e eletrodomésticos venderam 27% mais que 2003
18/1/05	01:54	Vendas de caminhões cresceram 25% em 2004
6/4/05	00:15	Setor automobilístico registra dois recordes em março
2/5/05	05:13	Invasão chinesa - EUA e Europa estão em clima de guerra econômica contra a China
2/5/05	01:57	Mercado imobiliário aquecido - Em 2005, brasileiros decidiram se livrar dos aluguéis
3/12/05	01:52	Em Belém, na Cisjordânia, comerciantes sofrem com falta de turistas
3/12/05	02:11	Vendas de televisores crescem no país

4. Emprego e Desemprego

Onze das 14 matérias deste assunto noticiaram aumento ou queda da quantidade de pessoas empregadas no Brasil, sendo que a maioria delas foi pautada pela divulgação de indicadores de desemprego (como pesquisas do IBGE). As outras matérias tratam do desemprego nos Estados Unidos, da repercussão de uma declaração do ministro do Trabalho sobre mudanças na legislação trabalhista e das perdas causadas pela informalidade no país.

Para facilitar a análise, dividimos as onze matérias principais em dois blocos: quatro que tratam do aumento do desemprego e apresentam números e exemplos negativos; e sete que tratam do aumento do emprego e mostram números e exemplos positivos, com tom otimista em relação à economia.

Essa divisão tão exata, vale lembrar, não existe na realidade daqueles que procuram emprego ou estão empregados, como também não tem muito sentido para os economistas que analisam os dados estatísticos. Entre uma boa situação de emprego e uma má situação de desemprego há várias nuances possíveis. O JN, porém, pouco trabalha com meios-tons. Pelo contrário, tende a ressaltar os extremos de cada lado da questão. Uma das explicações é que, na televisão, não há muito tempo para explicar detalhes. As notícias têm que ser rápidas, senão o telespectador muda de canal. Outra explicação é que o JN é um jornal que trata os assuntos de forma fragmentada. No entanto, se o JN utiliza mais ou menos meios-tons que os demais telejornais, só uma pesquisa poderia detectar. O que importa aqui é que isso prejudica o entendimento dos telespectadores sobre a real situação econômica.

Apesar das matérias sobre desemprego serem minoria, isso não significa que o JN tenha silenciado sobre o assunto. Pelo contrário, a soma do tempo das quatro matérias sobre desemprego foi maior (7m53) que a das sete sobre emprego (5m51).

As matérias sobre desemprego concentram-se em 2003, ano que o Brasil saía de uma crise econômica, enquanto as que tratam de emprego concentram-se em 2004, ano em que houve melhora no nível de emprego.

A primeira matéria sobre desemprego (4/2/03) não traz estatísticas. Ela trata de um setor específico, a pescaria artesanal. O problema apresentado é que os pescadores estão em dificuldade, pois há menos peixes na costa brasileira. A única causa é apontada por uma oceanógrafa: “muitas vezes, os pescadores tiram do mar peixes e crustáceos pequenos demais. E o estoque diminui”. Apesar da declaração, os pescadores aparecem mais como vítimas que como culpados. A solução proposta seria “aumentar o investimento na pesca em alto mar”. A matéria não diz, no entanto, quem deveria aumentar esse investimento. Apesar de não ser exatamente sobre desemprego, pois ser pescador artesanal sequer é um emprego formal, a matéria transmite um clima de dificuldades do pescador em seu trabalho.

Outra matéria (13/12/03), sobre um concurso para a Polícia Militar de Pernambuco que atraiu mais de 50 mil candidatos e resultou em uma enorme fila, segue caminho semelhante. Ela não cita índices, mas contribui para formar um cenário de desemprego. Leia parte da reportagem:

[Repórter] Debaixo do sol forte, pessoas de profissões e classes sociais diferentes:

[Candidatos] cabeleira; comerciante; estudante de medicina veterinária; segurança.

[Repórter] Quase todos estão desempregados. E encontraram no concurso público uma esperança.

[Candidato] Hoje quem não é concursado pra conseguir um emprego está muito difícil.

Na matéria, o desemprego aparece apenas como uma espécie de cenário no qual as pessoas estão inseridas. Não há reflexões sobre ele, não há causas. Mas a matéria deixa a entender que o concurso público é uma possível solução. Este é visto como uma “esperança”. Não houve matérias equivalentes a essa na FSP para que pudéssemos comparar.

Uma terceira matéria do JN (17/2/04) cita índices de desemprego, mas o faz de maneira episódica, por meio de uma nota pelada (apenas o locutor falando, sem imagens cobrindo sua fala) somente citando os números. Veja a nota:

[Repórter] O número de vagas na indústria brasileira teve redução de 0,5% em 2003. Em dezembro, o nível de emprego, que tinha subido em novembro, voltou a cair: 1,3% na comparação com dezembro do ano anterior. Os salários na indústria caíram 4,3% em 2003.

A divulgação do resultado dos níveis de emprego na indústria no ano anterior poderia ter levado a Globo a repercutir os números com especialistas. Mas a Globo preferiu se calar e apresentar a notícia de maneira fria, concisa e objetiva. A FSP, pelo contrário, deu bastante espaço ao assunto e foi bastante crítica, com uma diferença essencial: enquanto a Globo pôs a redução de vagas na indústria de 0,5% em primeiro lugar, deixando a queda maior – do salário – no segundo plano, a FSP (17/2/04) deu destaque a este último, com o título: “Salários pagos pela indústria recuam 4,3%”.

Também ao contrário do JN, a FSP aponta causas para a perda de empregos e de salário: “O crescimento tímido, apenas 0,3%, da produção industrial brasileira em 2003 teve impacto negativo tanto no nível de emprego quanto no total de salários pagos pelo setor”; “os resultados refletem a perda de dinamismo do emprego e dos salários na indústria e não podem ser dissociados da perda de dinamismo na produção”; “o ano passado [2003] foi um período de forte retração, no qual a política econômica privilegiou, com viés bastante conservador, o combate à crise de confiança que cercou o país por ocasião da campanha eleitoral e da vitória da candidatura petista”.

Além disso, a FSP destaca que 2003 “foi o segundo ano consecutivo de desempenho ruim detectado pela pesquisa mensal de empregos e salários na indústria do IBGE”. E responsabiliza explicitamente o presidente Lula pelos números: “Criar empregos foi a ‘obsessão’ prometida pelo candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Depois de um primeiro ano com resultados medíocres, as perspectivas, no segundo, não se têm mostrado animadoras. Até aqui, a agenda do desenvolvimento permanece na retórica”.

O JN em nenhum momento responsabiliza o presidente. Na matéria mais crítica da amostra, as causas do desemprego estão na chamada: “Juros altos e queda de renda afetam mercado de trabalho”. Fora essa rápida citação, nenhuma outra variável econômica ou política é apontada como causa, que se restringe “ao desaquecimento da economia”, segundo a funcionária de uma loja que vai fechar; e ao imediatismo do comerciante, segundo um dirigente sindical. Além disso, o JN deixa claro que a culpa não é das empresas, mas “dos tempos que estamos vivendo”. No julgamento moral, “a empresa é maravilhosa” e ambos, trabalhador e empresa, são vítimas do desaquecimento econômico. Na matéria, o conflito capital *versus* trabalho não existe. Trabalhadores e empresários não só não estão em campos opostos, como estão do mesmo lado, como vítimas. Veja trecho (7/7/03):

[Repórter] Mandado embora depois de seis anos no supermercado onde chegou ao posto de encarregado, Carlos Roberto não culpa a empresa:

[Desempregado] A empresa é maravilhosa, mas são os tempos que estamos vivendo.

Apesar das críticas, a matéria apresentou enquadramentos distintos sobre o desemprego e, por isso, foi a única desse assunto classificada como plural-aberta.

Em matéria (2/5/03), sobre desemprego nos Estados Unidos, o tratamento do JN foi diferente – houve vinculação direta com o presidente Bush. Segundo a reportagem, desemprego e crise econômica são inimigos de Bush. A matéria diz ainda que o presidente americano, ao anunciar isso, discursou em tom populista. Não há causas explícitas para o crescimento do desemprego nos EUA, mas há prescrição de solução: cortar impostos para estimular a economia. O único *frame* presente na matéria destaca o fato de Bush estar “em guerra contra o desemprego”.

Voltando ao caso brasileiro, se o JN não atribuiu o desemprego ao presidente Lula, também não retratou o presidente como alguém que está agindo para resolver o problema. Simplesmente o telejornal não fez essa vinculação entre desemprego e política. Em dissertação semelhante à nossa, em que analisou a cobertura política do JN no período eleitoral de 1998, quando o presidente era Fernando Henrique Cardoso, Liziane Guazina (2001) mostra que houve cobertura discreta sobre o assunto, mas que, quando apareciam matérias sobre desemprego, a ênfase recaía

sobre o ponto de vista oficial, “mostrando, por exemplo, as propostas do governo para combater o desemprego e as causas externas do problema” (p. 79-80).

A única matéria que apresenta vinculação entre a questão do emprego e o governo tratou de uma declaração do então ministro do Trabalho, Jaques Wagner, em que ele propôs discutir o fim da multa de 40% do FGTS para demissões sem justa causa. A causa apresentada foi que multa do FGTS é muito sujeita a fraude e não protege tanto o trabalhador. Já o julgamento moral foi de encontro a essa idéia, mostrando que a multa protege o trabalhador da demissão. As soluções propostas na matéria foram as dos presidentes da CUT e da Força Sindical, duas das maiores centrais sindicais do país: não acabar com a multa e ainda ampliar o prazo do seguro-desemprego.

É interessante perceber que essa matéria repercutiu bem a reação dos sindicalistas à proposta do ministro. Não houve grandes diferenças entre a forma como a Globo e a FSP enquadraram a declaração.

Já as matérias sobre emprego apresentaram outro padrão: ou eram notas curtas, objetivas, que noticiavam a melhora no nível de emprego ou eram reportagens bastante otimistas.

O bloco das notícias sobre emprego de nossa amostra começa em 26/7/04, já com uma dose de otimismo acima do necessário, pois apenas cinco meses antes o JN tinha noticiado que a quantidade de vagas na indústria, assim como o salário dos trabalhadores, havia caído em 2003. A matéria do JN passou a idéia de que estava sobrando vagas na indústria, que o salário estava aumentando e que havia mais contratações com carteira assinada. Enfim, tudo vai muito bem! O JN não deixa claro, porém, que este é um momento de transição, em que os indicadores estão melhorando mas ainda não são os ideais. Veja a matéria:

[Repórter] De 28 mil novos postos de trabalho na indústria da Grande São Paulo, 12 estão em uma metalúrgica que fabrica rolamentos. E ainda há vagas. No total, em junho, foram criados 107 mil empregos da região. O que supera o número de pessoas que entraram no mercado ou voltaram a procurar emprego: 58 mil. A pesquisa mostra avanço do emprego com carteira assinada e diminuição do trabalho informal, sem registro. Uma tendência já observada no setor industrial, no mês anterior, e que agora chegou ao comércio e aos serviços. A lógica é simples: empregos mais seguros geram renda e a possibilidade de compras a crédito. As lojas vendem mais e precisam contratar. Mário fazia vendas por telefone, sem registro em carteira. Agora trabalha em uma loja de material de construção.

[Recém contratado] Me traz mais segurança, mais benefícios, até porque eu tenho família.

[Diretor da Fundação Seade] Quase a metade dos postos de trabalho gerados são postos com carteira assinada e, portanto, são postos de trabalho de boa qualidade.

[Repórter] Isso se reflete na média de salário que, depois de quatro meses em queda, subiu 3,2%, chegando a R\$975.

A FSP (27/7/04) também destacou os dados positivos, porém deixou mais claro que o período é de recuperação: “Os resultados positivos mostram que o mercado de trabalho já reage aos sinais de recuperação da economia”. O jornal também destacou que só agora o trabalhador teve aumento de rendimento: “Os sinais de melhora da economia chegaram pela primeira vez no ano ao bolso do trabalhador. Após três meses em queda, o rendimento médio dos ocupados cresceu 3,2%”.

Exatamente um mês depois, em 26/8/04, o âncora do JN decretava “o fim do aperto”. Essa era parte da chamada de outra matéria com tom ainda mais otimista. A matéria não apresenta problema, nem julgamento moral explícito ou solução. Quanto às causas, o JN destaca que a produção em alta e o desemprego em baixa melhoram ambiente econômico e que a inflação menor favorece os trabalhadores nos acordos salariais. Veja a reportagem:

[Repórter] Se havia alguma dúvida sobre a melhora do ambiente econômico, é só conferir os números. A taxa de desemprego no país caiu de 11,7% para 11,2% em julho. É a menor do ano. E o rendimento médio real do trabalhador é o melhor de 2004: R\$901,20. Hoje as principais centrais trabalhistas deixaram as diferenças de lado para falar com otimismo sobre negociações salariais. No primeiro semestre do ano, quase 80% dos trabalhadores que foram à mesa negociar salários conseguiram reajuste igual ou maior do que a inflação.

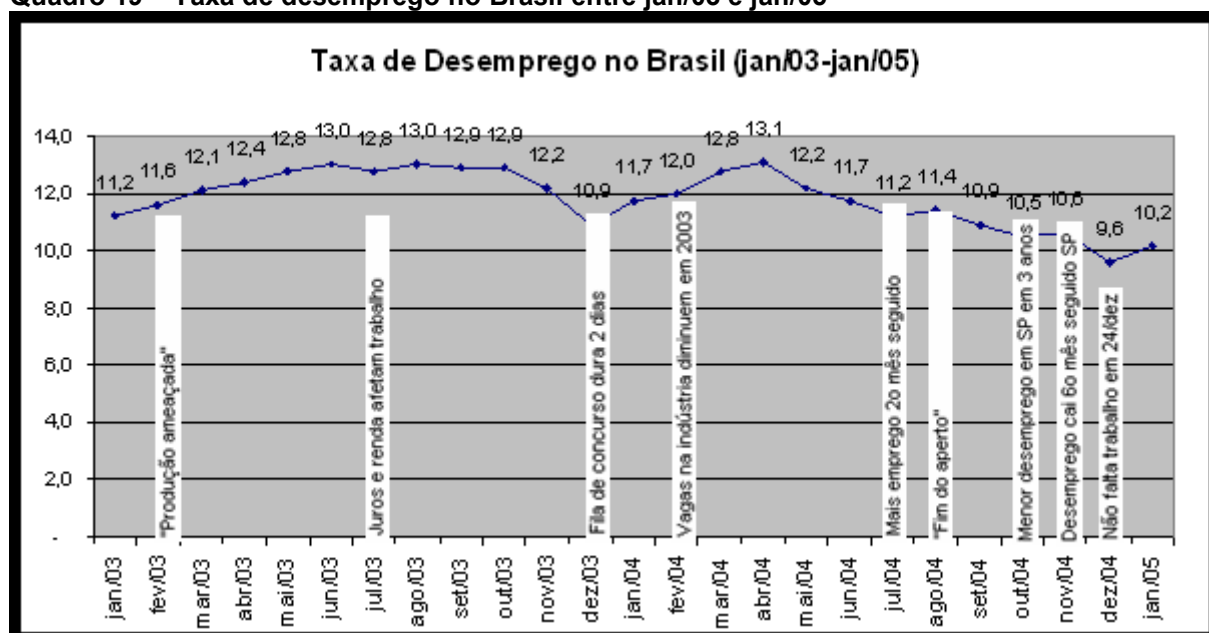
[Presidente da Força Sindical] O empresariado está apostando nas negociações coletivas. Eu acredito que esses dados forneceram acordos melhores.

[Repórter] As centrais sindicais reconhecem que trabalhadores e empresários foram para a mesa de negociações dispostos a ir além das leis trabalhistas. A inflação foi outro ponto importante neste caso. Segundo eles, se ela está menor, menor também o grau de dificuldade para se fechar um bom acordo. Na verdade, os números divulgados hoje são reflexos da produção em alta e do desemprego em baixa. Em uma fábrica de pneus foi preciso ampliar o espaço e encarar uma reforma para receber novas máquinas. A linha de montagem está ativa 24 horas. Não faltam funcionários e os salários aumentaram.

[Industrial] Nós e o empresariado em geral estamos sentindo um porto seguro nestes últimos meses.

Mais uma vez, o JN não contextualizou o fato. Se tudo parecia muito bem, a situação real é que o Brasil estava apenas no início de um processo de retomada. A interpretação que o JN dá à baixa do desemprego para 11,2% é como se este número fosse muito bom. Ele, no entanto, não é muito diferente da média de 12,3% do ano anterior (2003), no qual o JN só tinha notícias ruins a dar sobre o desemprego. Confira no gráfico. Nele, é possível comparar os assuntos das matérias sobre desemprego e emprego, nos meses em que foram publicadas, com a taxa de desemprego desse mês. Ao comparar, atentar para o fato de que algumas matérias se referem a dados do mês anterior e não do mês corrente.

Quadro 19 – Taxa de desemprego no Brasil entre jan/03 e jan/05



Fonte: IBGE

Como vemos no gráfico, realmente houve um processo de queda do desemprego. Mas nada excepcional. A cobertura da FSP (27/8/04) foi mais sensata, destacando que a taxa de desemprego de julho apenas havia voltado ao patamar do primeiro mês do governo Lula. Analistas também interpretaram o número em comparação com o governo anterior: "Voltamos a uma situação que prevalecia no final do governo FHC, antes de a crise econômica ter sido deflagrada com mais intensidade"; "a taxa de desemprego, de dois dígitos, ainda está num nível muito

alto, mas, pelo menos, estamos numa situação mais parecida com 2002, e não mais com 2003."

Dois meses depois (28/10/04), mais uma matéria. Dessa vez, porém, a queda de desemprego foi noticiada apenas com uma nota. E ela só trazia dados positivos:

[Âncora] O desemprego em São Paulo, em setembro, foi o menor em quase três anos: 17,9% da população ativa. Um milhão setecentas e noventa mil pessoas estão sem trabalho na região. Em setembro do ano passado, eram mais de dois milhões de pessoas.

A cobertura da FSP, no entanto, foi pelo lado oposto, destacando que os empregos não estavam mais surgindo no mesmo ritmo de antes. Um dos títulos foi: "Criação de empregos perde força em São Paulo". E o subtítulo: "Mercado de trabalho não segue ritmo de crescimento, dizem analistas". A FSP apontava como prováveis causas para o menor ritmo de contratações o pouco investimento em tecnologia e em produtividade e a pouca disposição das empresas em contratar por conta dos recentes anos de parques investimentos econômicos. Dizia, ainda, que seria necessário um período de crescimento continuado de pelo menos cinco anos para recompor os empregos perdidos.

O pior, no entanto, é que a mesma pesquisa, realizada pela Fundação Seade e pelo Dieese, que verificou a queda no desemprego detectou também uma retração da renda e uma deterioração da qualidade do postos gerados por conta da contratação sem carteira assinada, assim como a queda do rendimento médio dos trabalhadores ocupados entre julho e agosto. A FSP noticiou. O JN silenciou.

Se o JN não teve tempo para falar sobre o assunto, o teve para, na edição daquele mesmo dia, levar ao ar uma reportagem em que criticava a informalidade no país. O problema apresentado é o grande número de empresas informais no país. O julgamento moral é que as vendas informais são ilegais. A solução que o telejornal propõe é que o consumidor peça a nota fiscal na hora da compra. E as causas, para o JN, são a carga tributária alta, a burocracia, a lentidão do Judiciário e falta de punição. E a matéria também destaca que a concorrência desleal afasta investimentos e, com eles, a chance de novos empregos. Em suma, uma das causas

do desemprego é a quantidade de empresas informais e a solução para esse mal deve vir do próprio cidadão – ele deve pedir a nota fiscal.

Com o enquadramento de que a informalidade gera desemprego e queda de renda, o JN, mais uma vez, tratou um tema de interesse dos empresários, prejudicados com a concorrência de empresas menores e sonegadas, como se fosse de interesse de todos. Essa é a lógica do discurso hegemônico.

Em 29/11/04 houve mais uma nota, enfatizando que o desemprego havia caído pelo sexto mês seguido em São Paulo. E o JN novamente deixou o dado negativo escondido no final da nota, como se fosse um dado secundário:

[Âncora] O desemprego caiu, em outubro, pelo sexto mês seguido na região metropolitana de São Paulo: 17,6% da população em idade de trabalho. É o menor índice desde agosto de 2001. No mês passado, foram criadas 65 mil vagas na região. Já a renda do trabalhador caiu, em setembro: 1,6% na comparação com agosto.

A FSP (30/11/04) novamente foi no sentido inverso. Veja títulos de duas matérias: “Emprego industrial vai crescer menos em 2005, diz Ciesp” e “Desemprego e renda têm queda na Grande SP”. Em suas matérias, a FSP destacava que o emprego havia crescido, mas crescia em ritmo cada vez menor e que é possível que, com a alta de juros, a recuperação do emprego não mantenha o ritmo. O jornal informa ainda que as novas vagas criadas são precárias, têm baixo salário.

No mês seguinte, mais uma matéria otimista. Dessa vez, o mote não são dados estatísticos, mas o Natal, já que a matéria foi veiculada em 24/12/04. Segundo o âncora, “para muitos brasileiros, o que não falta é trabalho no dia 24 de dezembro”. A matéria cita vários exemplos de profissionais que têm maior demanda de trabalho na véspera de Natal, como cabeleireira, mecânico, costureira e manicure.

Novamente, só há coisas a comemorar. Nada de negativo é apresentado na matéria. Claro que se o leitor for verificar o gráfico constatará que houve queda de desemprego em dezembro. Mas o JN não deixa claro é que não é só naquele 24 de dezembro que não falta trabalho para muitos brasileiros, mas em todas as vésperas de Natal, pois este mês regularmente apresenta queda no desemprego (confira no gráfico). O JN também não fala que os postos de trabalho gerados em dezembro

são, em sua maioria, temporários, e que em janeiro a maioria desses recém-empregados voltará a fazer parte da população desocupada, fazendo os índices de desemprego subir.

Por fim, vamos analisar as duas últimas matérias. Aqui há um fato novo. Depois da última matéria, em dezembro de 2004, só em setembro e outubro de 2006 é que aparecem matérias sobre o assunto, e mesmo assim são duas notas de apenas 15 segundos cada. Claro que temos de levar em consideração que pode ter havido matérias sobre emprego e desemprego nos dias fora de nossa amostra. Mesmo assim, seria bastante improvável não aparecer nenhuma matéria nesse intervalo se houvesse sido mantida a frequência de matérias sobre o assunto dos dois anos anteriores, ou mesmo se tivesse diminuído à metade. Ressaltamos que a escolha dos dias da amostra é uma causa pouco provável para essa ausência, pois nossa metodologia considerou dias da semana e períodos do mês semelhantes entre os biênios 2003/2004 e 2005/2006. Dessa forma, isso nos leva a concluir que o JN efetivamente evitou o assunto emprego e desemprego em sua agenda nos últimos dois anos do governo Lula. E esse fato nos parece bastante significativo. Quais seriam os motivos?

Diante do impasse, verificamos se o JN havia diminuído de forma drástica sua cobertura econômica em 2005 e 2006. Poderia ser que a agenda econômica tivesse perdido espaço para a extensa agenda de escândalos depois das denúncias de corrupção do deputado Roberto Jefferson contra o PT. O resultado, com base em nossa amostra, nos mostrou que, apesar de o primeiro ano do governo ter tido intensa cobertura econômica, a qual diminuiu à metade no segundo ano, no ano seguinte (2005) o tempo aumentou um pouco. E, em 2006, mesmo considerando que nossa amostra não inclui novembro e dezembro, o tempo de cobertura caiu bastante. Confira os números:

Quadro 20 – Tempo de cobertura dedicada à economia por ano

Ano	Matérias	Tempo
2003	37	01:00:29
2004	34	00:32:46
2005	32	00:36:03
2006	21	00:17:48

A análise desses números nos permite duas conclusões. A primeira é que o JN realmente diminuiu sua cobertura econômica, mas não o suficiente para que o assunto emprego e desemprego fosse quase totalmente silenciado nos dois últimos anos.

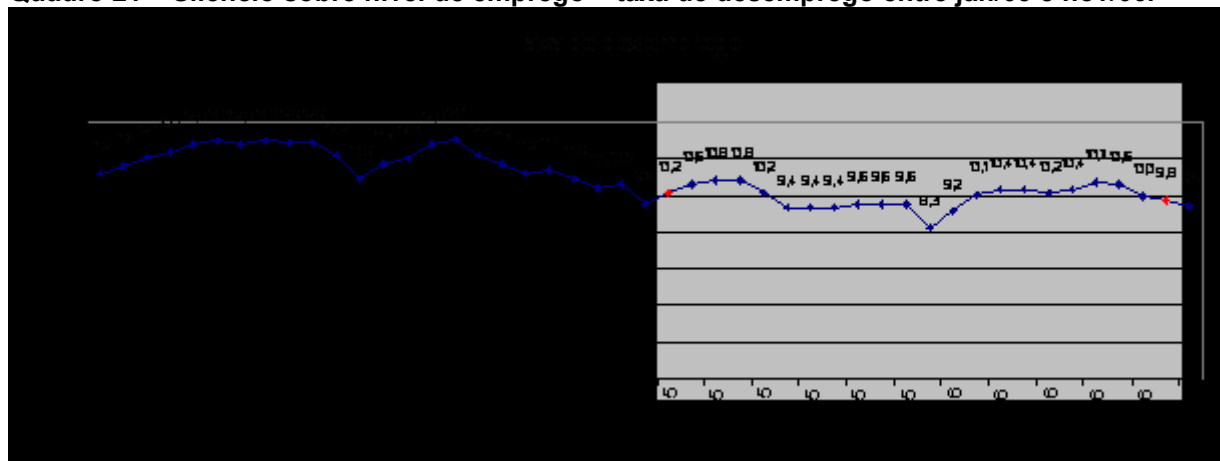
A segunda conclusão não tem a ver somente com o assunto emprego e desemprego, mas com toda a cobertura econômica. É bastante significativo que o JN tenha diminuído tão drasticamente sua cobertura econômica em 2006, justamente ano de eleições presidenciais. Para que possamos fazer uma comparação mais correta do tempo dedicado à economia em cada ano, anualizamos o resultado de 2006 de forma que, em vez dos dez meses, tivéssemos 12 meses. O resultado é que 2006 teria tido 21min22 de tempo dedicado à economia segundo nossa amostra. Isso quer dizer que, de um ano (2005) para o outro (2006), o JN reduziu quase à metade (59%) o tempo dedicado à economia em seu noticiário.

Como a economia era justamente a área em que o governo sofria menos críticas, podemos inferir que isso fez parte da estratégia da Globo para não se mostrar tão a favor do presidente Lula, o que poderia prejudicar a emissora em caso de vitória de outro candidato. O histórico da Globo tem mostrado que ela geralmente está do lado da situação e, se outro candidato ganhasse, a transição de um governo para outro seria mais “suave” com menos ênfase na economia, que era interpretada como apresentando bons resultados.

Voltando a nossa busca por uma explicação para o silêncio do JN em relação ao emprego e desemprego em 2005 e 2006, descartamos a hipótese de que isso seja decorrente do baixo tempo dedicado à economia. Embora essa hipótese também deva ter influência, não explica a ausência completa. Restou-nos verificar se tinha havido alterações significativas na taxa de desemprego do período. O JN poderia ter evitado noticiar uma alta no desemprego, já que sua cobertura vinha sendo favorável à política econômica. Mas também não notamos variações importantes. Na média, houve certa estabilização do desemprego em 2005 e 2006, com taxas próximas a 10%, menores portanto que a de 2003 (12,3%) e de 2004

(11,5%). Confira os números no gráfico. A área cinza marca o período de silêncio do JN sobre o assunto:

Quadro 21 – Silêncio sobre nível de emprego – taxa de desemprego entre jan/03 e nov/06.



Fonte: IBGE

Enfim, não encontramos explicação plausível para o silenciamento. Uma hipótese é que, com a aproximação das eleições presidenciais e para governador de 2006, o JN tenha mudado de estratégia e evitado ressaltar os dados positivos da diminuição do desemprego de forma a não favorecer o candidato Lula. Essa hipótese deve ser considerada, pois, como dissemos, as duas últimas matérias sobre o assunto saíram às vésperas do 1º e do 2º turno e foram bastante objetivas, limitando-se a informar os números, diferenciando-se, mais uma vez, da cobertura crítica da FSP. Acreditamos, porém, que haja outras explicações para a retirada do tema da agenda.

Resumindo, o JN realizou coberturas diferentes para os assuntos emprego e desemprego. Duas das quatro matérias sobre desemprego, concentradas em 2003, apresentam mais de um enquadramento, embora um deles prevaleça, sendo classificadas como plurais-fechadas. Já as sete matérias sobre emprego, concentradas em 2004, foram classificadas como restritas ou episódicas.

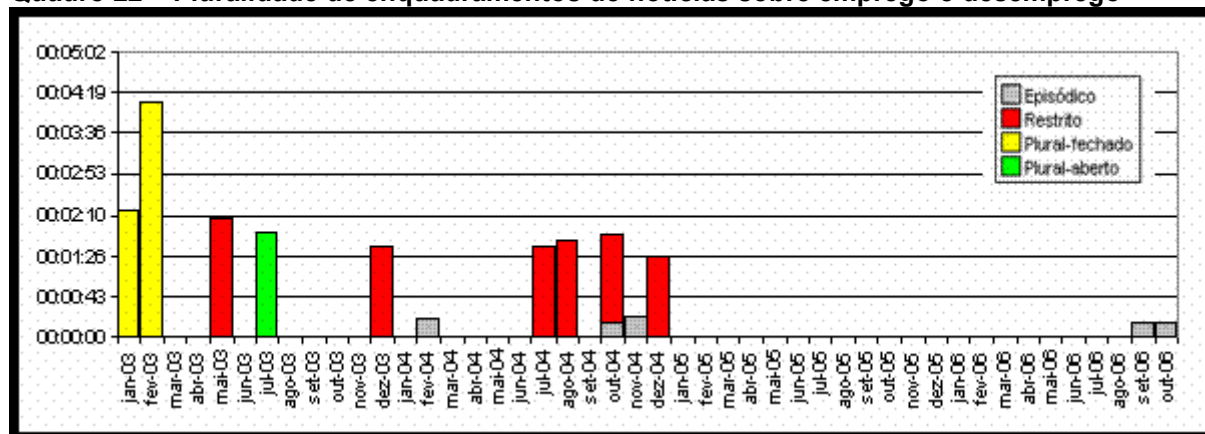
Nas matérias que noticiavam aumento do desemprego, praticamente não havia causas econômicas. As sobre emprego, por sua vez, foram excessivamente otimistas, interpretando os números sempre de forma favorável à situação. Em 2005 e em 2006, o JN mudou de estratégia e passou a evitar o assunto.

Outros pontos que valem ser ressaltados é que o JN não vinculou a questão do emprego ao presidente Lula. Os números sempre eram atribuídos à “retomada da economia”, à “recuperação” ou ao “desaquecimento econômico”, mas nunca a uma política que tem o presidente Lula como responsável maior. Diferentemente, na única matéria sobre desemprego nos Estados Unidos, o JN mostra que Bush o está combatendo.

Outro ponto interessante é que o JN procurou destacar a informalidade como um aspecto negativo na economia do país, que traz prejuízos para todos. Assim como já havíamos verificado na cobertura sobre os impostos, o JN interpretou um discurso de interesse primordial de uma classe como interesse de todos. Claro que é de interesse dos trabalhadores ter emprego com carteira assinada, mas é melhor estar na informalidade do que não ter trabalho. Ou seja, para estes, há dois lados da questão. Diferentemente, as grandes e médias empresas sempre enxergam na informalidade um problema, uma vez que acirra a concorrência.

Finalmente, consideramos válido mencionar, mais uma vez, que a cobertura desse assunto foi bastante favorável ao governo e que o JN apresentou enquadramentos bastante diferentes daqueles veiculados na FSP, jornal que foi bastante crítico quanto à questão. Confira nos quadros abaixo a classificação quanto aos enquadramentos e a lista de matérias analisadas.

Quadro 22 – Pluralidade de enquadramentos de notícias sobre emprego e desemprego



Quadro 23 – Relação das matérias analisadas sobre emprego e desemprego

Data	Tempo	Título da matéria
6/1/03	02:15	Declarações do ministro do Trabalho criam polêmica entre os trabalhadores
4/2/03	04:08	Produção ameaçada
2/5/03	02:07	Novo inimigo de George Bush é o desemprego nos Estados Unidos

7/7/03	01:50	Juros altos e queda de renda afeta mercado de trabalho
13/12/03	01:36	Fila do maior concurso público de Pernambuco já dura dois dias
17/2/04	00:19	Vagas na indústria brasileira têm redução em 2003
26/7/04	01:35	Mais emprego - Pelo segundo mês seguido, o desemprego caiu em São Paulo.
26/8/04	01:43	Fim do aperto - desemprego caiu pelo terceiro mês seguido
28/10/04	00:15	Desemprego em São Paulo em setembro é o menor em quase três anos
28/10/04	01:34	Rede de informalidade impõe ao país perdas de até R\$ 160 bi por ano
29/11/04	00:22	Desemprego cai pelo sexto mês seguido em São Paulo
24/12/04	01:26	Para muitos brasileiros, o que não falta é trabalho no dia 24 de dezembro
27/9/06	00:15	Nível de empregos formais aumenta em quase 6% em 2005
26/10/06	00:15	Desemprego nas seis maiores regiões metropolitanas caiu em setembro

5. Inflação

As matérias sobre este assunto são basicamente sobre aumentos de preços de produtos ou serviços específicos (gás, condomínio, materiais de construção, passagens de ônibus, planos de saúde, taxa de embarque em aeroportos e farinha) e sobre índices de inflação. Geralmente, os índices foram tratados em notas e pautados por divulgações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação Getulio Vargas (FGV). Com a divulgação em forma de nota, o JN se restringiu a mostrar os índices de inflação, sem interpretações. Já os aumentos no preço de produtos e serviços foram tratados em reportagens que geralmente não questionavam a inflação total. Houve apenas uma matéria que tratou a inflação como baixa e uma única matéria que destacou a possibilidade de haver uma baixa de preço (do pão), mas a causa era externa – a Argentina iria retirar taxas de exportação da farinha.

Quanto ao período em que o assunto foi agendado, não houve concentração excessiva de matérias em determinados períodos (como no caso dos assuntos Impostos e Emprego e Desemprego, por exemplo), apesar de ter havido maior tempo em 2003.

Dividiremos nossa análise entre as dez matérias que tratam de variações de preços e as oito que tratam de índices de inflação.

A primeira matéria sobre aumentos de preços (6/3/03) trata do problema da elevação no preço de materiais de construção. Não há causas macroeconômicas internas. Os preços estão altos por questões internacionais ou por falta de produtores: "Tem alguns materiais que sofrem a cabo de preços internacionais. E tem outros materiais que têm baixíssimo número de produtores". O julgamento moral,

por sua vez, vem logo no início do texto. Segundo a matéria, o combate à inflação é uma prioridade para o governo. Confira o trecho:

[Âncora] O ministro da Fazenda também foi enfático ao afirmar que a inflação é uma preocupação do governo – e que o combate à alta de preços é prioritário. Alguns materiais de construção, por exemplo, aumentaram mais de 50% nos últimos 12 meses. É o que mostra uma pesquisa do sindicato da construção civil de São Paulo.

A solução é o crescimento econômico. Mas a matéria não explica como esse crescimento é possível: "Se houver crescimento econômico, a construção civil volta a ser ativada e o incentivo pra que novos competidores entrem no mercado ofertando materiais. Quando isso acontecer, os preços caem".

Outras três matérias criticam o aumento do gás de cozinha (7/6/03, 7/7/03 e 20/4/06). Apenas uma delas relaciona os aumentos a decisões de política econômica e mesmo assim de forma sutil. Segundo a matéria, as distribuidoras aumentaram o preço sem justificativa, provavelmente antecipando-se a um pedido do governo para que eles baixem o preço. A matéria também menciona a elevação dos custos fixos como causa.

As outras duas matérias citam como causa o fato de o gás ter sido “o único derivado de petróleo que não teve diminuição de preço este ano [2003], apesar da desvalorização do dólar”; e de que em determinado local o gás é mais caro porque a entrega em casa é mais rápida, enquanto em outro ponto de venda é mais barato porque não tem custo de entrega.

Dessas três matérias, apenas uma apresenta julgamento moral, mostrando as revendedoras como vítimas e as distribuidoras como vilãs. E em duas matérias o governo aparece bem, como solucionador. Segundo as matérias, “o Ministério de Minas e Energia criou um grupo de trabalho, para encontrar uma forma de baixar o preço do gás de cozinha. Atualmente, nove milhões de famílias recebem R\$15 a cada dois meses do programa Vale-Gás, para a compra do botijão”; e “o ministro das Minas e Energia pediu à Petrobrás e a representantes de distribuidoras e revendedoras que encontrassem uma forma de reduzir em R\$3 o preço do gás de cozinha para o consumidor.” A outra matéria, que enfoca mais a grande diferença de

preços do botijão entre pontos de venda do que propriamente o preço alto, diz que a solução é comparar preços para economizar.

Outra matéria (21/5/04) trata do aumento do valor dos condomínios acima da inflação. A causa, segundo a matéria, é a inadimplência, que aumentou depois que o novo Código Civil fixou a multa por atraso em, no máximo, 2%.

Há também uma matéria (18/1/05) que trata do reajuste dos preços nas taxas de embarque dos aeroportos. Segundo a matéria, o aumento se deve à inflação e ao aumento dos custos dos aeroportos depois dos ataques terroristas de 11 de setembro. No mesmo dia, porém, o JN silenciou sobre possíveis elevações de preços em um setor que tem muito mais impacto para a maioria dos brasileiros do que as taxas de embarque: os supermercados. Segundo matéria da FSP (19/1/05), dados do IBGE e dos supermercados revelaram recuperação, mas o setor reclamou dos juros e dos impostos altos e ameaçou remarcar preços.

Uma matéria de 19/5/06 critica a alta de preços dos planos de saúde. A causa é que a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) não segue a inflação para reajustar os planos, efetuando um cálculo a partir de uma média para todos os planos de saúde. Segundo a matéria, essa base de cálculo não é justa e o consumidor é quem perde, por não ter como pagar tão caro. Essa foi uma das duas únicas matérias sobre inflação que foram classificadas como plurais-abertas, apresentando duas visões distintas e não se restringindo à cobertura oficialista.

A exemplo da matéria anterior, uma de 26/10/2006 também mostra a atuação do JN como defensor do povo. A reportagem diz que o governo argentino anunciou a retirada de taxas de exportação da farinha de trigo. Com a medida, a farinha importada custaria metade do preço da farinha produzida aqui e os pães baixariam de preço. Por outro lado, se as padarias comprarem direto da Argentina, haverá desemprego no Brasil. Apesar de também haver este último enquadramento, com a questão do desemprego, há destaque para a possibilidade do preço do pão baixar. O julgamento moral, então, é de que a medida é ruim para os empresários, mas é boa para o consumidor.

As matérias sobre índices de inflação, como já dissemos, praticamente se limitam a divulgar os resultados das pesquisas mensais do IBGE e da FGV. Dessa

forma, todas tiveram formato de nota, com curta duração, e todas foram classificadas como episódicas, com a curiosa exceção de uma, classificada como plural-aberta. Esta não é exatamente uma matéria sobre um índice de inflação, mas a repercussão da publicação da ata do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom), que se reúne periodicamente para definir as taxas de juros. O problema apresentado é que a Petrobras se irritou com a ata do Copom. O Comitê teria subido os juros porque a inflação poderia ficar acima da meta no ano seguinte com a possibilidade de novos aumentos no preço dos combustíveis. Com isso, houve pesos iguais para duas visões do fato: 1) a inflação pode ficar alta por conta dos combustíveis; e 2) não é possível fazer projeções de preços nos combustíveis e a Petrobras não protela aumentos.

Quanto às outras sete matérias, todas dão um tom de que a inflação está alta. O JN fez uma cobertura puramente pontual do assunto inflação, considerando-a somente mês a mês e esquecendo que esse período, visto sob um recorte temporal maior, teve uma das inflações mais baixas da história recente do país. Dessa forma, o JN utilizou algumas expressões para caracterizar a inflação como alta: “inflação reaparece depois de três meses”; “O IGP-DI, que mede a inflação no atacado, deu um salto, em setembro”; “a inflação, na cidade de São Paulo, subiu para 0,71%, na segunda semana de janeiro” (estava em quanto? A matéria não diz.); “O IGP-M ficou em 0,82% em novembro, bem acima da taxa de outubro (0,39%)”. “A inflação medida pela Fundação Getulio Vargas mais do que dobrou em março”; e “O preço da cesta básica subiu em 15, das 16 capitais pesquisadas pelo Dieese”.

Na nossa amostra de matérias, o JN nunca questionou as metas de inflação. Veja o exemplo em uma nota (26/8/04):

[Âncora] A ata da reunião da semana passada do Comitê de Política Monetária do Banco Central, divulgada hoje, considera possível que a inflação supere a meta deste ano de 5,5%, e a do ano que vem, de 4,5%. Isso exigiria uma política monetária mais ativa, segundo a ata. Ou seja: os juros podem subir se a inflação aumentar.

Contudo, ao investigar matérias em outras datas no *site* do JN, vimos que houve algum espaço para o enquadramento de que os juros estavam muito altos

para manter a inflação mais baixa do que seria necessário. Mas esse enquadramento não foi dominante.

A FSP, por outro lado, deu bastante espaço para o questionamento que havia por parte de alguns políticos (inclusive integrantes do governo) e de representantes dos empresários e dos trabalhadores a respeito da meta de inflação.

Concluindo, o JN não silenciou totalmente a respeito do assunto, mas adotou uma estratégia de publicar, na maioria das vezes, apenas “os fatos”, ou seja, os índices de inflação, evitando repercuti-los. Ao fazer isso, sempre utilizava o parâmetro oficial – a meta de inflação definida pelo governo. Com isso, sua cobertura foi bastante oficialista. Em nossa amostra, não houve qualquer questionamento crítico sobre as metas de inflação, ao contrário do verificado na cobertura da FSP. É bem provável que o JN também tenha sido menos crítico que a maioria do restante da imprensa. Porém, só uma pesquisa mais aprofundada poderia levar a uma conclusão.

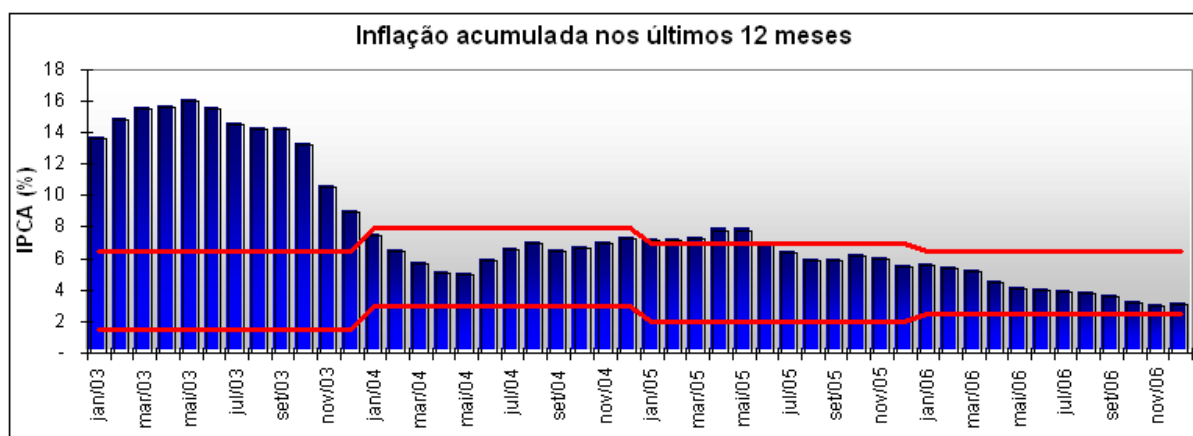
Ao mesmo tempo, o JN reforçou a idéia do jornal como tribuna do povo, como defensor do consumidor, ao “denunciar” o aumento de preços de alguns produtos e serviços. No entanto, esses aumentos não foram associados à política econômica vigente ou ao governo. Eles tinham sempre causas externas ao governo, como: materiais de construção que sofrem influência de preços internacionais e do baixo número de produtores; aumento do gás “sem justificativa”; IGP-DI teve aumento “pontual”, pressionado por período de entressafra; condomínios elevados por causa da maior inadimplência causada pelo novo Código Civil; aumento das taxas de embarque devido à inflação e ao aumento de custos dos aeroportos depois do 11 de setembro; gás mais caro porque entrega em casa; e preços dos planos de saúde mais altos porque a ANS não utiliza a inflação como parâmetro para reajustes.

Enfim, o JN pintou um cenário de que os preços estavam sempre altos. Mas não explicou de forma convincente porque os preços aumentavam, ao menos no nível macroeconômico. Acreditamos que esse cenário de preços altos e que precisavam ser controlados tenha sido enquadrado pelo próprio governo e tenha servido como amparo perante a opinião pública para os juros elevados. E não podemos esquecer que o JN, com sua enorme audiência, é um grande formador de opinião.

É interessante verificar que o cenário da inflação elevada mantido pelo JN ao longo dos quatro anos da análise não encontrou correspondência na realidade, mesmo se utilizarmos as metas definidas pelo governo como parâmetro. Fizemos uma comparação gráfica da inflação do período para verificarmos se ela realmente estava “alta”, considerando como alta o fato de estar fora da meta. A surpresa é que, com exceção de 2003, em que esteve totalmente fora da meta, a inflação entre 2004 e 2006 esteve praticamente o tempo todo dentro do intervalo estabelecido pelo governo. Ou seja, o JN deu cores mais fortes à realidade, apresentando um quadro de inflação mais grave do que ele realmente era. Em meados de 2005, a inflação subiu um pouco, ultrapassando levemente o limite máximo e só voltou a cair com aumento dos juros. No entanto, isso não justifica a manutenção de uma idéia de que a inflação estava sempre alta.

No gráfico, a inflação é medida pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador utilizado pelo governo para o regime de metas para inflação. O gráfico considera não o valor mensal, mas o acumulado dos últimos 12 meses, forma utilizada pelos economistas para esse tipo de comparação, uma vez que diminui o efeito de sazonalidades e permite comparar com a meta real definida para o período de um ano e não para um mês. Confira:

Quadro 24 – Inflação acumulada nos últimos 12 meses e intervalo de meta

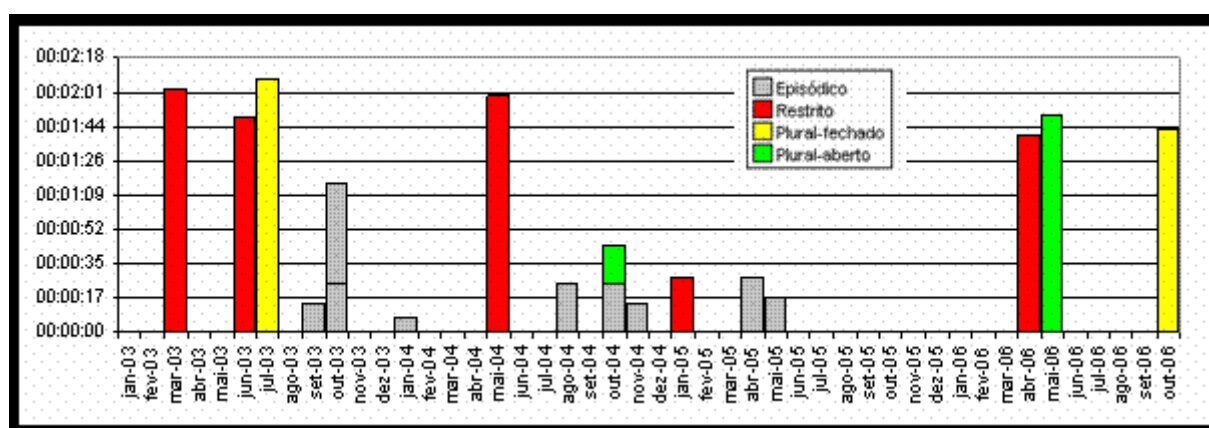


Fontes: Site do Banco Central (www.bcb.gov.br) e Portal Brasil (www.portalbrasil.eti.br)

Por fim, veja nas tabelas a seguir as classificações das matérias quanto aos enquadramentos e a relação das matérias analisadas. Note que a maioria das notas é episódica e a maioria das reportagens é restrita. Mas que o JN também mostrou

visões diferentes, tendo duas matérias plurais-abertas e duas plurais-fechadas. Vale lembrar, porém, que essas matérias apresentam visões diferentes sobre a alta de preços de produtos ou serviços específicos e não sobre a política econômica.

Quadro 25 – Pluralidade de enquadramentos de notícias sobre inflação



Quadro 26 – Relação das matérias analisadas sobre inflação

Data	Tempo	Título da matéria
6/3/03	02:03	Pesquisa mostra a alta de preço dos materiais de construção
7/6/03	01:48	Menos gás
7/7/03	02:08	Gás mais caro
10/9/03	00:15	Inflação reaparece depois de três meses
9/10/03	00:25	Estudantes voltam a protestar contra o preço das passagens de ônibus em Salvador
9/10/03	00:50	Risco-país fica abaixo dos 600 pontos
19/1/04	00:08	Mercado Financeiro
21/5/04	01:59	Preço alto do condomínio atormenta os brasileiros das grandes cidades
26/8/04	00:25	Copom considera possível que inflação supere meta deste ano de 5,5%
28/10/04	00:24	Inflação medida pela Fundação Getúlio Vargas, em outubro, foi a menor em um ano
28/10/04	00:20	Banco Central divulga motivos da alta nos juros e Petrobras responde
29/11/04	00:15	Dólar fecha em alta e bolsa em queda
18/1/05	00:28	Tarifas de embarques domésticos ficarão mais caros
6/4/05	00:28	Inflação mais que dobra em março e dólar cai mais uma vez
2/5/05	00:17	O preço da cesta básica subiu em 15, das 16 capitais pesquisadas pelo Dieese
20/4/06	01:39	Preços do botijão de gás variam quase 90%
19/5/06	01:50	Aumento nos planos de saúde - planos vão ter reajuste de 8,89%
26/10/06	01:43	Farinha importada no Brasil - boa notícia para quem está pagando mais pelo pãozinho

6. Câmbio e Bolsa de valores

As matérias sobre bolsa de valores e câmbio entre dólar e real têm um comportamento bem específico. A maioria apresenta a forma de nota com informações sobre o mercado financeiro. Portanto, das 28 matérias deste assunto, 23 foram classificadas como episódicas, ou seja, são majoritariamente descritivas, sem apresentar um enquadramento específico.

Das outras cinco matérias, quatro foram ao ar no início de 2003. O agendamento dessas matérias nos primeiros meses do governo Lula reflete o debate e a dúvida sobre a política econômica que seria adotada. Isso levou o JN a dar mais espaço ao assunto em seu telejornal, com reportagens. A partir de junho, o assunto praticamente só foi tratado em notas, com apenas duas exceções.

A primeira matéria de nossa amostra sobre o assunto, veiculada em 6/1/03, destacava o otimismo do “mercado” com a política econômica adotada pelo novo governo: “Para muitos operadores e investidores hoje foi o primeiro dia de trabalho pra valer no mercado em 2003. E os negócios foram feitos em clima de otimismo desde o começo da manhã”. A matéria não apresenta problema, julgamento moral ou solução proposta. Mas mostra a causa do otimismo: a possibilidade do governo aumentar o superávit primário. Veja, a seguir, excerto da reportagem. Como a matéria apresentou um único enquadramento, foi classificada como restrita. Note as adjetivações utilizadas, sempre ressaltando o lado positivo. E note também que o ajuste fiscal não é “maior” ou de “maior arrocho” e sim “mais sério”:

[Repórter] O discurso de austeridade fiscal do novo governo tem levado alguns investidores a reverem as expectativas pessimistas para este início de ano. Quem apostava em novas desvalorizações do Real agora vende dólares com medo de uma queda ainda maior da cotação da moeda americana. Segundo o economista Odair Abate, a possibilidade do governo aumentar a meta de superávit primário teve repercussão positiva.

[Economista] Como o governo brasileiro emite sinais que vai propor um ajuste fiscal ainda mais sério do que havia sido negociado com o FMI, isso é muito bom e ajuda a reforçar a tendência da queda do dólar.

Em 6/3/03, outra matéria trata novamente da animação do mercado. Aqui também não há problema, julgamento moral ou solução. Só existem causas. Segundo o JN, a exportação de produtos agrícolas resultou na entrada de muitos dólares no país e isso mudou o humor dos investidores. O saldo positivo na balança comercial, o superávit fiscal recorde e a recomendação de compra dos títulos da dívida brasileira animaram o investidor estrangeiro. O tom é de bastante otimismo, percebido pelas expressões (sublinhadas) utilizadas na reportagem. Veja parte da matéria:

[Repórter] Nas mesas de câmbio, a volta do carnaval foi animada. Ontem não houve tempo de absorver as novidades e a cotação do dólar caiu hoje ao nível mais baixo dos últimos 45 dias. Fechou em queda de 1,51%, cotado a R\$ 3,50. O mercado financeiro considera que a economia brasileira está dando sinais muito positivos. O saldo de mais de US\$ 2 bilhões este ano na balança comercial, o superávit fiscal recorde, a recomendação de compra dos títulos da dívida brasileira por grandes bancos internacionais. Tudo isso animou o investidor estrangeiro. O Risco-País caiu hoje mais 4,84% foi a 1.100 pontos – o menor patamar dos últimos nove meses. O C-Bond, principal papel brasileiro negociado no exterior teve valorização de 2,12% e alcançou a melhor cotação dos últimos dez meses.

A FSP, por sua vez, também destacou que o mercado estava otimista. Mas, como já dissemos antes, nota-se como o JN carrega na tintas, dando tom mais forte a esse otimismo, como se não existisse meio-termo. Enquanto com seis dias de governo o JN já falava em otimismo, a FSP era mais cautelosa: “parece que se vai construindo um ambiente interno menos intranquilo com relação à gestão da economia brasileira. O real valorizou-se, o risco-país caiu e o índice Bovespa subiu. O recuo da taxa de câmbio deve aliviar a situação das empresas endividadadas em dólar” (7/1/03).

Em abril de 2003, o JN abria espaço para a divergência que existia não só entre alguns empresários quanto dentro do próprio governo a respeito da interferência ou não no câmbio do dólar. Resumidamente, um grupo defendia uma atuação mais liberal, deixando que o câmbio fosse definido pelo mercado, enquanto outro grupo mais intervencionista, com apoio principalmente de empresários exportadores, defendia que o governo deveria segurar o câmbio, pois um dólar muito baixo poderia prejudicar as exportações. Duas matérias (4/4/03 e 2/5/03) trataram sobre isso no início de 2003.

O problema apresentado pelas duas matérias foi o dissenso do governo quanto ao câmbio. A causa do dissenso, na matéria de abril, foram declarações dos ministros do Planejamento, Guido Mantega, e do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, afirmando que o dólar abaixo dos R\$3 poderia prejudicar as exportações. A solução proposta pela matéria foi a de o governo não interferir no câmbio. Na matéria de maio, o próprio presidente Lula afirmou que o dólar muito baixo pode atrapalhar exportações e, dias depois, fez declaração contrária, de que não pretendia interferir na queda da moeda americana. De qualquer forma, apesar das

contradições, a economia é retratada de forma positiva. A discussão gira apenas em torno do nível do dólar.

As duas matérias deram pesos semelhantes a esses dois enquadramentos e, portanto, foram classificadas como plurais-abertas. É interessante verificar que é um indício de que uma de nossas hipóteses é verdadeira: quando há maior dissenso entre as elites política e/ou econômica, há maior pluralidade de enquadramentos.

Depois dessa matéria, praticamente todas as outras foram notas que davam pouca ou nenhuma informação além do valor do câmbio e do percentual de alta ou baixa da bolsa de valores. No entanto, essas matérias não podem ser ignoradas, por dois motivos: 1) tratar um assunto de maneira episódica não significa neutralidade, mas uma tomada de posição que tem suas conseqüências para o entendimento do telespectador; 2) apesar do baixo grau de informação interpretada nessas notas, boa parte delas contribuiu para formar um cenário positivo da economia.

Em relação ao primeiro motivo, tratar o assunto de forma episódica significa optar por continuar a deixar o telespectador leigo no assunto sem entender porque a bolsa e o dólar subiram ou desceram. Mais do que isso, ele continuará sem entender o que aqueles números significam. Dessa forma, a ausência de interpretação do fato pode ter efeito próximo ao do não agendamento, pois, ao não ganhar um significado para o telespectador, o assunto passa em branco.

Quanto ao segundo ponto, mesmo em algumas notas bastante curtas, havia espaço para alguma adjetivação, como: “a Bovespa subiu, acompanhando o otimismo das bolsas americanas. Lá, os analistas apostam na recuperação da saúde financeira das empresas”; “a Bovespa subiu pelo quinto pregão seguido e bateu um recorde histórico em número de negócios”; “a Bolsa de Valores de São Paulo fechou em baixa – depois de seis altas seguidas. Mas ainda assim bateu novo recorde”; “o dólar fechou hoje na menor cotação desde 3 de julho”; “a bolsa de São Paulo bateu um recorde histórico – e passou a ser o melhor investimento do ano, até agora. Fechou em alta aos 18.985 pontos, superando o pico anterior registrado em março de 2000”; “a bolsa de São Paulo chegou ao fim do pregão em alta de 2,38%, puxada pela volta de investidores estrangeiros”. Claro que existiram exemplos negativos também, mas foram minoria em relação aos positivos.

Quanto às causas para o sobe-e-desce da bolsa e, às vezes, do dólar, geralmente o JN atribuía a fatores externos, como o movimento de outras bolsas, os investidores estrangeiros, o preço internacional do petróleo e os juros americanos. Praticamente não existem causas relacionadas a fatores internos ao Brasil e à política econômica adotada: “As bolsas de todo o mundo tiveram fortes perdas. A Bovespa também caiu”; “A Bovespa subiu, acompanhando o otimismo das bolsas americanas”; “Pressionado pela proximidade do fim do ano, o dólar fechou em alta e atingiu nesta sexta-feira a maior cotação desde três de setembro”; “A bolsa de São Paulo chegou ao fim do pregão em alta de 2,38%, puxada pela volta de investidores estrangeiros”; “Dólar em alta e bolsa em queda. Contribuiu nova alta do preço do petróleo lá fora. Os investidores também estão esperando a reunião do Copom”; “A Bovespa fechou em ligeira alta. O preço do petróleo ajudou”; e “O dólar subiu porque investidores temem que os Estados Unidos aumentem os juros para conter a inflação. Isso atrairia para lá dólares atualmente aplicados em países emergentes como o Brasil”.

No final de 2006, o JN retornou com a polêmica do câmbio. O problema apresentado é que o câmbio baixo prejudica produtores rurais exportadores. Mas, dessa vez, o enfoque foi outro. A matéria não cita causas. O julgamento moral, por sua vez, aponta que alguns produtores que reclamam do câmbio são chorões ou têm conversa fiada. Em vez de ficar reclamando, eles deveriam se alegrar com o ano de safra boa. E a solução para se dar bem mesmo com o câmbio baixo é o investimento em tecnologia. Prevaleceu o enquadramento de que, com o investimento em tecnologia, é possível continuar tendo lucros com a exportação, mesmo com o câmbio baixo. O enquadramento do câmbio como prejudicial às exportações foi minoritário e só foi citado para contextualizar a situação.

Na FSP, é possível encontrar o motivo de tal assunto ter voltado à tona no JN depois de três anos. O jornal noticiou que os produtores rurais continuavam os bloqueios em quatro rodovias federais em Mato Grosso, mesmo perdendo apoio da população, prejudicada com o desabastecimento nas cidades, e das entidades representativas. Dessa forma, ao contrário das duas vezes anteriores que agendou o assunto, dessa vez o JN claramente quis mostrar que os produtores não tinham

razão nenhuma, prevalecendo assim a política já consolidada pelo governo de não interferir no câmbio.

Aqui vale uma pequena pausa para contextualização do ambiente político. Numa das matérias em que havia pesos semelhantes para os enquadramentos contrários e favoráveis à intervenção no câmbio, em abril de 2003, o então ministro do Planejamento, Guido Mantega, foi um dos críticos do dólar baixo. Antonio Palocci, por sua vez, era ministro da Fazenda e defendia, junto com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, a não intervenção. Quando saiu esta última matéria, em 2006, Guido Mantega havia ocupado o lugar de Palocci e o presidente Lula, para evitar problemas entre os dois subordinados, entre outros fatores, disse que Meirelles responderia diretamente a ele, dando-lhe na prática o status de ministro adquirido oficialmente meses antes. Dessa forma, podemos entender a prevalência da visão do mercado como definidor do valor do câmbio como sinal de força do presidente do BC.

Apesar de grande, vale a pena ler esta última reportagem analisada. Confira alguns trechos que mostram claramente o enquadramento adotado pela matéria contra a intervenção no câmbio. Também é interessante verificar que o JN utilizou como fonte alguns setores específicos que estavam com produção em alta e tentou generalizar a idéia de um ambiente econômico positivo para o restante dos produtores. Com a rapidez com que a matéria é apresentada e com todos os “espaços em branco” que devem ser preenchidos pelo telespectador, é natural que ele, num processo de dedução, aplique a realidade do específico (produtores de café, laranja e cana que investiram em tecnologia continuam exportando muito) para o geral (todos os produtores que investiram em tecnologia estão bem e quase não estão sentindo os efeitos do câmbio). Segue a matéria:

[Âncora] O Brasil do campo e da lavoura tem organizado protestos contra as dificuldades causadas pela valorização do real e por prejuízos com os preços mínimos do que produzem. Mas nem tudo é crise no campo. Veja na reportagem de João Carlos Borda.

[Repórter] Nos cafezais, quase não há descanso. Nas usinas, nem à noite as moendas param. Toneladas de laranja de um lado; suco de outro. Este é o Brasil movido pela velocidade do campo. Só a área plantada de cana atinge 5 milhões de hectares. Um bilhão de litros de álcool o país consome aqui mesmo, em apenas um mês. E tem mais: o mercado externo, também de olho no álcool brasileiro.

[Usineiro] Para essa safra já esperamos estar colocando lá fora 3 bilhões de litros de álcool.

[Repórter] Furacões na Flórida abriram mais mercado para a laranja brasileira. Este ano o país deve produzir perto de 350 milhões de caixas. O que o setor colhe lá, no campo, é resultado de muito investimento aqui em pesquisa. Hoje o Brasil investe, pelo menos, R\$100 milhões em estudos para controlar doenças nos pomares e aumentar a produtividade. Com muita pesquisa e clima favorável, o Brasil mantém a liderança: produz 53% de todo o suco consumido no planeta. O café também é outro produto em alta. Na safra, que começa em julho, o Brasil deverá produzir 40,062 milhões sacas, aumento de 23,3%. O café brasileiro finca bandeiras no mundo: Alemanha, Estados Unidos, Itália, Japão e Bélgica. Uma outra parte dos produtores também percebeu que, mesmo na crise, existem oportunidades. Na maior feira agrícola da América Latina, em Ribeirão Preto, quem pode, investe na produção.

[Produtor] Eu aprendi com o meu pai, que já tem 78 anos, trabalhando na lavoura, ele fala que conversa fiada não paga conta e sim tecnologia.

[Repórter] Quem investiu em tecnologia e equilibrou as contas emite sinais de novos tempos no campo.

[Produtor] Os preços internacionais tanto do açúcar, do álcool, do café, da laranja, estão muito bons. Historicamente, estão batendo recordes, então estão compensando um pouco o problema cambial que são produtos muito exportados.

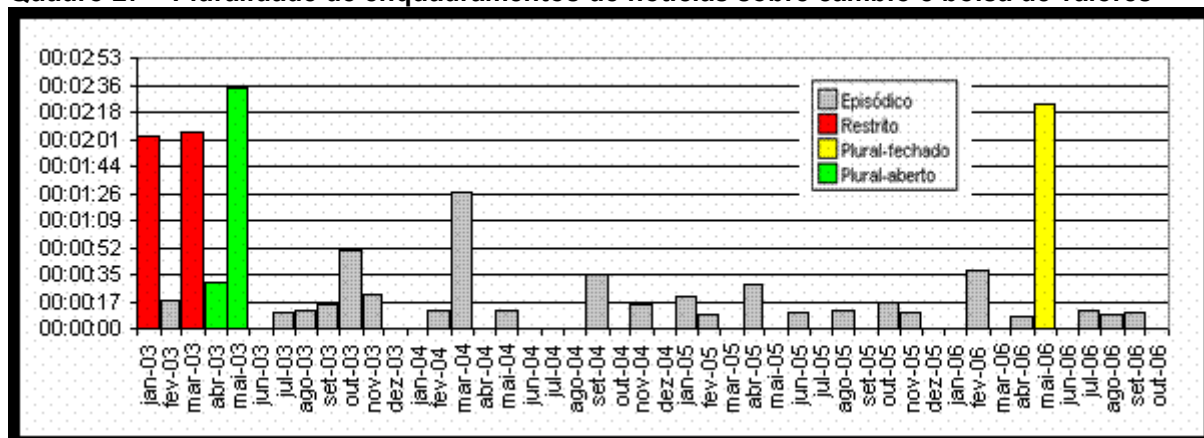
[Produtor] Não tem motivo para chorar. Um ano de safra boa é só alegria.

Resumidamente, o JN pautou o assunto durante os quatro anos, mas a maioria das matérias foi de notas sobre o mercado financeiro sem enquadramentos específicos, restringindo-se a valores relativos ao câmbio e à bolsa. Apesar de curtas, essas notas ajudaram a formar um cenário positivo da economia. Nessas matérias, o JN evitou vinculações com decisões da política econômica brasileira, apontando geralmente causas externas para o sobe-e-desce na bolsa e no câmbio.

No início de 2003, o JN deu mais espaço ao assunto, mostrando que o governo estava adotando a política econômica de preferência do mercado e, com isso, o dólar caía e a bolsa subia. Nesse período, o telejornal adotou tom um pouco mais otimista do que a FSP. Ainda no início do governo, o JN deu pesos semelhantes aos enquadramentos divergentes, que existiam dentro do próprio governo, sobre a intervenção no câmbio para evitar prejuízo às exportações, e sobre a opção adotada – do câmbio definido pelo mercado. Isso aponta para um indício de validade de uma de nossas hipóteses, de que quando há maior dissenso entre as elites há maior pluralidade de enquadramentos. Três anos depois, a mesma polêmica retornou, mas prevalecendo a visão de que só os exportadores que não

investiram em tecnologia é que estão tendo que se preocupar com o câmbio baixo. Confira os quadros:

Quadro 27 – Pluralidade de enquadramentos de notícias sobre câmbio e bolsa de valores



Quadro 28 – Relação das matérias analisadas sobre câmbio e bolsa de valores

Data	Tempo	Título da matéria
6/1/03	02:03	Dólar a R\$ 3,35
4/2/03	00:18	Ouro atinge maior cotação dos últimos seis anos
6/3/03	02:06	No mercado financeiro, o dólar e o Risco-Brasil têm um dia de queda
4/4/03	00:29	Dólar continua em queda e governo garante mercado livre
2/5/03	02:34	Lula inaugura usina e volta a dizer que não pretende interferir na queda do dólar
7/7/03	00:10	Dólar e Bovespa sobem acompanhando otimismo de bolsas americanas
13/8/03	00:11	Dólar fecha em queda a R\$ 3,009
10/9/03	00:15	Inflação reaparece depois de três meses
9/10/03	00:50	Risco-país fica abaixo dos 600 pontos
14/11/03	00:22	Pontuação recorde na Bovespa, dólar fecha em alta
17/2/04	00:12	Dólar fecha cotado a R\$ 2,92 nesta terça-feira
17/3/04	01:27	Juros reduzidos
21/5/04	00:12	Anúncio da Arábia Saudita faz o preço do petróleo cair
16/9/04	00:34	Dólar fecha abaixo dos R\$ 2,90 e C-Bond alcança maior cotação desde janeiro
29/11/04	00:15	Dólar fecha em alta e bolsa em queda
18/1/05	00:20	No mercado financeiro, o dólar, em alta, fechou a R\$ 2,719
1/2/05	00:09	Dólar fechou a R\$ 2,61 e Bovespa fechou em queda
6/4/05	00:28	Inflação mais que dobra em março e dólar cai mais uma vez
28/6/05	00:10	Mercado financeiro: dólar volta a cair e fecha a R\$ 2,367
15/8/05	00:12	Mercado financeiro: dólar cai e fecha cotado a R\$ 2,331
13/10/05	00:17	No mercado financeiro, a Bovespa caiu quase 2,5%
11/11/05	00:10	Mercado financeiro: dólar fecha em queda pelo 10º dia seguido - R\$ 2,163
21/2/06	00:37	O dólar subiu hoje quase 2%, a maior alta do ano: foi a R\$ 2,157
20/4/06	00:08	Bovespa fecha em queda e dólar em alta
19/5/06	02:23	Lucros de um Brasil rural
24/7/06	00:12	Dólar cai e fecha cotado a R\$ 2,193
22/8/06	00:09	Mercado financeiro: dólar fecha em alta, Bovespa cai
27/9/06	00:10	Mercado financeiro: dólar cai e fecha cotado a R\$ 2,187

7. Exportação e Importação

As matérias desse assunto tratam basicamente de exportação, apresentando resultados numéricos do volume de exportações ou noticiando sobre algum setor

exportador específico. Também há matérias sobre a relação comercial entre o Brasil e outros países. Não houve matérias que tratassem somente de importação e mesmo as matérias que tratam de exportação ou balança comercial evitaram o assunto. As cinco notas e sete reportagens desse assunto não estão concentradas em nenhum período específico dentro dos quatro anos de análise.

Dividiremos nossa análise em três grupos de matérias que refletem o agendamento do JN quanto ao assunto: 1) a relação entre o nível de exportação e o dólar; 2) a relação comercial com outros países; e 3) a exportação de produtos específicos (carne, sapatos e tecidos).

A discussão sobre a relação entre câmbio e exportação já foi exposta no item anterior deste capítulo (Câmbio e Bolsa de valores). As três matérias que analisamos aqui só confirmaram o que já vimos. No início do governo (2003), o JN deu pesos semelhantes aos dois enquadramentos: o dólar baixo prejudica as exportações e o governo não vai interferir no dólar. A matéria, já analisada antes, mostra que os ministros do Planejamento, Guido Mantega, e do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, afirmaram que o dólar abaixo dos R\$3 poderia prejudicar as exportações, enquanto o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, defenderam a não-intervenção no câmbio. A matéria retrata bem o dissenso que existe dentro do próprio governo.

Depois dessa matéria, classificada como plural-aberta, houve uma plural-fechada, em que um enquadramento claramente prevalece sobre os demais. A chamada destaca que houve “alta nas exportações apesar da desvalorização do dólar frente ao real”. A causa apresentada é que o dólar baixo prejudica as exportações, pois aumenta o preço dos produtos brasileiros em relação ao de outros países, e também prejudica a indústria brasileira internamente: “Sem resinas plásticas não há filtros para carro. No fim do ano passado, a fábrica, no ABC paulista, deixou de comprar a matéria prima no Brasil. Com o dólar em baixa, vale mais a pena importar” (1/2/05). No entanto, esse enquadramento foi minoritário em relação a outro, que mostra um cenário de exportação bastante positivo: “Mas os primeiros números da balança comercial em 2005 são muito positivos para o Brasil. O país nunca exportou tanto”.

Aqui valem duas observações: 1) a matéria diz que as exportações aumentaram, mas não explica como nem por quê; 2) a matéria destaca o saldo da balança comercial recorde. Este é o único momento em que há referência à importação. No entanto, a própria matéria diz que as exportações cresceram 28,3% em relação a janeiro do ano anterior e as importações, 24,8%. Ou seja, não houve tanta diferença entre os crescimentos das duas operações, mas mesmo assim o JN deu foco unicamente nas exportações, de maneira excessivamente positiva. A FSP, por sua vez, deu espaço para outros *frames*, mostrando que a expectativa dos exportadores é que a queda do dólar comece a causar impacto dois meses à frente e que a indústria brasileira de eletroeletrônicos exportou 20% a mais em 2004 do que em 2003, porém, apesar disso, o superávit comercial do setor teve leve queda, de 2,4% em relação ao ano anterior, pois o dólar mais barato e a recuperação da demanda interna estimularam as importações.

Por fim, outra matéria (2/5/05) completa a transição da matéria plural-aberta para a restrita. Nesta última, a chamada diz que “as exportações estão em alta mesmo com o dólar em queda”. A FSP (3/5/05) faz uma ressalva a todo esse otimismo, apontando que o valor das exportações aumentou principalmente porque os preços das mercadorias aumentaram e não porque o volume de exportações cresceu.

O segundo grupo de matérias de nossa amostra trata da relação comercial entre o Brasil e outros países. Foram cinco matérias. Duas delas noticiaram encontros para o acordo mundial de comércio. Os problemas apresentados são os protestos e o dissenso entre os países no início do encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC) (10/9/03) e a suspensão das negociações para o novo acordo mundial de comércio (24/7/06). As causas apontadas para isso são o desejo por um comércio internacional mais justo (por parte dos grupos que protestam nas ruas) e a posição dos Estados Unidos e da União Européia, que não aceitam a posição brasileira e do G21, grupo formado por países em desenvolvimento, de maior abertura no comércio agrícola. Segundo uma das matérias, “os subsídios bilionários que Europa e Estados Unidos concedem aos agricultores prejudicam países mais competitivos no campo – como o Brasil. Por isso, a abertura agrícola é

um dos principais objetivos da política externa brasileira". O julgamento moral é que o Brasil é prejudicado por subsídios de americanos e europeus.

A FSP (25/7/06), mais uma vez, abriu espaço para outros enquadramentos que não estiveram presentes no JN. O jornal relatou críticas do presidente do México, Vicente Fox, à globalização – "Precisamos assegurar que a globalização não exacerbe as desigualdades" – e ao pensamento único na economia – "Devemos ouvir os grupos que, legitimamente, defendem alternativas econômicas diferentes". O brasileiro Rubens Ricupero, falando em nome de Kofi Annan, secretário-geral da ONU, também fez críticas à idéia de que a liberalização é solução para tudo: "A liberalização do comércio não é a panacéia para os países em desenvolvimento. (...) É evidente que tem de ser gerida com cuidado, no marco de estratégias gerais de desenvolvimento que abarquem a saúde, a educação, o fortalecimento do papel da mulher, o Estado de Direito e muitos outros aspectos". O JN silenciou sobre tudo isso.

Ainda sobre a relação comercial entre o Brasil e outros países, o JN publicou matéria (2/5/05) sobre declarações do presidente da Argentina contra o Brasil, apontando que Nestor Kirchner "está cansado", entre outras coisas, "das barreiras econômicas brasileiras". Porém, os repórteres se limitaram às fontes oficiais, que, claro, procuram sempre tratar esses assuntos de forma amigável e educada. Cerca de 40% da matéria foi dedicada a declarações do embaixador brasileiro na Argentina e do ministro das Relações Exteriores do Brasil, que insistiram em afirmar que as relações entre os dois países iam muito bem. Ao tentar interpretar a repercussão de declarações como aquelas, o JN deveria ter procurado um analista de política internacional. O resultado disso é que houve pesos semelhantes para os dois pontos de vista: o da tensão entre os dois países e o da relação amistosa, mesmo que as declarações brasileiras tenham sido protocolares.

A cobertura da FSP, por sua vez, foi bastante crítica em relação ao episódio, mostrando que a briga com a Argentina é perigosa para o Mercosul, mas que o Brasil estava quieto demais e deveria ser mais ativo. A FSP também dá espaço a interpretações de que o Brasil, se deseja realmente consolidar-se como protagonista da região, deveria comportar-se de maneira mais habilidosa, ouvir as queixas dos vizinhos e fazer as concessões certas. E, em matérias da FSP, também houve

endosso às críticas do presidente argentino quanto a uma certa arrogância e megalomania do presidente Lula.

É interessante observar que, ao tratar sobre importação e exportação, sobressai-se o papel atribuído à China. Das doze matérias, três citam o país asiático. A chamada de uma reportagem, realizada na época da viagem que o presidente Lula fez à Ásia, destaca que a “delegação brasileira que vai à China pretende fazer grandes negócios” (21/5/04). Na matéria, a China é retratada como grande oportunidade de negócios para exportadores brasileiros. Mais uma vez, o otimismo é grande. Veja parte da reportagem:

[Repórter] Rastrear bons negócios. É o que o empresário Roberto Souza Pinto gosta de fazer. Ele trabalha com sistemas de segurança e vai representar outros 111 empresários de Santa Rita do Sapucaí, Minas Gerais, na visita à China.

[Roberto] Nós vamos fazer negócio, a viagem não é a passeio. Se você conseguir descobrir que lá ele consome aquilo que você faz, pode ir que lá compra.

[Repórter] Também, um quinto da população do mundo está lá. Eles já compram muita coisa nossa, principalmente soja e minério de ferro. Mas com o crescimento da renda dos chineses, a variedade só tende a aumentar. Os 400 empresários que embarcaram esta semana para a China querem mostrar que o Brasil também pode vender carros a álcool, máquinas e até produtos não muito tradicionais nesse mercado. Até futebol pode ser mercadoria. O São Paulo já colocou as chuteiras no território chinês. Desde fevereiro, o clube coordena um time só de brasileiros em Liaoning, no norte do país.

Mas, se o gigante asiático está comprando muito, também está vendendo bastante. E isso significa concorrência. Outra matéria (2/5/05) trata justamente disso. A chamada diz que “Lula cobra mais ação de empresários com relação à concorrência chinesa”. O problema apresentado são as reclamações dos empresários por causa da concorrência dos produtos chineses. A solução foi ditada pelo presidente:

[Presidente Lula] Nós, ao invés de ficarmos chorando, temos que nos preparar. É preciso que a gente pare de nos acharmos coitadinhos. Se nós temos problemas no setor de calçados, vamos discutir com o setor, vamos melhorar nossa qualidade, vamos ver se conseguimos reduzir custos para dar maior densidade de produção, para que tenhamos vantagens comparativas.

Ao mesmo tempo, a matéria, classificada como plural-aberta, dá outro enquadramento à questão, apontando que as reclamações dos empresários procedem:

[Repórter] O presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Paulo Skaf, respondeu ao presidente Lula. Disse que os empresários não choram e trabalham duro. E acrescentou que não é fácil ser empresário no Brasil por causa da taxa de juros, da falta de crédito, do excesso de burocracia e da altíssima carga tributária.

Em outra matéria (16/1/06), a China aparece como exportador de produtos baratos e o Brasil, em contraposição, como local de fabricantes de produtos de maior valor agregado: “Os sapatos populares e de preço baixo definitivamente mudaram a sua produção para a China. A saída foi melhorar a produção, ser mais competitivo e entrar em uma nova faixa de mercado”.

Esta é uma das quatro reportagens do terceiro grupo de matérias, que trata da exportação de produtos específicos. A chamada diz que “Começa em São Paulo a maior feira de calçados da América Latina”. Assim como em outras duas matérias desse grupo, os produtos brasileiros para exportação são retratados como de ótima qualidade, capazes de fazer frente à concorrência. Alguns trechos são carregados de ufanismo. Observe a quantidade de vezes que as palavras Brasil e brasileira(s) aparecem em apenas dois minutos de matéria. E veja que as idéias que o acompanham ressaltam sempre algo bastante positivo:

[Repórter] Começou hoje em São Paulo a maior feira de calçados da América Latina. Na couromoda, a criatividade ajuda as exportações brasileiras. Um abraço de última hora no manequim e a garantia de exibir produtos na maior feira de couro da América Latina. A Couromoda trouxe 1,2 mil expositores do Brasil e de dez países. Calçados, tênis, bolsas, acessórios de moda. São quatro dias para mostrar produtos e tentar superar a marca de 190 milhões de pares de calçados vendidos no ano passado. Aliás, novidades não faltam. Se um tênis fala, outro muda de tamanho para acompanhar o crescimento dos pés. As bolsas trouxeram a marca da ousadia. Tentar o diferente sempre e mostrar que o Brasil pode enfrentar a China, nosso principal concorrente. A matéria-prima brasileira nos coloca em condição muito vantajosa. Nós temos o maior rebanho da terra, com 200 milhões de cabeça de gado. E os couros exóticos continuam a ser objeto de desejo do mercado externo. Alguns exemplos: sapato de avestruz, bolsa de avestruz. Para fazer a bolsa, precisou de uma ave inteira. As botas de couro de cobra – a mais venenosa é a mais cara, e a de couro de arraia, que pode chegar para o consumidor final a R\$18 mil. E o Brasil continua a chamar a atenção por um outro motivo. É onde estão surgindo os produtores mais novidadeiros. Sapato em forma de meia e sandália sem tiras, que adere na sola do pé. Invenção, matéria prima E se ainda assim não ganharmos mercado, o Brasil, segundo os produtores, já está pronto para exportar tendências.

[Presidente da feira] Os sapatos populares e de preço baixo definitivamente mudaram a sua produção para a China. A saída foi melhorar a produção, ser mais competitivo e entrar em uma nova faixa de mercado.

Outra matéria diz que o “boi brasileiro conquista mercado em pelo menos 70 países”. E a causa do sucesso deve-se à tecnologia: “A melhoria genética diminuiu o tempo que o animal fica no pasto. ‘Nós queimamos a parte da recria. Agora temos a cria e a engorda. Na mesma área, conseguimos ter um número maior de quilos por hectare produzido durante o ano’”. A matéria dá tons positivos à exportação, mostrando só o lado bom. Entre os aspectos ressaltados, está o de que “o Brasil é hoje o terceiro maior exportador de carne bovina do mundo”. O *frame* dominante é de que a tecnologia aumentou produtividade e fez Brasil ter sucesso na exportação.

A única das quatro matérias que teve enfoque negativo noticiou os prejuízos do país com a perda na exportação de carne bovina causada pela febre aftosa. Apesar do viés negativo da reportagem, o governo foi retratado de forma positiva, mostrando o oficialismo do JN. A solução foi dada pelo presidente Lula e pelo ministro da Agricultura, que viajariam, na semana seguinte, a Moscou para tentar reverter o embargo russo a nossa carne. Além disso, o telejornal anunciou que missões brasileiras já estavam na Europa tentando fazer o mesmo. Não houve explicações sobre as causas da aftosa.

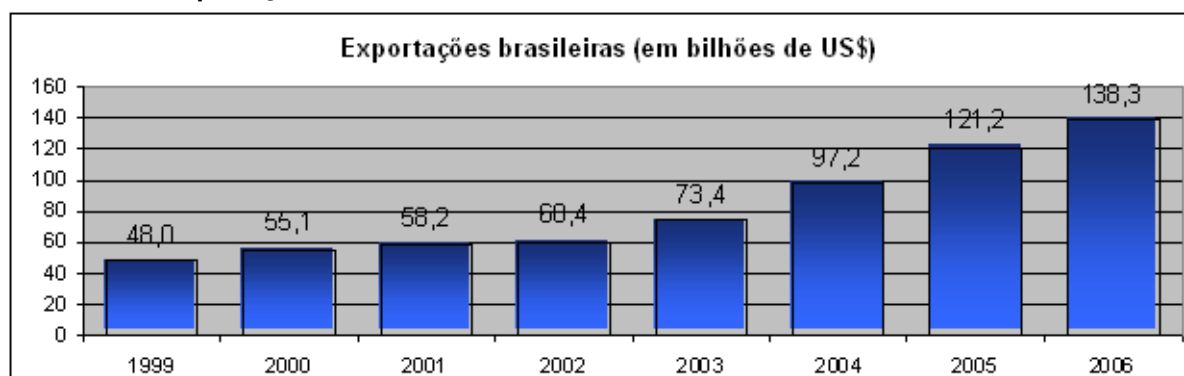
Por fim, uma nota (2/5/05) tratou do crescimento das exportações da indústria têxtil brasileira. Novamente, o Brasil é retratado com grande otimismo:

[Âncora] Lá fora, as vendas da indústria têxtil brasileira cresceram 13% em abril. Nas contas gerais, no mês passado, o Brasil exportou quase 40% a mais do que em abril de 2004, que já tinha sido um ano de recordes. Com isso, o saldo da balança comercial encostou nos US\$4 bilhões, 97,8% a mais do que em abril de 2004.

Resumidamente, o JN interpretou, em suas matérias, que a desvalorização do dólar frente ao real não atrapalham as exportações e que os setores que estão fazendo uso da tecnologia estão exportando bastante. O JN também passou a idéia, em suas matérias, de um Brasil com crescimento contínuo na exportação, em um tom bastante otimista. Porém, ao contrário das matérias sobre inflação, em que

havia um descompasso entre o que era noticiado (inflação em alta) e a realidade (inflação controlada), as exportações brasileiras realmente cresceram bastante e quase dobraram nos quatro anos em que se baseia nossa análise. Confira o gráfico:

Quadro 29 – Exportações brasileiras de 1999 a 2006



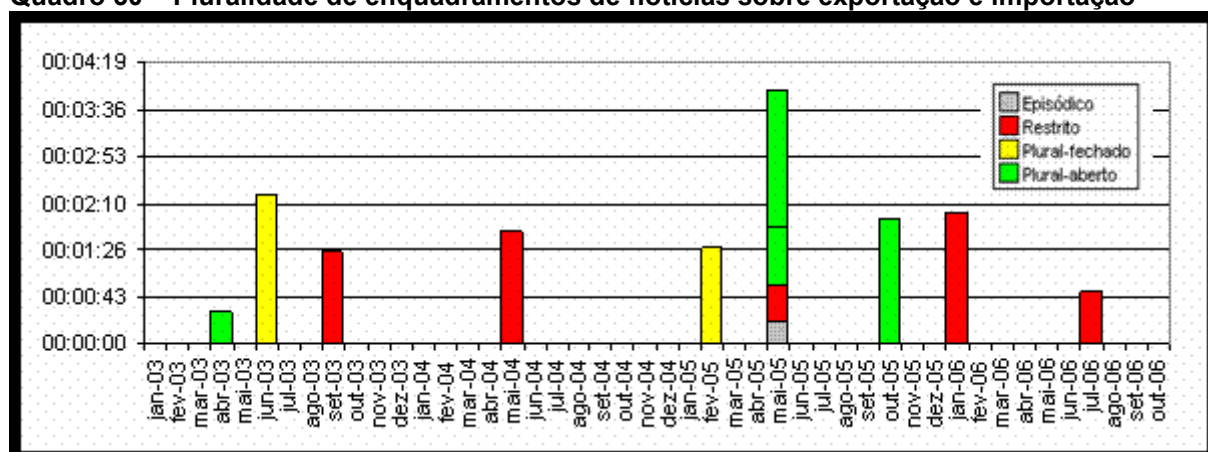
Fonte: Ministério da Fazenda (www.fazenda.gov.br)

No entanto, o otimismo dos números esconde uma realidade que de vez em quando os jornais apresentam, mas que o JN silenciou: o Brasil, mesmo sendo uma das maiores economias mundiais, responde por apenas 1,2% do comércio mundial. Esse outro lado da questão seria motivo suficiente para diminuir a carga de otimismo.

Mas se o otimismo esteve presente nos números da exportação, ele esteve mais forte quando o JN tratou dos produtos brasileiros exportados. A idéia passada é de que o Brasil adota tecnologia de ponta em sua produção, que os produtos são de alta qualidade e que temos capacidade para concorrer com qualquer país. Por outro lado, o JN praticamente não considerou em sua agenda o assunto importação.

E, para finalizar, vale destacar que o assunto exportação teve maior quantidade de matérias plurais-abertas do que os demais. Uma possível explicação para essa maior pluralidade de ângulos nas notícias pode ser explicada pela maior influência dos empresários do que em outros assuntos, como juros e inflação. Quando falamos em exportação, estamos falando diretamente de produção e não somente de uma variável econômica sob controle maior do governo. E aqui parece que os empresários mostraram seu poder, fazendo com que as matérias tivessem mais de um ponto de vista.

Confira nos quadros abaixo a classificação e a lista das matérias:

Quadro 30 – Pluralidade de enquadramentos de notícias sobre exportação e importação**Quadro 31 – Relação das matérias analisadas sobre exportação e importação**

Data	Tempo	Título da matéria
4/4/03	00:29	Dólar continua em queda e governo garante mercado livre
7/6/03	02:17	Boi brasileiro conquista mercado em pelo menos 70 países
10/9/03	01:25	Encontro da OMC começa com protestos e morte
21/5/04	01:43	Delegação brasileira que vai à China pretende fazer grandes negócios
1/2/05	01:28	Alta nas exportações apesar da desvalorização do dólar frente ao real
2/5/05	02:07	Relações tensas. Divergências Brasil-Argentina provocam reclamações de Kirchner
2/5/05	00:52	Lula cobra mais ação de empresários com relação à concorrência chinesa
2/5/05	00:20	Lá fora, as vendas da Indústria Têxtil Brasileira cresceram 13% em abril
2/5/05	00:34	Exportações estão em alta mesmo com o dólar em queda, que fechou hoje a R\$ 2,51
13/10/05	01:55	Só com vendas lá fora, prejuízo c/ febre aftosa pode chegar a US\$ 1 bilhão de dólares
16/1/06	02:02	Começa em São Paulo a maior feira de calçados da América Latina
24/7/06	00:48	Suspensas as negociações para novo acordo mundial de comércio

8. Renda

Em nossa amostra, cinco reportagens e três notas trataram de renda. As matérias, em geral, enfocaram a queda ou o aumento da renda por parte do trabalhador e apresentam números da renda média mensal dos brasileiros.

A primeira matéria (4/2/03), já analisada no assunto Emprego e Desemprego, apresenta como problema as dificuldades por que estão passando os pescadores devido à queda na renda causada pela menor quantidade de peixes na costa brasileira. A causa, segundo o telejornal, é que “muitas vezes, os pescadores tiram do mar peixes e crustáceos pequenos demais. E o estoque diminui”. A solução proposta é “aumentar o investimento na pesca em alto mar”. A matéria tem o mérito de dar publicidade às dificuldades de uma categoria com pouca força política e econômica. Por outro lado, a matéria apresenta baixo viés econômico, atribuindo tudo à natureza (o mar com pouco peixe) e aos próprios pescadores (que pescam

mais do que deveriam), como se pouco contasse as questões econômicas no que diz respeito à renda.

Outra matéria (7/7/03) traz um assunto que praticamente não fez parte da agenda do JN: a desigualdade. A reportagem foi pautada e elaborada a partir da publicação de um relatório da ONU com o ranking dos países pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), no qual o Brasil subiu quatro lugares. A matéria tenta mostrar dois lados da questão, apontando porque o Brasil subiu no ranking (a fome e a mortalidade infantil diminuíram e a educação melhorou) e porque nosso país ainda é considerado de médio desenvolvimento (ainda há muita pobreza e desigualdade). Outro ponto interessante é que a matéria faz comparações com países que conhecemos (Colômbia, Argentina), o que ajuda o telespectador a entender a posição do Brasil neste ranking. Enfim, a matéria difere bastante daquelas publicadas normalmente no JN.

A FSP aproveitou o assunto para entrar na discussão sobre a relação entre crescimento e redução da pobreza. Em um artigo, a opinião é de que a liberalização econômica para gerar crescimento não resulta necessariamente em redução da pobreza, argumento presente em vários estudos econométricos:

O mais revelador desses estudos recentes é que fazem a pergunta errada. O debate não deveria tentar determinar se o crescimento é bom ou ruim, mas sim se algumas políticas conduzem ao crescimento; e se essas políticas levam ao tipo de crescimento que proporcionaria mais bem-estar às pessoas pobres. Um estudo dos países de maior sucesso no crescimento e na redução de pobreza demonstra o quanto esses estudos podem ser enganosos (FOLHA DE S. PAULO, 8/7/03).

Outra matéria (28/6/05), que apresenta resultados de um estudo do Banco Mundial, trata de assunto semelhante, mas vai de encontro às críticas presentes na FSP. O JN enquadrado claramente o crescimento econômico como solução para a pobreza. Contudo, também há pequeno espaço para um enquadramento mostrando que é preciso não só crescimento, mas também diminuir as desigualdades, sendo a matéria classificada como plural-fechada. Leia a reportagem:

[Âncora] O Banco Mundial divulgou hoje um estudo sobre a pobreza realizado em 14 países. A conclusão é que o melhor remédio para combater a pobreza é o crescimento econômico.

[Repórter] As mulheres estudam mais.

[Estudante] Estou no terceiro grau agora. Faço faculdade de psicologia.

[Repórter] E querem ter menos filhos do que as mães.

[Mulher] Você não vai acreditar. Minha mãe é do interior, teve 21 filhos.

[Repórter] Segundo o relatório do Banco Mundial divulgado hoje, essa foi uma das fórmulas que contribuíram para o combate à pobreza nos anos 90.

[Outra mulher] Estudar mais, ter menos filhos e trabalhar mais.

[Repórter] O que abriu mesmo o caminho para a redução da pobreza na década de 90, nos países pesquisados, foi o crescimento econômico. Novos empregos e renda ajudaram muitas pessoas a melhorar de vida na cidade e no campo. O relatório analisou a situação de 14 países. Entre os mais industrializados, Brasil e Índia, entre os menos, Zâmbia e Uganda. No caso brasileiro, o estudo reconhece que as políticas de transferência de renda melhoraram a vida na zona rural, mas afirma que a solução definitiva passa pelo acesso a terra, à tecnologia e ao financiamento da produção. Mesmo assim, no campo o processo é mais lento; 1% de crescimento do PIB no Brasil, significa 0,5% de redução da pobreza no Piauí, por exemplo e 1,5% em São Paulo. Mas o economista Eduardo Giannetti da Fonseca afirma: só crescimento econômico não basta.

[Economista] A onda do crescimento leva toda a sociedade. o ideal é que essa onda venha acompanhada de uma redução da desigualdade dentro da sociedade.

A FSP (29/6/05) adotou outra linha, já presente no título e no subtítulo:

Distribuição de renda no Brasil melhora pouco – O tímido crescimento econômico do Brasil de 1993 a 2001 causou impacto maior na redução da pobreza do que na distribuição de renda, segundo estudo divulgado ontem pelo Banco Mundial com estudo de caso de 14 países em desenvolvimento.

É interessante ver, mais uma vez, como funcionam os enquadramentos: matérias elaboradas a partir do mesmo relatório apresentam interpretações bem divergentes.

Outras duas matérias tratam do salário mínimo. Uma nota (23/4/04), classificada como episódica, informa que não houve consenso entre os ministros para o valor do salário mínimo e a decisão foi adiada. E uma reportagem (15/8/05) apresenta como problema a aprovação de salário mínimo mais alto pelo Senado do que o valor definido pelo presidente Lula. A matéria não apresenta causa, mas o julgamento moral é que o salário mínimo mais alto do que o governo diz que pode

pagar foi golpe baixo da oposição: “A decisão foi interpretada como uma irresponsabilidade – uma aposta da oposição no quanto pior, melhor. Por isso, o Palácio do Planalto vai apelar para o bom senso da Câmara, que agora precisa votar, de novo, o salário mínimo”.

A solução proposta estava na voz do ministro da Coordenação Política:

[Jaques Wagner] “Em hipótese nenhuma o salário mínimo e, portanto, o pagamento a aposentados e pensionistas será reduzido. Se retornar o salário mínimo de R\$260 o presidente manterá os R\$300, ou na forma de abono ou remetendo um novo projeto de lei com urgência constitucional, para que a Câmara e o Senado possam aprovar”.

É interessante verificar que essa declaração é uma tentativa de reenquadrar o assunto, de forma que fique a favor do governo. Nela, está implícita a idéia de que o salário mínimo, alto como estava, não teria nem chance de se tornar real e que o governo não quer prejudicar os trabalhadores, de forma que o aumento proposto estaria garantido. Também vale ressaltar o tom oficialista da matéria, cuja única fonte para sonora foi o ministro. Seria de bom tom que o JN tivesse ouvido também os argumentos dos senadores que votaram a favor de um salário mínimo mais alto. No entanto, é bem possível que a ausência de outras declarações tenha acontecido porque essa matéria já é uma continuação do fato, que ocorreu dias antes.

Outras três matérias mostram resultados de pesquisas sobre o crescimento ou decréscimo do nível salarial. Uma nota, classificada como episódica, informa que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) registrou recuperação no mercado de trabalho no primeiro trimestre de 2005. O mais interessante nesta nota é ver a relação de causa e efeito. Se, em várias matérias do JN, o crescimento econômico é apontado como causa para a queda do desemprego e para o aumento dos salários, nessa matéria “a recuperação da renda dos brasileiros pode ajudar na retomada do crescimento econômico”. Claro que, quando tratamos de ciência econômica, há efetivamente essa relação de mão dupla, em que um fator é causa e efeito ao mesmo tempo. No entanto, isso não fica claro para o leitor.

Uma reportagem (26/8/04), analisada também no assunto Emprego e Desemprego, troca o tom de dúvida pelo de otimismo, apontando para uma grande melhora no rendimento dos trabalhadores. Segundo o JN, com a inflação mais baixa,

é menor o grau de dificuldade para se fechar um bom acordo salarial. Para o telejornal, a renda mais alta reflete a produção em alta e o desemprego em baixa. É interessante ver, na matéria, uma certa defesa da inflação baixa. Além disso, o otimismo exagerado não se justifica: a renda média do brasileiro ainda não é alta e havia diminuído bastante nos últimos meses, como o próprio JN já havia informado em nota anterior: “A massa salarial, que no ano passado chegou a ter quedas de mais de 10%, recuou 0,55% em março” (21/5/04). Confira parte da matéria:

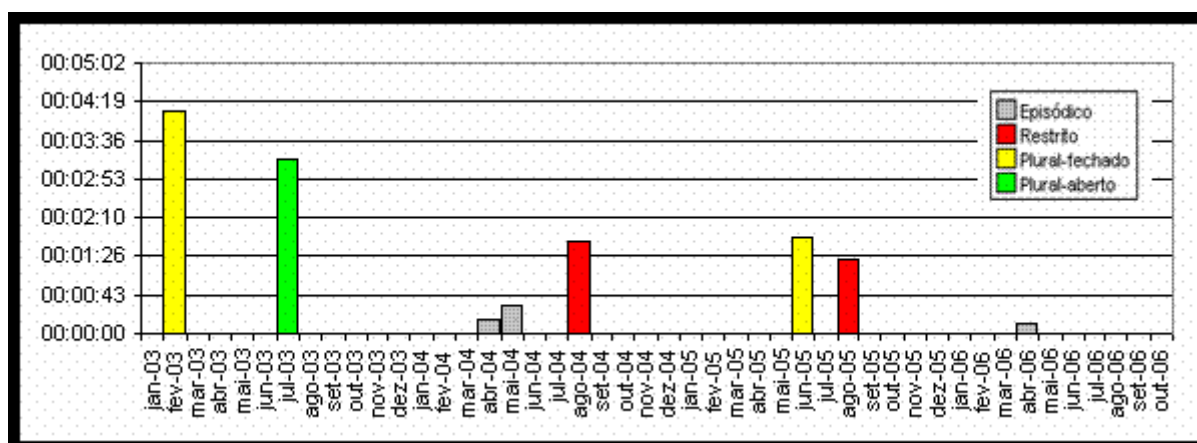
[Repórter] Se havia alguma dúvida sobre a melhora do ambiente econômico, é só conferir os números. A taxa de desemprego no país caiu de 11,7% para 11,2% em julho. É a menor do ano. E o rendimento médio real do trabalhador é o melhor de 2004: R\$ 901,20. Hoje as principais centrais trabalhistas deixaram as diferenças de lado para falar com otimismo sobre negociações salariais.

Por fim, uma nota (20/4/06) informa que “a renda média do trabalhador voltou a crescer em março e passou dos R\$1 mil”. Quem assiste à curta nota tem a impressão de que tudo vai bem, pois a renda “voltou a crescer” e passou de um espécie de marco psicológico – os mil reais. Mas, se o JN não quis discutir muito sobre o assunto, a FSP (21/4/06) destacou que a renda apenas recuperou o patamar em que estava antes da crise de 2003 e que a renda aumentou somente entre os trabalhadores com carteira assinada. Os que não têm carteira e os que trabalham por conta própria tiveram perda de rendimento.

Resumidamente, a questão da renda foi tratada pelo JN com menor otimismo do que a do desemprego. O JN não deu muito espaço à questão, não houve muita discussão. Também não podemos esquecer o tom oficialista. Nas matérias sobre renda, de interesse direto dos trabalhadores, poucos sindicalistas foram ouvidos.

Confira nos quadros abaixo a classificação e a lista das matérias:

Quadro 32 – Pluralidade de enquadramentos de notícias sobre renda



Quadro 33 – Relação das matérias analisadas sobre renda

Data	Tempo	Título da matéria
4/2/03	04:08	Produção ameaçada
7/7/03	03:16	Nosso IDH melhorou, mas as desigualdades se agravaram
23/4/04	00:15	Decisão do mínimo fica para a semana que vem
21/5/04	00:32	Ipea informa que há indícios de que salários podem começar a se recuperar
26/8/04	01:43	Fim do aperto - desemprego caiu pelo terceiro mês seguido
28/6/05	01:48	Banco Mundial divulga estudo sobre a pobreza realizado em 14 países
15/8/05	01:24	Governo decidiu trabalhar p/ q valor do salário mínimo seja mantido em R\$300
20/4/06	00:11	Renda média do trabalhador volta a crescer e passa dos R\$ 1 mil

9. Política Fiscal

Das seis matérias sobre a questão fiscal – os gastos do governo –, quatro trataram do superávit fiscal e duas trataram de gastos públicos de maneira mais específica, sem enfatizar somente os números. Mesmo havendo poucas matérias, dá para notar que as mais interpretativas quanto à política fiscal estão no período inicial do governo Lula. O principal motivo para isso foi a “reação positiva” do mercado à intenção de Lula de aumentar o superávit primário.

A primeira delas (6/1/03) mostra como o mercado estava reagindo às primeiras ações do novo governo. A reportagem não apresenta problema ou solução. Mas as relações causais contidas no texto explicam o enquadramento presente nesta e na maioria das outras matérias analisadas deste assunto: a idéia de que as declarações de ajuste fiscal mais “sério” que o acordado com o FMI teve repercussão positiva no mercado e fez o dólar baixar. Ou seja, a promessa de aumentar o valor que o governo economiza antes de pagar os juros da dívida animou o mercado. O julgamento moral presente na matéria é que o governo vai na linha certa com o ajuste fiscal mais rígido.

É interessante observar nessa matéria a qualificação dada ao ajuste fiscal, pois isso deixa mais claro ainda a escolha feita pelo JN. O governo vai propor um ajuste fiscal mais “sério”, não é maior, mais apertado etc. Ou seja, quanto maior a diferença das receitas menos as despesas, mais séria é a política fiscal. A FSP adotou interpretação semelhante, mostrando que o mercado gostou do superávit primário. Veja parte da matéria do JN:

[Repórter] O discurso de austeridade fiscal do novo governo tem levado alguns investidores a reverem as expectativas pessimistas para este início de ano. Quem apostava em novas desvalorizações do Real, agora vende dólares com medo de uma queda ainda maior da cotação da moeda americana. Segundo o economista Odair Abate, a possibilidade do governo aumentar a meta de superávit primário teve repercussão positiva.

[Economista] Como o governo brasileiro emite sinais que vai propor um ajuste fiscal ainda mais sério do que havia sido negociado com o FMI, isso é muito bom e ajuda a reforçar a tendência da queda do dólar.

Uma segunda matéria (6/1/03) repete o assunto e a interpretação dada a ele. Não há problema, solução ou julgamento moral, mas as relações de causas são semelhantes à matéria anterior. Segundo o JN, o mercado financeiro considera que a economia brasileira está dando sinais muito positivos. O saldo de mais de US\$2 bilhões no ano, na balança comercial, o superávit fiscal recorde e a recomendação de compra dos títulos da dívida brasileira por grandes bancos internacionais animaram os investidores estrangeiros. E, com isso, o risco-país caiu. O enquadramento é de que o superávit fiscal recorde é positivo para economia.

Aqui, a FSP já mudou um pouco o tom. Diferentemente do JN, não houve grandes exaltações ao superávit primário. Houve apenas explicações relativas aos motivos que levaram o governo a economizar mais do que o combinado com o FMI.

Em 23/4/04, outra matéria segue o mesmo rumo. Desta vez, para anunciar mais um recorde no superávit fiscal. Novamente, não há problema. E a causa é encontrada na voz do então ministro da Fazenda, Antonio Palocci: "Foi a dúvida com a questão fiscal que fez o Brasil enfrentar crises sucessivas ao longo das últimas décadas. O compromisso de um fiscal forte é a garantia de que o Brasil poderá viver um período de crescimento no longo prazo". Note, na declaração, que Palocci traz à

tona as várias crises econômicas que vivemos e utiliza esses elementos do passado, mas que ainda estão na memória do povo, para justificar um superávit primário alto.

O julgamento moral presente na matéria é que a política econômica adotada é “responsável”: “Para o ministro Antonio Palocci, o superávit recorde é o resultado de uma política econômica responsável”. A solução proposta, não tão explicitamente, é manter o superávit.

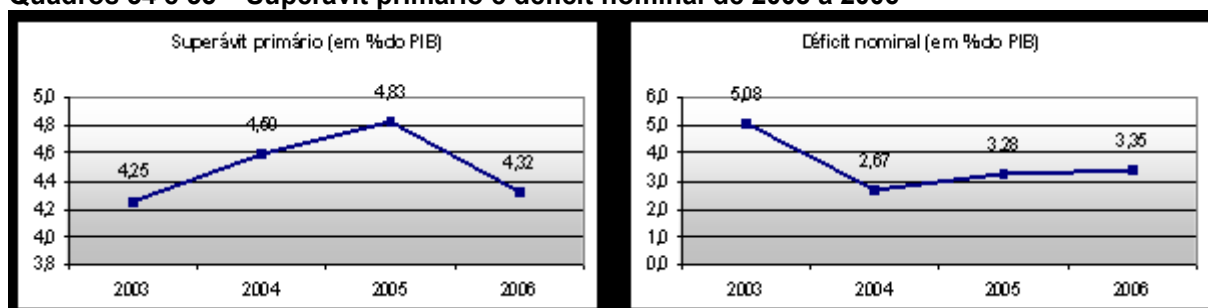
Nesse período, a interpretação presente na FSP (24/4/04) já diverge bastante daquela adotada pelo JN. No jornal paulista, dois dos títulos daquele dia foram “País investe pouco e tem aperto fiscal recorde” e “Governo garante superávit com freio em investimentos – Só foram gastos até agora menos de 2% do autorizado para o ano”. Ou seja, a FSP passou a criticar os recordes de receita menos despesa do governo. A interpretação dada era que, ao obter um superávit ao custo de baixíssimos investimentos, o governo estava desestimulando o crescimento da economia e que essa situação poderia se agravar ainda mais quando associada a um cenário em que juros elevados inibem os gastos do setor privado.

É muito interessante perceber o quanto a mídia adotou, com pouco sentimento crítico, o conceito de superávit fiscal. E, ao adotá-lo, simplesmente esqueceu do resultado fiscal que realmente importa: a conta simples entre receita e despesas. O resultado fiscal nominal é igual a tudo o que o governo arrecadou (receitas) menos tudo o que o governo gastou (despesas) em um determinado período. Se essa conta der positiva, ou seja, se sobrou dinheiro no final do mês, há um superávit nominal. Se faltou dinheiro, há um déficit nominal.

Acontece, porém, que o pagamento com os juros da dívida é muito alto, de forma que, por mais que o governo economize, esse resultado quase sempre dá negativo. Para mensurar melhor esse esforço do governo em economizar, adota-se o superávit primário como medida, que nada mais é do que o mesmo cálculo anterior, mas sem contar o que foi pago em juros. Isso permite que a conta não considere oscilações no pagamento dos juros, que podem aumentar ou diminuir de acordo com as taxas de juros utilizadas pelo governo e com os prazos de vencimento dos títulos da dívida pública. Esse resultado tem dado positivo há alguns anos e o Brasil havia acertado uma meta de superávit primário desde o governo de Fernando Henrique. No início do seu mandato, Lula decidiu que a meta do governo

deveria ser ainda mais apertada do que a acordada com o FMI e, com isso, o país foi tendo superávits fiscais recordes entre 2003 e 2005, voltando a cair em 2006, sendo este um ano de eleição presidencial, em que os governos geralmente aumentam os gastos. Veja nas tabelas abaixo o superávit primário e o déficit nominal dos quatro anos do primeiro governo Lula:

Quadros 34 e 35 – Superávit primário e déficit nominal de 2003 a 2006



Fontes: Banco Central e Correio Braziliense, 1º/2/07.

Note que, mesmo com o déficit nominal aumentando entre 2004 e 2006, o discurso de um superávit primário com bons resultados foi mantido (matéria de abril de 2004) ou silenciado. Se, por um lado, com o superávit primário fica mais fácil mensurar o esforço do governo em economizar, por outro, fica mais fácil esconder que temos déficit, em boa parte resultante de juros mais elevados.

Mais uma vez, vale lembrar que não estamos nos posicionando contra ou a favor de determinada política econômica, mas apenas mostrando que o JN, assim como boa parte da imprensa, omite informações fundamentais para o entendimento da economia e conseqüente tomada de decisão política por parte dos brasileiros.

Voltando à análise da matéria, ela até que tentou explicar o que é o superávit primário: “o superávit primário é o resultado de uma conta: de um lado, receitas da União, estados e municípios. De outro, despesas – sem contar os gastos com juros”. Mas não passou disso. Conta apenas uma pequena parte da história.

Outra matéria (23/4/04) é sobre uma decisão da Justiça Eleitoral que resultou em diminuição do número de vereadores. O problema apresentado é de que há excesso na quantidade de vereadores. Não há causa ou julgamento moral e a solução proposta é cortar vagas nas assembleias legislativas e fiscalizar o uso do dinheiro público. A matéria traz exemplos interessantes de como se pode aumentar

o gasto com a população diminuindo o custo da máquina pública. A idéia principal presente na matéria é que o controle dos gastos públicos beneficia a população.

Uma nota (2/5/05) trata sobre o crescimento dos gastos do governo federal com servidores públicos. A matéria, apesar da crítica ao aumento nos gastos com funcionários, termina dando voz somente ao Tesouro Nacional, numa mistura de crítica e oficialismo.

Esse paradoxo nos leva a refletir sobre o método. Como usamos somente as referências explícitas para definir os enquadramentos, caso contrário haveria muita margem para a subjetividade, a única referência explícita é a favor do governo. No entanto, é fácil verificar que há um enquadramento implícito, por meio de uma rápida expressão, em que o Tesouro Nacional diz que o crescimento dos gastos “não se trata de descontrole”. Ou seja, essa passagem é uma espécie de intertexto que conecta o telespectador a várias outras idéias ausentes neste texto, mas presente em vários outros anteriores. A idéia que fica é que, se é importante dizer que não é descontrole, é porque deve ser importante também a idéia de que é descontrole. Podemos enxergar essas situações como um ponto negativo na metodologia, pois esses intertextos não são considerados para efeito de análise. Mas de forma alguma isso a invalida ou diminui, pois não existe, quando se trata de ciências humanas ou sociais, metodologia que não tenham suas zonas de fronteira, em que não conseguem mais atender com precisão ao pesquisador. Confira a nota para entender melhor:

[Âncora] O governo federal deve gastar este ano mais de R\$ 98 bilhões com o pagamento de servidores públicos. Um crescimento de quase 10% em relação a 2004. De acordo com o Tesouro Nacional, não se trata de descontrole, mas de um "esforço" para aumentar os salários sem prejudicar o equilíbrio fiscal.

A FSP (3/5/05), mais uma vez, deu espaço a outras interpretações, mostrando que, apesar do crescimento do valor na folha de pagamento do governo, quando este valor é comparado ao PIB, os gastos com servidores públicos caíram na administração petista em relação ao governo de Fernando Henrique. Foram de 5,6%, em 2002, para 5,1% do PIB dois anos depois, resultado ajudado pelo crescimento de 5,2% do PIB em 2004. Ao mesmo tempo, a FSP também mostra que o número de servidores em cargos de confiança incontestavelmente aumentou. Para

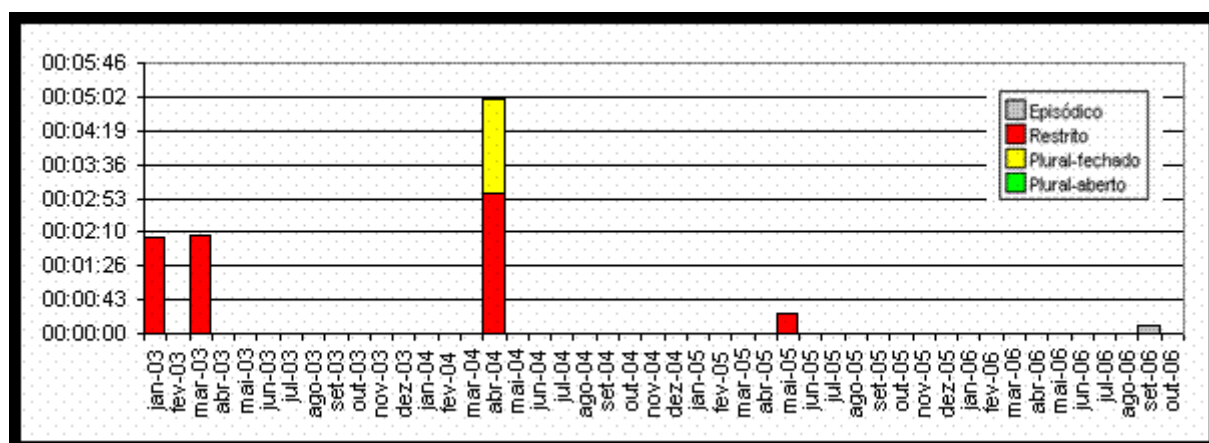
os críticos, o aumento desses cargos seria para permitir o "aparelhamento" do Estado pelo PT.

Por fim, houve uma rápida nota, em 27/9/06, noticiando mais um recorde no superávit primário.

Resumidamente, o JN não incluiu muito o assunto em sua pauta e, quando o fez, deu um único enquadramento, tratando os seguidos recordes de superávits primários como fundamentais para que o mercado e os investidores estrangeiros continuem acreditando no Brasil e, com isso, o país cresça.

Confira a seguir gráfico que mostra como a maioria dos enquadramentos foi restrita e a lista das matérias:

Quadro 36 – Pluralidade de enquadramentos de notícias sobre política fiscal



Quadro 37 – Relação das matérias analisadas sobre política fiscal

Data	Tempo	Título da matéria
6/1/03	02:03	Dólar a R\$ 3,35
6/3/03	02:06	No mercado financeiro, o dólar e o Risco-Brasil têm um dia de queda
23/4/04	03:00	Superávit primário bate recorde em março
23/4/04	02:00	Controle de gastos públicos beneficia a população
2/5/05	00:25	Governo deve gastar mais de R\$ 98 bilhões com salário de servidores públicos
27/9/06	00:10	Mercado financeiro: dólar cai e fecha cotado a R\$ 2,187

10. Consumo e Crédito

As oito matérias desse assunto se referem ao nível de consumo total ou de segmentos da sociedade, à concessão de crédito e ao endividamento. Não há concentração das matérias em nenhum período específico. Mas chama a atenção o

fato de todas as seis reportagens terem sido classificadas como restritas, mostrando que o JN apontou um único enquadramento nessas matérias. As duas notas não fugiram à regra e foram classificadas como episódicas.

O fato das matérias terem apenas um único enquadramento, no entanto, não significa que tenha sido o mesmo enquadramento. Aconteceu que a interpretação foi mudando aos poucos. Isso ficará mais claro com a análise das matérias.

A primeira matéria (13/8/03) trata da mudança de hábitos de consumo dos brasileiros e foi pautada por pesquisa do IBGE. A causa, para o JN, foi o aumento dos preços, o maior desemprego e a queda na renda. A queda no consumo foi enquadrada, de forma geral, como resultante da queda de renda. É interessante verificar que a matéria traz uma visão bem negativa da economia, o que contrasta bastante com o otimismo demonstrado em outros assuntos. Veja parte da matéria:

[Repórter] Guloseimas, só as feitas em casa. Em vez de refrigerante, refresco em pó. No armário, apenas produtos básicos. São os novos tempos na família da professora Ângela Pinheiro.

[Ângela] A gente ia ao supermercado, enchia o carrinho com vários tipos de bolacha, refrigerante, e hoje não está dando pra fazer isso.

[Repórter] Substituir produtos ou até mesmo cortar alguns deles na hora das compras – esta foi a reação dos brasileiros diante dos preços mais altos nas prateleiras. Os hábitos do consumidor mudaram. A dona-de-casa está abrindo mão da praticidade para economizar na conta do supermercado. Foi o que constatou uma pesquisa feita em seis mil casas. Os produtos supérfluos foram os que mais perderam lugar na despensa do brasileiro. Entre janeiro e maio deste ano, o consumo de temperos prontos, por exemplo, caiu 15%. Suco industrializados, 17%; e sopas, 21%, em comparação com o mesmo período do ano passado. O brasileiro está cortando até mesmo alimentos básicos, como o óleo de soja e farinhas, que tiveram consumo 5% menor.

[Coordenadora da pesquisa] Aumentaram os preços, maior desemprego e queda na renda. O resultado é realmente uma queda no consumo.

Por outro lado, a FSP (14/8/03) apontou outras causas para o problema:

Os gastos de consumo se encontram muito debilitados, refletindo tanto a perda de poder de compra dos trabalhadores – cujos rendimentos têm subido em ritmo muito mais lento do que a alta dos preços – como o encarecimento do crédito, fomentado pelos altos juros estabelecidos pelo BC.

Outras duas matérias que foram ao no mesmo dia (13/12/03) trataram das compras no período natalino. Uma matéria mostra que há expectativa para aumento das vendas, mas que, ao mesmo tempo, boa parte do 13º salário também será utilizada para saldar dívidas. A causa apresentada foi que “a decisão de reduzir a taxa básica para 17,5% deve estimular ainda mais as compras de fim de ano”.

É interessante verificar que, na matéria analisada anteriormente, quando o consumo não estava alto, não houve a relação entre consumo e juros. Nessa, como o consumo está melhorando, o JN resolveu explicitar essa relação. A matéria apresenta uma evolução da economia em relação à anterior. Se na outra o ambiente econômico foi retratado como negativo, aqui a situação da economia muda. Ao mesmo tempo em que mostra um exemplo de alguém que vai gastar quase todo o 13º com obrigações (IPVA, material e uniforme escolar), fala de pessoas que vão gastar mais com presentes.

A outra matéria mostra o trânsito pesado e as ruas lotadas no comércio de São Paulo para as compras de fim de ano. A causa desse tumulto, no entanto, não é que as pessoas estejam com mais dinheiro para comprar. Ao contrário, foi motivado justamente pela falta de dinheiro:

[Repórter] Os lojistas têm uma explicação para todo esse movimento. Com o dinheiro curto, as compras só começaram mesmo quando o décimo-terceiro chegou.

[Walter Zucolini, da Associação de Comerciantes do Brás] Nos anos anteriores essas compras começavam no mês de outubro e esse ano houve uma concentração muito grande no mês de dezembro.

Aqui ainda se mostra uma economia que não vai muito bem, pois as pessoas não têm dinheiro para comprar e precisaram esperar pelo 13º salário.

Duas notas tratam da concessão de crédito. A primeira (16/9/04) noticia que aposentados e pensionistas poderão tomar dinheiro emprestado com desconto na

folha de pagamento, como já acontecia com os servidores da ativa. A outra nota (29/11/04) diz que Lula assinou Medida Provisória para criação do programa de microcrédito à população de baixa renda. As duas são pouco críticas. Uma delas diz que “os inativos vão conseguir empréstimos a uma taxa de juros baixa – de 2% ao mês, em média”. Ou seja, diz que a taxa de juros é mais baixa, mas não mostra que essa ainda é uma taxa alta, capaz, por exemplo, de duplicar o valor da dívida inicial em apenas três anos, o que pode levar à inadimplência.

Aliás, o endividamento é tema de mais duas matérias. E o crédito consignado é apresentado como causa do crescimento no número de consumidores com dívidas atrasadas em uma delas (16/1/06):

[Repórter] Os economistas explicam que muitos consumidores estouraram a conta no ano passado porque já estava com parte do salário comprometida com o crédito consignado, que é aquele empréstimo bancário que tem as parcelas descontadas automaticamente da folha de pagamentos. O crédito consignado cresceu 97% no ano passado. E o que chama mais atenção: o crédito pessoal cresceu 40% em todo país, o que diminui o impacto do aumento do número de devedores.

É interessante perceber que o JN passa a idéia de que o problema não foi na quantidade de vendas, pois “muita gente comprou”, mas sim na falta de dinheiro na hora de pagar: “Comprar muita gente comprou. Pedir empréstimo, muita gente também pediu. Mas na hora de pagar, muita gente não teve dinheiro. De acordo com a pesquisa feita pelos bancos, em 2005 o número de inadimplentes aumentou 13,5% em relação a 2004”.

Se compararmos as várias vezes que a FSP deu interpretações diferentes à do JN, dessa vez a situação se agravou: a interpretação foi justamente contrária. Para o jornal (17/1/06), as vendas no Natal de 2005 foram “mornas”, resultado de “um comportamento cauteloso por parte do consumidor” e teve como consequência uma quantidade menor de pessoas com dívidas e com débitos em atraso. O título da matéria dá uma idéia do contraste: “Ano começa com menos endividados”. Vale a pena ler parte da matéria:

Um número menor de pessoas admite ter alguma dívida hoje em relação há um ano em São Paulo. Também caiu o volume de consumidores com débitos em atraso, segundo dados publicados ontem. Os dados confirmam o momento de vendas mornas no

comércio – algo verificado no período de Natal – e a manutenção de um comportamento cauteloso por parte do comprador. Outro fator que ajudou a segurar uma disparada no endividamento foi a chegada do 13º salário em dezembro. Historicamente, o consumidor utiliza a primeira parcela do benefício para pagar dívidas. Mas há especialistas, como os técnicos da ACSP (Associação Comercial de São Paulo), que acreditam que até mesmo a segunda parcela foi usada para isso no final do ano passado.

A outra matéria (24/7/06) trata do endividamento especificamente por parte dos jovens e também mostra um retrato pessimista da economia. A chamada foi “dobra o número de jovens endividados no Brasil”. Mais uma vez, o crédito aparece como vilão: “Segundo economistas, a facilidade de crédito e a falta de controle nos gastos foram os principais motivos”. Outros motivos também presentes na matéria: “É a falta de planejamento, ou seja, a pessoa passa o cheque, mas não anota no canhoto, não anota na agenda que tem o pagamento pré-datado, que está postergado a algum pagamento, e entra em descontrole financeiro”; “Então eles compram na ânsia do consumo, achando que em breve terão como honrar esses compromissos e na realidade não têm condições”.

Nessas duas matérias, o crédito, que então tinha juros “mais baixos”, mostrou sua outra face, com o endividamento dos consumidores. Mas o JN continua sem mencionar os juros altos como causa. As causas não têm vinculação econômica, as pessoas é que são irresponsáveis por consumir mais do que têm condições de pagar.

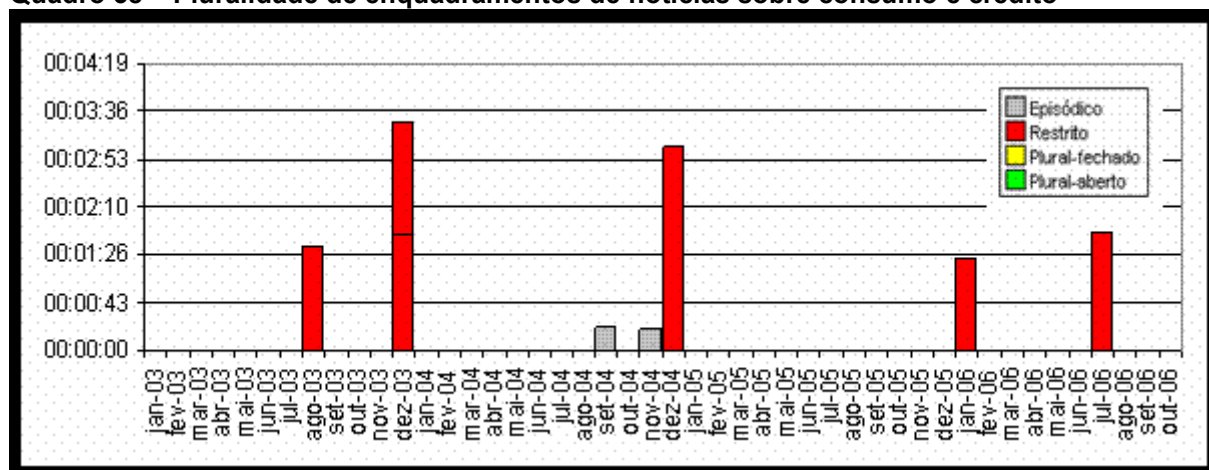
Por fim, em meio a uma cobertura tão negativa deste assunto, aparece uma matéria (24/12/04) com tom positivo, mostrando que as empresas estão descobrindo que os trabalhadores de menor renda e que trabalham por conta própria ou sem carteira assinada são bons consumidores. Segundo a matéria, o mundo empresarial da favela é “animado”, pois há várias oportunidades de negócios. A interpretação dada é que a população de baixa renda consome cada vez mais.

Resumidamente, a cobertura desse tema foi bastante negativa, ao contrário do que esperávamos. Isso contrasta bastante com a cobertura dada aos demais temas, principalmente com o tema de produção e venda, o que é uma grande incoerência. Ora, se a produção e as vendas estão aumentando, e se o Brasil exporta apenas

uma pequena parte de sua produção, para onde estão indo esses produtos se as pessoas não estão comprando tanto assim? Além disso, o JN simplesmente não vinculou a questão do endividamento aos juros altos.

Veja a seguir o gráfico com a classificação das matérias e a lista delas:

Quadro 38 – Pluralidade de enquadramentos de notícias sobre consumo e crédito



Quadro 39 – Relação das matérias analisadas sobre consumo e crédito

Data	Tempo	Título da matéria
13/8/03	01:34	Consumidores, com perda de rendimento, mudam os hábitos de compra
13/12/03	01:44	Sábado de lojas cheias: comércio está de olho no 13º salário
13/12/03	01:43	Compras de Natal: muito trânsito e tumulto nas cheias de São Paulo
16/9/04	00:21	Aposentados e pensionistas poderão pedir empréstimo com desconto em folha
29/11/04	00:19	Lula assina MP que cria programa de microcrédito à população de baixa renda
24/12/04	03:04	Poder invisível - Empresas descobrem força econômica dos trabalhadores s/ carteira
16/1/06	01:24	Cresce número de inadimplentes - nº de consumidores c/ dívidas atrasadas subiu 13%
24/7/06	01:47	Dobra o número de jovens endividados no Brasil

11. Avaliação e crédito internacional

As matérias que tratam de concessão de créditos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e da avaliação por organismos internacionais estão concentradas em 2003, particularmente no início do ano. O principal motivo é que, na época, o Brasil estava se recuperando de um período de instabilidade na economia, que teve seu auge no segundo semestre de 2003, com aumento do preço do dólar, alta da inflação e elevação do risco-Brasil.

O risco-país é um índice que mede os juros cobrados, no exterior, para empréstimos aos países. Basicamente, seu cálculo envolve a diferença entre os juros cobrados de um determinado país e os juros pagos pelos títulos da dívida pública dos Estados Unidos. Quanto maior o número, maior o risco de quem empresta (investidor) não ter seu dinheiro de volta. Ou seja, por ser avesso ao risco, quando este está alto, os investidores exigem um retorno maior em termos de juros. Dizer que o risco-Brasil está em 600 pontos significa que, para obter empréstimos internacionais, o país paga seis pontos percentuais de juros a mais do que os Estados Unidos. Outra forma de avaliação econômica de países é a realizada pelas agências de *rating*, que dão notas aos países dependendo de suas perspectivas futuras. Essas notas influenciam na decisão de investidores internacionais investirem no país.

Das nove matérias sobre avaliação e crédito internacional, uma tratava exclusivamente da Argentina e oito se referiam ao Brasil. Dessas oito, sete apresentaram um cenário positivo da economia em nosso país e uma praticamente não apresentou juízo de valor. O resultado é que, nas matérias, predominou o enquadramento restrito (um único enquadramento), bastante favorável à política econômica adotada pelo governo. De forma geral, o JN apresentou nossa economia como indo muito bem, com melhora de vários indicadores (dólar, inflação, exportações etc.), de forma que os investidores internacionais e o FMI aprovaram a política econômica do governo Lula e estavam confiantes no nosso país, o que se refletia no aumento de investimento externo e principalmente na queda do risco-Brasil.

As matérias do início do ano apresentam como problema o fato de que os investidores estavam, antes do início do governo, preocupados com a política que seria adotada. As soluções propostas apontam para a manutenção de uma política econômica de viés liberal, com pouca intervenção do Estado na economia, sendo que algumas matérias apontaram especificamente como soluções, reproduzindo discurso do governo, um “ajuste fiscal ainda mais sério do que o acordado com o FMI” (que de fato veio a se realizar) e a não-intervenção no câmbio.

O julgamento moral predominante foi de que o governo Lula estava adotando uma política econômica austera e séria e que ela dá sinais bastante positivos que o mercado aprova.

O cenário extremamente positivo pintado pelo JN, no entanto, escondia um aspecto crucial: a economia brasileira não ia tão bem, ela estava em fase de recuperação. É verdade que o risco-Brasil caía a passos largos. Mas essa queda intensa só era possível porque ele estava alto. E em nenhum momento o JN citou isso. É como se um doente tivesse sido acometido por uma doença grave, cujo pior momento já tivesse passado e ele agora está internado, recuperando-se. O médico verifica que suas taxas estão cada vez melhores. Há duas maneiras de se enxergar o fato: 1) o paciente, que ainda encontra-se bastante debilitado, está se recuperando bem, pois suas taxas estão cada vez melhores; 2) A pessoa está com taxas cada vez melhores. O JN preferiu a segunda alternativa. Não há ponto de vista certo ou errado, a diferença está no recorte temporal utilizado e em como se enquadra o problema. Mas não há dúvidas de que o segundo caso oculta o contexto, prejudicando o entendimento por parte do público.

Isso fica bem claro na matéria veiculada em 6/1/03, já vista antes. Note que entre tantas expressões e resultados positivos (em negrito), há apenas três citações a opiniões ou eventos negativos (sublinhados). Desses três trechos, dois foram contra-argumentados e não se realizaram, e apenas um teve base real, mas foi atenuado pela informação imediatamente anterior:

[Âncora] Na primeira segunda-feira do ano **o mercado financeiro deu mais um sinal de que recebeu bem** os primeiros passos do novo governo. Assim como na sexta-feira, **o dólar fechou em queda expressiva** e **a bolsa de SP teve alta superior a 3,5%**. **No mercado internacional os ventos também foram favoráveis. O risco-Brasil caiu 5,5%, voltando aos níveis de junho do ano passado.**

[Repórter] Para muitos operadores e investidores, hoje foi o primeiro dia de trabalho pra valer no mercado em 2003. E **os negócios foram feitos em clima de otimismo** desde o começo da manhã. **O dólar abriu a primeira segunda-feira do ano em queda** e nessa trajetória ficou durante boa parte do dia **até fechar em baixa** de 3,03%, aos R\$ 3,35, **valor mais baixo desde 17 de setembro do ano passado**. O discurso de **austeridade fiscal** do novo governo tem levado alguns investidores a reverem as expectativas pessimistas para este início de ano. Quem apostava em novas desvalorizações do Real, agora vende dólares com **medo de uma queda ainda maior da cotação da moeda americana**. Segundo o economista

Odair Abate, a **possibilidade do governo aumentar a meta de superávit primário teve repercussão positiva:**

[Economista Odair Abate] Como o governo brasileiro emite sinais que vai **propor um ajuste fiscal ainda mais sério** do que havia sido negociado com o FMI, **isso é muito bom** e ajuda sem dúvida alguma a **reforçar a tendência da queda do dólar.**

[Âncora] Na bolsa de valores de São Paulo, **o saldo de investimento estrangeiro foi de R\$ 465 milhões em dezembro, o melhor de 2002, apesar de no ano esse saldo ter ficado negativo.** Hoje, o índice **Bovespa fechou em alta de 3,61%, a maior desde 30 de outubro.** A **melhor percepção sobre os rumos da economia** do país **ajudou a reduzir o Risco-Brasil.** Hoje o indicador fechou em **forte queda** de 5,5%, aos 1.268 pontos.

Apesar do clima positivo reinante nos mercados, o JN trabalhou com um otimismo demasiado. A FSP também deu destaque ao otimismo, mas preferiu usar termos como “ambiente econômico menos intranquilo”, além de escrever também que o mercado ainda tinha suas desconfianças com o governo Lula.

Aqui, mais uma vez, notamos que o discurso do JN mostrou-se bastante maniqueísta. O telejornal, muitas vezes, considera que algo ou é preto ou é branco, trabalhando com bem menos gradações de cinza do que o nosso contraponto (a FSP), por exemplo. Se há um clima de otimismo, esse clima é salientado de forma tamanha que aparece ao telespectador como o único clima reinante. É a esse tipo de “saliência” que Entman (1993) se refere quando conceitua enquadramento.

Um olhar mais clínico voltado para a matéria de 6/3/03 nos mostra outro fato importante. Nela, o JN atribui a boa avaliação internacional do Brasil quase exclusivamente a fatores internos: “A agricultura contribuiu para que o Brasil exportasse quase US\$10 bilhões no primeiro bimestre. Essa moeda forte que entra no país é um dos fatores que explicam a mudança de humor dos investidores”; e:

[Repórter] O mercado financeiro considera que a economia brasileira está dando sinais muito positivos. O saldo de mais de US\$2 bilhões este ano na balança comercial, o superávit fiscal recorde, a recomendação de compra dos títulos da dívida brasileira por grandes bancos internacionais. Tudo isso animou o investidor estrangeiro.

Como se não bastasse, a economia brasileira teve bons números mesmo com países importantes apresentando números ruins: “Hoje a Bovespa subiu 3%, apesar das quedas nas bolsas americanas e européias. O dólar e o Risco-Brasil caíram”.

Novamente, a FSP (7/3/03) mostrou outro lado, noticiando a partir de um contexto mais amplo. Segundo o jornal, não foi só o Brasil que se tornou mais atrativo para os investidores internacionais, mas os países emergentes de forma geral. No caso específico do Brasil, segundo o jornal, houve uma “combinação de fatores externos e domésticos” que explicou a mudança de rumo. No âmbito externo, a desaceleração da economia dos países desenvolvidos fez com que eles baixassem suas taxas de juros, na tentativa de reaquecer a economia. A menor rentabilidade nas operações com juros levaria os investidores a aplicar nas bolsas de valores. No entanto, ainda havia, na época, certo medo das operações com ações, por conta dos recentes escândalos corporativos e do estouro da bolha no mercado de tecnologia. Com isso, os mercados emergentes se tornaram mais atrativos. Ainda segundo a FSP, a liberação de US\$4,6 bilhões pelo FMI e o anúncio do superávit no 1º bimestre também ajudaram a formar um clima de otimismo.

Assim, quando há boas notícias na economia, os fatores são somente internos, méritos do governo. Colling (2000) fez observação semelhante em sua análise do JN, notando que “em nenhum momento os motivos da crise [econômica] eram internos, do próprio Brasil. As causas indicadas sempre foram externas. No entanto, quando noticia a crise em outro país, o JN não pouca críticas aos governos” (p. 51). O paradoxo é que, na época da análise de Colling – o período de campanha para as eleições presidenciais de 1998 – Lula era justamente o principal opositor do então presidente e candidato Fernando Henrique Cardoso.

Ainda em relação à matéria de 6/3/03, o JN não deu nenhum espaço às críticas que o então ministro da Fazenda, Antonio Palocci, teve de responder durante entrevista. Segundo matéria da FSP (7/3/03), apesar da entrevista ter sido sobre a revisão do acordo com o FMI, o tempo maior do ministro foi gasto respondendo às críticas quanto à política econômica adotada, críticas que vinham de empresários, de sindicalistas, do próprio PT e de integrantes do próprio governo, e às especulações sobre um certo “plano B” para a economia. O telejornal deu espaço exclusivamente à entrevista. Só no final foi possível encontrar na fala do ministro

algum indício de que ele responde a críticas. Mas, claro, é muito improvável que o público médio, que não tenha acessado outros veículos de comunicação, tenha percebido isso. Veja parte da reportagem:

[Repórter] O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, comemorou esses resultados [da economia] ao explicar hoje para jornalistas a revisão do acordo com o FMI, aprovada na terça.

[Palocci] É uma melhoria importante, nós precisamos ter paciência, serenidade. Nós tivemos um choque muito forte no ano passado. E tivemos a volta da inflação de uma maneira muito forte. Para combater isso é preciso ter calma, ter serenidade e ter certeza do que está fazendo. Falar em mudança na política econômica com os indicadores melhorando seria uma insanidade.

Nas demais matérias sobre avaliação e crédito internacional, o JN também adotou o tom otimista e nunca procurou amenizar esse clima. A FSP, por sua vez, deu espaço para *frames* alternativos, mostrando que o Brasil não estava exatamente bem, mas estava em fase de melhora. O jornal apontou, por exemplo, que a relação dívida/PIB do Brasil ainda é alta (essa relação é um indicativo da capacidade de um país saldar suas dívidas) e que o Brasil ainda tem alta classificação de risco pelas agências de *rating* e estava bem pior que a Rússia e o México, países também considerados emergentes.

Por fim, vale a pena citarmos também uma matéria classificada como internacional. A matéria (18/1/05) afirmava que, depois dos “italianos protestarem contra a proposta argentina para o pagamento da dívida externa, suspenso há mais de três anos”, “a Associação de Credores da Alemanha classificou de ‘fraude’ a oferta que prevê um desconto de até 75% do valor da dívida.” É interessante verificar que a Globo só dá espaço às declarações de uma associação alemã, mas não publicou que, naquele mesmo dia, o ministro da Economia argentino havia dito que estava otimista, pois, já no segundo dia de renegociação da dívida, havia conseguido adesão de 25% dos credores (FSP, 19/1/05).

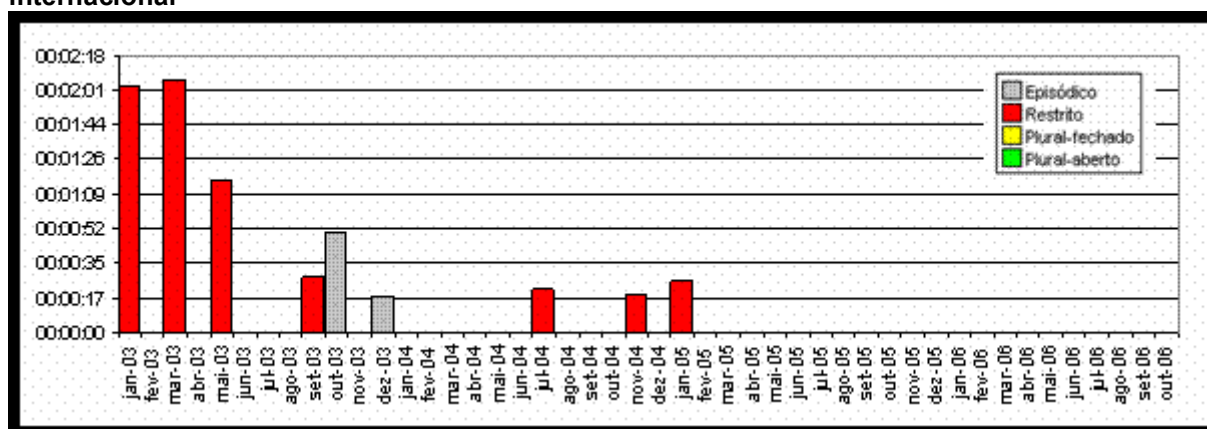
Concluindo, o JN se restringiu a um enquadramento de otimismo internacional com a economia brasileira. Deveria ter dado espaço a outros *frames*, como os que apontavam que o país não estava tão bem assim, mas estava se recuperando. Além disso, nessas matérias, o JN praticamente não deu espaço às críticas contra a

política econômica de Palocci. A impressão passada pelo telejornal é que há consenso em relação aos rumos da economia, o que já vimos ser falso.

Ao analisarmos as fontes das matérias é ainda mais fácil notar o viés oficialista com que foi abordado o assunto Avaliação e Crédito Internacional. Não houve nenhuma fonte explícita e nenhum ator nessas matérias que discordasse do governo, além de que boa parte das fontes era integrante da ala do governo defensora da política econômica adotada: o ministro Antonio Palocci; o presidente do BC, Henrique Meirelles; e o presidente Lula. Mas os atores que mais tiveram espaço nas matérias foram os etéreos "mercado financeiro", "mercado internacional", "operadores e investidores", "os investidores", "o investidor estrangeiro" e "o mercado de câmbio". Ou seja, são aquelas personagens que, na mídia e no jargão econômico, ganham vida própria, mas ninguém sabe realmente quem (ou o que) são.

Confira abaixo gráfico com o mês de publicação e o tempo das matérias, com a classificação quanto à pluralidade de enquadramentos. Note que a maioria das matérias, que se encontram mais no início de 2003, apresentou um único enquadramento. Veja também a lista das matérias analisadas.

Quadro 40 – Pluralidade de enquadramentos de notícias sobre avaliação e crédito internacional



Quadro 41 – Relação das matérias analisadas sobre avaliação e crédito internacional

Data	Tempo	Título da matéria
6/1/03	02:03	Dólar a R\$ 3,35
6/3/03	02:06	No mercado financeiro, o dólar e o Risco-Brasil têm um dia de queda
2/5/03	01:16	Declarações do presidente Lula fazem o Risco-Brasil despencar
10/9/03	00:28	Argentina finaliza novo acordo com FMI
9/10/03	00:50	Risco-país fica abaixo dos 600 pontos
13/12/03	00:18	FMI aprova acordo com o Brasil
26/7/04	00:22	FMI pode colocar mais de US\$ 1 bilhão e governo diz que não pretende usar o dinheiro
29/11/04	00:19	Meirelles diz que acordo com o FMI possivelmente não será renovado quando terminar

12. Juros

Como já vimos, o assunto Juros teve pouco espaço no JN. Foram apenas sete matérias entre as 1.049 que compõem nossa amostra de 46 edições. Dessas sete, seis eram notas peladas, ou seja, eram dadas apenas informações curtas e rápidas pelos apresentadores, sem cobertura de imagens. Nesse tipo de matéria, geralmente não é possível encontrar elementos que definam um enquadramento específico, de forma que elas foram classificadas como episódicas.

Com base nisso, podemos dizer que o JN silenciou sobre o assunto. Não podemos especular sobre a razão do silêncio, mas é importante salientar que o não-mostrado tem tanta influência sobre a formação de opinião quanto o mostrado. Aproveitando o ditado que diz que “notícia ruim é a primeira que chega”, se algo não aparece é porque está tudo bem.

Mas não foi isso que mostraram as matérias da Folha de São Paulo (FSP) utilizadas como contraponto. O jornal aponta para grandes críticas quanto aos juros altos. De forma geral, as críticas vieram de empresários, sindicalistas e mesmo de políticos da base aliada do presidente Lula. Nas várias matérias sobre o assunto publicadas pela FSP no dia posterior às edições do JN, eles dizem que os juros poderiam baixar mais rapidamente e que a queda, em ritmo lento, funciona como freio para o crescimento do Brasil.

A única matéria que trouxe informações a mais foi uma que tratava sobre a queda dos juros em 17/3/04. No entanto, a matéria sequer tinha imagens cobrindo, foi uma passagem (quando o jornalista fala diretamente para a câmera) ao vivo em frente ao Banco Central. O fato de termos somente uma matéria disponível para verificarmos os enquadramentos, claro, compromete um pouco os resultados desta análise. Mas não a invalida, pois o assunto Juros também foi encontrado como causa na análise de enquadramento de outros assuntos e o posicionamento do JN foi semelhante a esta matéria analisada, onde os juros têm papel relevante.

Pela matéria, é possível depreender que o problema a ser resolvido são os juros altos, mas de forma bastante leve. Ou seja, o JN não enfatiza os juros altos,

mas o fato de o Banco Central (BC) os ter baixado. O telejornal aponta como causa uma inflação não debelada, mas que agora (naquela época), segundo o BC, “parece sob controle”, pois “diminuiu o risco de uma alta inflacionária”. A solução apresentada é baixar os juros mais rapidamente. Assim como o problema, essa conclusão não aparece de forma assertiva, ela vem junto a afirmações (sublinhadas) que amenizam essa solução:

[Repórter] Para os empresários da CNI, a Confederação Nacional da Indústria, a queda poderia ter sido até maior, mas é positiva. Segundo a CNI, é uma demonstração da retomada do processo de redução dos juros. A CUT, Central Única dos Trabalhadores, fez uma avaliação positiva. Considerou uma queda tímida, mas uma demonstração de bom senso do Banco Central. Já para a Fiesp, a Federação da Indústria do Estado de São Paulo, o corte foi simbólico e, apesar de ir na direção correta, não é suficiente para diminuir o estado de apatia da economia, num curto espaço de tempo.

Pelo texto, a CNI e a CUT aprovaram a queda, mesmo achando que poderia ter sido maior. É fácil verificar isso ao perceber a repetição da palavra “positiva”, que funciona como contrapeso à idéia de que os juros deveriam ter caído mais. Só a Fiesp foi um pouco mais dura na avaliação. Dessa forma, o enquadramento dado é que as fontes até gostariam de uma queda maior na meta da taxa, mas a baixa decidida pelo BC foi boa, teve avaliação “positiva”, pois o BC tem “bom-senso”.

A partir disso, o Banco Central é enquadrado como uma instituição conservadora, pois não foi tão aguerrido na queda dos juros, mas ao mesmo tempo responsável, pois retoma o processo de redução dos juros. Há, porém, espaço para um *frame* alternativo, mas de menor visibilidade, que aponta que os juros não estão baixos o suficiente para permitir a retomada do crescimento econômico. Com isso, temos uma matéria classificada como plural-fechada, em que há mais de um *frame*, mas um deles se sobressai.

A FSP mostrou avaliações semelhantes às que apareceram no JN, mas as críticas tiveram um tom mais duro do que as do telejornal. Um ponto interessante diz respeito às fontes utilizadas. A CUT, central sindical que tem, de alguma forma, ligação com os atuais governantes, uma vez que foi berço do PT, aparece na matéria do JN. A Força Sindical, central que geralmente se opõe à CUT, não teve

espaço no telejornal e foi justamente dela que partiu uma das crítica mais ferinas na FSP:

As maiores críticas vieram das centrais sindicais. O presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, disse que a decisão do Copom foi “extremamente tímida e preocupante” e já compromete a expectativa de crescimento para o primeiro semestre (FOLHA DE S. PAULO, 18/3/04).

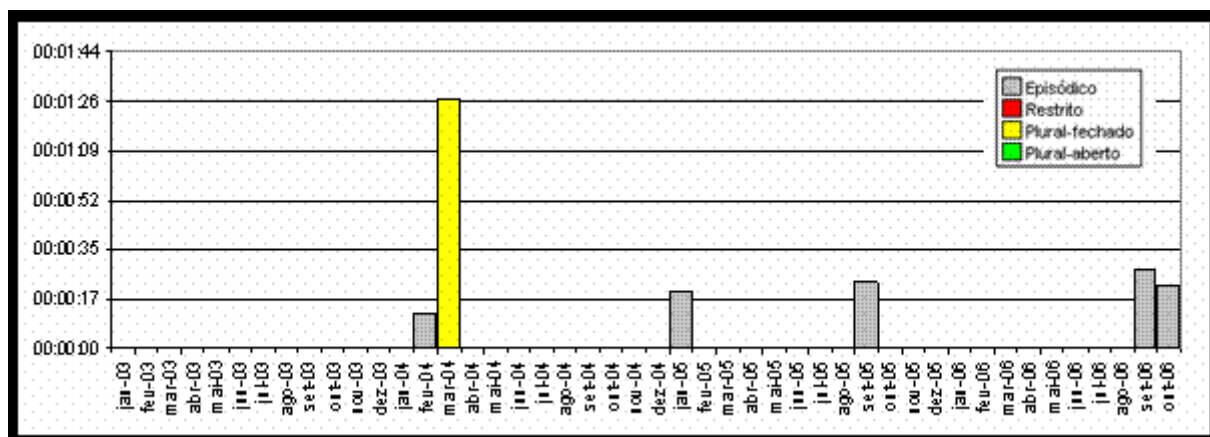
Além disso, enquanto no JN a avaliação da CUT é interpretada como “positiva”, a FSP diz que “as maiores críticas vieram das centrais sindicais” e logo depois da opinião da Força Sindical, põe a da CUT.

Ainda em relação às fontes, é interessante verificar que o JN não procurou outros políticos (nem da oposição nem do governo) para falar sobre a queda dos juros. Já a FSP, ao contatar presidentes de partidos, concluiu que “sete dos oito maiores partidos que dão sustentação ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva são críticos do atual estágio da política econômica federal e cobram mudança de rumo na pasta comandada pelo ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda)” (FSP, 18/3/04).

Concluimos, pois, que o JN evitou a discussão sobre os juros, dando pouco espaço ao assunto e, quando o deu, tratou de forma seca, sem enquadrá-lo. Na única matéria em que havia algum tipo de interpretação, o JN enquadrou os juros predominantemente como altos, mas que não podem ser baixados de forma abrupta, pois essa não seria uma atitude responsável. De forma geral, ao evitar o dissenso sobre o assunto e ao enquadrar os juros dessa forma, podemos dizer que a posição do JN, na tentativa de ficar neutro, termina por ser favorável ao governo.

Abaixo, apresentamos um gráfico em que é possível ver os meses em que foram veiculadas as matérias analisadas (sobre juros), o tempo delas e a classificação do enquadramento dessas matérias em episódicas, restritas, plurais-fechadas ou plurais abertas. Logo depois apresentamos também a lista das matérias que compõem esta análise.

Quadro 42 – Pluralidade de enquadramentos de notícias sobre juros



Quadro 43 – Relação das matérias analisadas sobre juros

Data	Tempo	Título da matéria
17/2/04	00:12	Dólar fecha cotado a R\$ 2,92 nesta terça-feira
17/3/04	01:27	Juros reduzidos
18/1/05	00:20	No mercado financeiro, o dólar, em alta, fechou a R\$ 2,719
14/9/05	00:16	O Banco Central reduz a taxa básica de juros
14/9/05	00:07	Esperando o Copom, o mercado financeiro teve um dia sem sobressaltos
27/9/06	00:27	Bancos podem tirar TR dos financiamentos imobiliários
26/10/06	00:22	Diretores do BC cogitaram corte nos juros inferior ao meio ponto percentual anunciado

Após vermos os enquadramentos de cada um dos onze assuntos, passaremos às considerações finais. Neste último capítulo, fazemos um resumo dos resultados, procurando interpretá-los. Também apresentamos nossa conclusão sobre a validade das hipóteses e fazemos algumas considerações sobre o que achamos que pode melhorar no método. Por fim, damos algumas sugestões de pesquisas futuras a partir do desdobramento de resultados desta pesquisa.

Cap. 6 – Considerações finais

1. Retomando os resultados

A cobertura econômica do JN entre 2003 e 2006 foi marcada pelo otimismo. Em vários momentos, esse otimismo foi exagerado, descolado da realidade econômica vivida pela nação. O início do governo Lula é um exemplo disso. O país estava começando a sair de uma crise, atribuída à desconfiança em relação à política econômica que seria adotada pelo novo presidente. A inflação ainda estava alta, o dólar já estava em queda (mas ainda alto), o consumo diminuiu, os juros subiram e uma grande quantidade de pessoas estava desempregada. E o JN, ainda assim, pintava um cenário relativamente positivo da economia.

Podemos entender o otimismo pelo ponto de vista da relatividade: ora, se antes estava muito ruim e agora só está ruim, ou seja, se a economia está melhorando aos poucos, isso é motivo para ser otimista. O erro, entretanto, está em montar um cenário em que as coisas parecem estar relativamente boas quando, na verdade, elas estavam apenas “menos ruins”. Esse descolamento da realidade aconteceu também em outros períodos de nossa análise.

É bastante provável que esse tom otimista do JN tenha ajudado na construção de um cenário econômico positivo entre os brasileiros e que isto tenha influenciado nos índices de avaliação do governo Lula e, mais especificamente, em sua reeleição.

O otimismo esteve presente nos enquadramentos oficialistas de boa parte das matérias e até mesmo, embora em menor grau, nas notas em que o JN apresentava os assuntos de maneira episódica. Por outro lado, algumas poucas matérias apresentaram um quadro negativo, o que tornou mais visíveis certas incoerências na cobertura do telejornal. A maior delas pode ser percebida ao comparar a cobertura dada à produção e vendas e à cobertura do consumo e do crédito. Enquanto, para o JN, a produção e as vendas fossem bem porque eram influenciadas positivamente

por uma política econômica bem conduzida, o nível de consumo do brasileiro estava baixo, com o povo precisando fazer alguns sacrifícios na hora das compras. O JN só esqueceu de avisar ao telespectador que, com exceção dos países com grande nível de exportação, o nível de consumo e de vendas costumam caminhar juntos.

Também houve algum descompasso quando o JN tratou do nível de emprego e da renda. O JN mostrou um 2003 com desemprego e, em 2004, adotou tom bastante otimista quanto ao emprego, sendo que o desemprego não tinha causa econômica e o emprego as tinha. Em 2005 e 2006 o JN passou a silenciar sobre a questão. A cobertura do assunto, em geral, foi favorável ao governo, ao contrário da FSP, que teve cobertura bastante crítica. Já o assunto renda foi tratado com menor otimismo. Houve poucas matérias sobre o assunto e pouca discussão. O tom oficialista foi mantido.

A cobertura dada à inflação também foi sujeita a descompassos, mas não quando comparado com outro assunto, mas sim com a própria realidade. O JN pintou um cenário em que a inflação estava sempre alta sem, no entanto, dar explicações econômicas para o aumento dos preços. Apesar de evitar vinculações entre inflação e juros, é muito provável que esse cenário de inflação alta, que provavelmente teve sua origem no governo, tenha contribuído para justificar os juros altos. Esse cenário, no entanto, não teve correspondência com a realidade, pois, com exceção de 2003, nos demais anos a inflação se manteve praticamente todo o tempo dentro das metas estabelecidas pelo governo. Essas metas, por sua vez, foram criticadas, em vários momentos, até por economistas do PT, que a consideravam muito baixas. Mas o JN silenciou sobre essas críticas.

É bom enfatizar que, quando falamos que o JN silenciou sobre determinado aspecto, consideramos em nossa análise não só o dia em que a matéria foi publicada, mas também vários dias antes e depois. Ou seja, não ter encontrado o assunto em nossa amostra não era o bastante para afirmarmos que o JN silenciara, pois sempre que não encontrávamos notícia no JN sobre um fato importante relatado na FSP, pesquisávamos no *site* do JN vários dias anteriores e posteriores ao episódio.

A tentativa de manter a inflação dentro das metas foi noticiada pelo JN de forma objetiva. O telejornal, na maioria das vezes, apresentou apenas o número e se

limitava a informar que a inflação caminhava para dentro ou para fora da meta, ou que havia aumentado ou diminuído em comparação com meses anteriores. Essa suposta neutralidade na cobertura nos remete à discussão em torno dos efeitos gerados pelo paradigma da objetividade na imprensa. Ora, se o JN se atém somente aos fatos, mostrando na maioria das vezes que a inflação pode sair da meta, pode não estar mentindo. No entanto, claramente ajuda o governo, pois silencia sobre todo um debate que existe em torno da fixação dessa meta.

Diversos autores já verificaram esse problema no que diz respeito à objetividade. Ao tentar se colocar numa posição neutra, com a objetividade, a imprensa termina por favorecer quem está no poder, tornando-se mais oficialista. Mesmo que as noções de objetividade, imparcialidade e neutralidade já sejam consideradas superadas por boa parte dos acadêmicos, a imprensa não se desgarrou delas. Motta (2002) explica por quê:

Na defesa de uma posição independente e, portanto, democrática, está o discurso da própria imprensa em torno do cânone da objetividade jornalística. É a imprensa como instituição que continua defendendo uma posição própria de imparcialidade no jogo político, de neutralidade e de distanciamento na observação e no relato dos eventos públicos. São os próprios jornais que alardeiam insistentemente uma posição ideologicamente independente na cobertura dos fatos, reivindicando uma atitude profissional do jornalismo moderno. Essa modernidade da imprensa significaria, segundo o discurso liberal do jornalismo, um passo à frente do velho jornalismo engajado do início do século XX. Para abandonar de vez a militância e a parcialidade doutrinária, a imprensa assume um posicionamento epistemologicamente neutro e objetivo na observação e na análise da realidade política – modernidade que corresponderia a uma atitude profissional (p. 15-16).

Além disso, a objetividade e o profissionalismo – espécie de corrente de pensamento que defende a objetividade jornalística – também é utilizado como defesa, pelos jornalistas, para combater as crescentes interferências comerciais a que a imprensa está submetida. “Estudos sociológicos ingleses e americanos referem-se a essas pressões de mercado e sustentam que os jornalistas usam o ‘profissionalismo’ contra o ‘comercialismo’, o que seria uma estratégia de defender a objetividade como forma de afirmar e demarcar seu espaço profissional” (MORETZSOHN, 2002, p. 204). Apesar de alguns terem decretado o seu fim

(MCCHESENEY, 2003), o embate com o comercialismo pode ainda dar sobrevida ao profissionalismo – e conseqüentemente ao uso da noção de objetividade jornalística.

No JN, a noção da objetividade pode ser percebida na forma como o telejornal é estruturado. Os âncoras apenas noticiam, não comentam as notícias. O momento da opinião é bem demarcado: é quando o comentarista e a charge entram em cena.

Mas não é só a objetividade que favorece o governo no noticiário econômico. O silenciamento sobre determinados assuntos também é um ponto importante. No caso de nossa pesquisa, verificamos que o JN evitou a discussão sobre a meta da taxa Selic – a taxa de juros definida pelo Banco Central que serve como referência para os juros praticados no mercado.

Durante os quatro anos de governo, houve muitas críticas aos juros, capitaneadas principalmente pelo setor produtivo, que reivindicava créditos mais baixos e argumentava que, com os juros altos, o país não teria condições de crescer muito. O JN, quando tratou do assunto, evitou enquadrá-lo, da mesma forma que fez com a inflação. Na única matéria em que havia algum tipo de interpretação, o JN enquadrou os juros predominantemente como altos, mas que não podem ser baixados de forma abrupta, pois não seria uma atitude responsável.

Os movimentos do câmbio e da bolsa de valores tiveram cobertura semelhante. A maioria das matérias foi de notas peladas, não apresentando enquadramentos específicos, mostrando apenas os valores. Apesar de curtas, essas notas ajudaram na formação de um cenário positivo da economia. Nessas matérias, o JN evitou vinculações com decisões da política econômica brasileira, apontando geralmente causas externas para o sobe-e-desce na bolsa e no câmbio.

É interessante destacar, contudo, que no início do governo o assunto mereceu maior destaque, com a interpretação dominante de que o governo estava adotando a política econômica de preferência do mercado e, com isso, o dólar caía e a bolsa subia. Nesse período, começaram a surgir as primeiras divergências, que tiveram como fonte parcela exportadora do setor produtivo, que alegava que a queda na cotação do dólar poderia prejudicar as exportações brasileiras.

Nesse período, o JN deu pesos semelhantes aos enquadramentos desse grupo e ao do então ministro da Fazenda Antonio Palocci e do presidente do Banco

Central, Henrique Meirelles, que defendiam a não-intervenção no câmbio. Ressalte-se que, dentro do próprio governo, existiam divergências a respeito do câmbio, e o próprio presidente Lula emitia sinais de que não tinha certeza sobre a melhor saída. Três anos depois, a mesma polêmica retornou, dessa vez prevalecendo a visão de que só os exportadores que não investiram em tecnologia é que estão tendo que se preocupar com o câmbio baixo.

Ainda em relação às exportações, o JN passou a idéia de um Brasil com crescimento contínuo na exportação, em um tom bastante otimista. Porém, ao contrário do descompasso entre discurso e realidade apresentado nas matérias sobre inflação, as exportações realmente cresceram bastante. O otimismo foi ainda maior quando o JN tratou dos produtos exportados. O telejornal mostrou um país que adota tecnologia de ponta, o que resulta em produtos de alta qualidade e competitividade. As matérias beiraram o ufanismo. Por outro lado, o JN silenciou sobre as importações e sobre um fato importante: o Brasil ainda é um participante menor no comércio mundial.

Vale salientar também que esse foi o assunto que teve maior quantidade de matérias plurais-abertas. Uma possível explicação pode ser a maior influência dos empresários, já que, quando falamos em exportação, estamos falando diretamente de produção e não somente de uma variável econômica sob controle maior do governo.

Outro assunto que recebeu tom otimista foi a avaliação e a concessão de crédito internacionais. O JN praticamente se restringiu a um enquadramento de otimismo internacional com a economia brasileira e não deu espaço para outros *frames*, como o que apontava que o país não estava tão bem, pois estava se recuperando.

Em relação à política fiscal, o JN evitou o assunto e, quando tratou dele, deu um único enquadramento, tratando os seguidos recordes de superávits primários como fundamentais para que o mercado e os investidores estrangeiros continuem acreditando no Brasil e, com isso, o país cresça. O JN silenciou sobre o alto e crescente déficit nominal.

Mas também houve cobertura crítica por parte do JN, embora restrita basicamente às matérias sobre impostos. No início do governo, quando havia

intenção do governo de realizar uma reforma tributária, esta foi apoiada pelo telejornal. Depois que apenas uma pequena parte da reforma tornou-se realidade, o JN resolveu ser crítico em relação à crescente carga tributária.

Aqui enxergamos uma estratégia interessante. Embora claramente pautadas por empresários e pela OAB, interessados na redução de impostos que oneram a produção e a prestação de serviços, as matérias mostravam os trabalhadores como vítimas. Ou seja, para ganhar maior legitimidade, as matérias foram enquadradas pelo ponto de vista dos assalariados.

Finalmente, um assunto importante não foi agendado pelo JN. A desigualdade foi assunto de apenas uma matéria em nossa amostra.

2. Hegemonia

É bem provável que a apropriação de enquadramento de um grupo por outro – ou, de forma mais ampla, da ótica de uma classe social por outra – seja freqüente como estratégia discursiva na mídia.

Essa tentativa de apontar o interesse restrito a uma classe como se fosse interesse da maioria é explicado por Gramsci no conceito de hegemonia, que significa “o predomínio ideológico dos valores e normas burguesas sobre as classes subalternas” (CARNOY, 2004, p. 90). Segundo Gramsci, a dominação de uma classe por outra passa por uma espécie de educação da consciência, em que uma maioria incorpora idéias e valores de uma minoria.

“A hegemonia compreende as tentativas bem sucedidas da classe dominante em usar sua liderança política, moral e intelectual para impor sua visão de mundo como inteiramente abrangente e universal, e para moldar os interesses e as necessidades dos grupos subordinados” (CARNOY, 2004, p. 95).

A disseminação da ideologia da minoria se dá através do que ele chamou de “aparelhos privados de hegemonia”, instituições determinantes na socialização das pessoas que influenciam na formação e transformação de sua visão de mundo, como, por exemplo, os partidos políticos, a Igreja, os sindicatos, a família. Nas sociedades baseadas na informação, a mídia se transformou num dos mais

importantes aparelhos privados de hegemonia. E é nela que se trava boa parte da luta pela consciência das pessoas.

Segundo Hallin (1994), o conceito de hegemonia de Gramsci se aplica de forma dupla no estudo da mídia. Ele é usado, primeiramente, para conceituar a função política da mídia, em que os meios de comunicação desempenham um papel de manter a ideologia política dominante, propagando-a, celebrando-a, interpretando o mundo nos seus termos. Ao mesmo tempo, o conceito de hegemonia é empregado para explicar o “comportamento” da mídia, o próprio processo de produção cultural. A própria mídia está sujeita ao processo hegemônico. A ideologia dominante molda a produção de notícias e entretenimentos. Isto explica porque a mídia pode ser vista como agente de legitimação, apesar de ela ser independente do controle político direto.

Assim, a hegemonia do liberalismo, claro, reflete-se na ótica liberal como são apresentadas as notícias. Note que o pouco de discussão apresentado pelo JN sobre a economia tinha como limite uma concepção liberal. Dessa forma, foi discutido se o governo deveria ou não segurar a queda do dólar. Intervindo, o Brasil poderia exportar mais e, se não intervir, o Brasil fica melhor aos olhos dos investidores estrangeiros. Mas não houve discussão sobre que estratégia econômica adotar para reduzir a pobreza e a desigualdade. Como mostramos nos resultados, não houve muito espaço para *frames* alternativos ou, como diria Gramsci, num recorte analítico mais macro, não houve espaço para a visão contra-hegemônica.

Vale ressaltar, porém, que apesar do caráter bastante oficialista do JN, em um dos assuntos o governo não conseguiu impor seu enquadramento frente ao empresariado: os impostos, retratados como bastante elevados.

Finalmente, é interessante verificar que o JN manteve sua tradição de cobertura oficialista – em relação à economia – mesmo com um governo de oposição às forças políticas que até então dominavam. No nosso entender, há uma explicação forte para isso: apesar de ser um governo de esquerda, a política econômica adotada foi bastante liberal e representou uma continuação da política econômica anterior. Com isso, ganhou a legitimidade do JN.

3. Validade das hipóteses

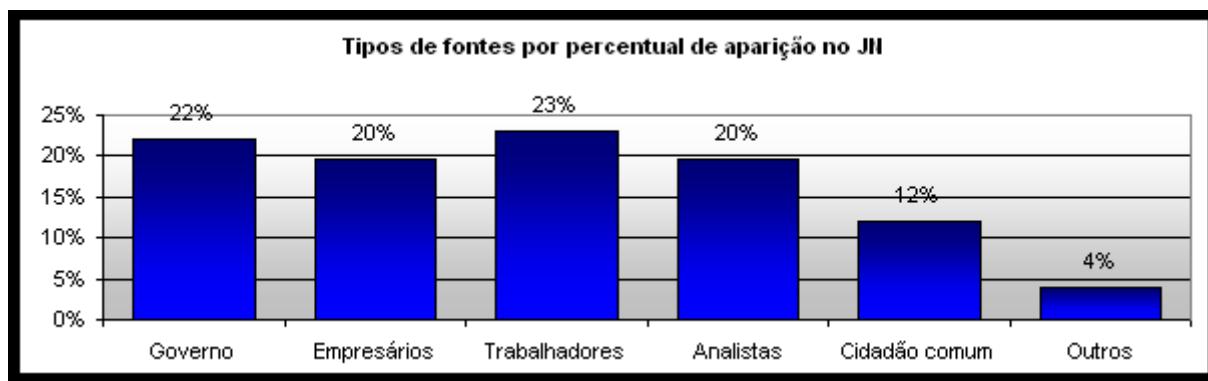
A presença quase unânime de uma única ótica da economia – a liberal – nos aponta para a validade da nossa primeira hipótese: “As matérias são enquadradas, na grande maioria das vezes, sob uma ótica liberal, de forma que essa posição aparente ser consensual. Há silenciamento sobre outras óticas possíveis para interpretação dos fatos político-econômicos”.

Como já vimos, o JN apresentou, em quase todas as matérias, uma posição liberal da economia. A inflação tinha que ser baixa, mesmo que isso atrapalhe um pouco o crescimento; os juros precisam ser altos para conter a inflação, mesmo que isso atrapalhe o crédito para a população; os subsídios são negativos para a livre competição e ninguém se preocupa em saber se estão ajudando os mais desprovidos.

Enfim, as jogadas no xadrez da economia têm que ser aprovadas pelo “mercado” ou pelos “investidores estrangeiros” e, para interpretá-las, o JN procura os “analistas econômicos”, mas pouco importa se farão bem aos trabalhadores ou o que os sindicatos acharam de determinada medida. Os sindicatos, aliás, foram até retratados como se tivessem deixado as diferenças para trás para aproveitar o período de crescimento e, junto com os empresários, garantirem aumentos “acima da inflação” para os trabalhadores. Ou seja, no JN, até os sindicatos e empresários, que sempre estão em campos opostos, aparecem unidos para comemorar o bom desempenho econômico.

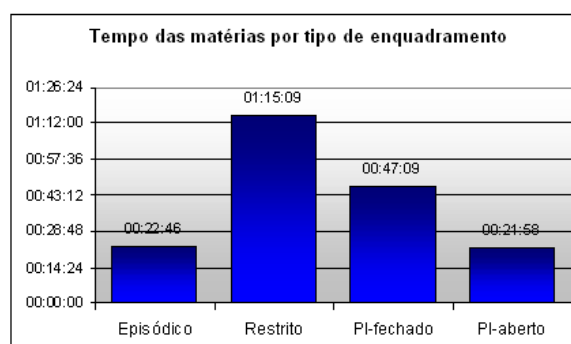
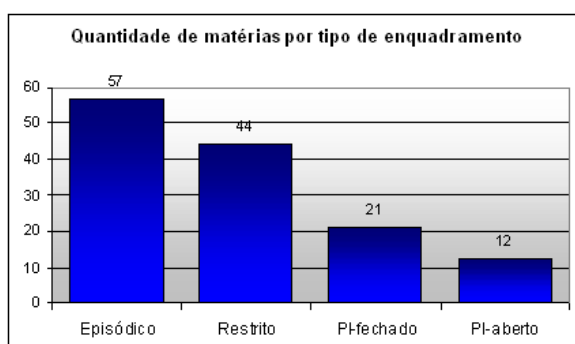
Analisemos agora a segunda hipótese: “Os enquadramentos adotados pelo telejornal são, em sua maioria, favoráveis ao governo e, na maioria das vezes, o tem como fonte”. A primeira parte, como já vimos, é verdadeira: a maioria dos enquadramentos foi favorável ao governo. Além disso, também já vimos que, mesmo algumas matérias classificadas como episódicas traziam um certo tom positivo da economia, ajudando o governo. Já a segunda parte da hipótese se mostrou falsa. Apesar de prevalecerem os enquadramentos do governo, seus representantes só foram fonte em 22% dos casos. Confira os percentuais:

Quadro 44 – Tipos de fontes por percentual de aparição no JN



Aqui cabem algumas explicações para o fato de o governo não ser fonte na maioria das vezes mas, mesmo assim, seu enquadramento ainda prevalecer: 1) O conceito de hegemonia nos mostra que os vários setores da sociedade tendem a tomar para si também o pensamento da classe dominante. Logo, mesmo ao utilizar outras fontes, como os analistas, estes podem apresentar visão semelhante ao do governo; 2) Mesmo que a maioria dos analistas, cidadãos comuns e até mesmo dos trabalhadores não apresentem visão semelhante ao do governo no que diz respeito a assuntos específicos, o JN pode escolher quem entrevistar e de que forma realizar uma pergunta, de forma que o repórter, muitas vezes, apenas procura alguém para corroborar sua idéia e não para efetivamente ter informações a mais; e 3) muitos dos cidadãos e dos trabalhadores entrevistados atuam mais como personagens do que efetivamente como fontes de informação.

A terceira hipótese – “a maior parte das matérias apresenta enquadramentos restritos ou plural-fechado” – também não se mostrou válida. Isso porque houve uma grande quantidade de matérias episódicas, formada basicamente por notas curtas. Pelo gráfico, podemos perceber a gradação entre a quantidade de matérias sem enquadramentos e a de matérias com dois enquadramentos com pesos semelhantes. No entanto, não podemos dar a hipótese como totalmente falsa, uma vez que pudemos verificar que, quando utilizamos a medida do tempo das matérias – e não da quantidade – verificamos que a maior parte do tempo do JN foi dedicada a apresentar uma única interpretação dos fatos econômicos ou, no máximo, uma interpretação que prevalecesse sobre outra.

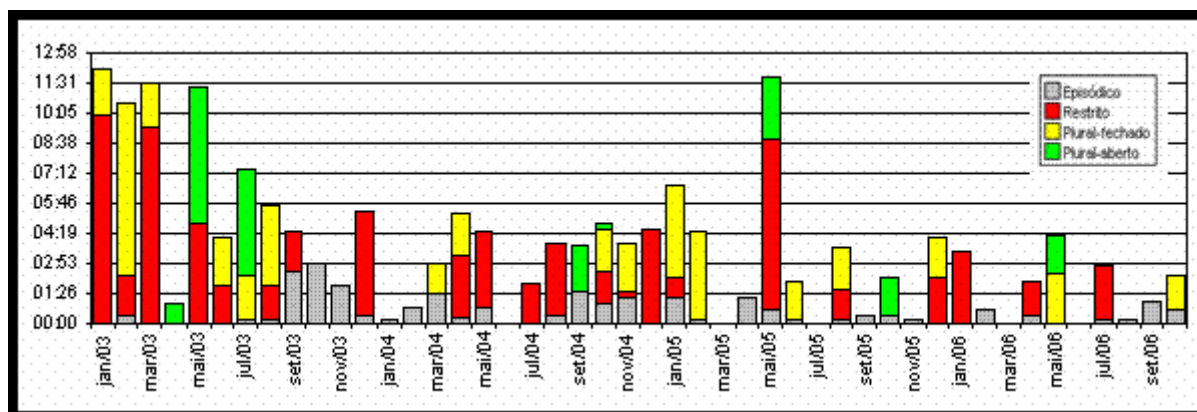


Quadro 45 – Quantidade e tempo das matérias por tipo de enquadramento

Por fim, a quarta e última hipótese diz que: “Em períodos de dissenso entre membros da elite econômica ou do governo, como no fim do primeiro e no início do segundo ano do governo, quando os resultados na área econômica foram entendidos como pouco satisfatórios, há maior pluralidade de enquadramentos. Do contrário, quando há maior consenso entre essas elites, há menor quantidade de enquadramentos”.

Não chegamos a uma conclusão sobre esta última hipótese, pois há tanto indícios de que ela pode ser válida quanto de que ela pode não ser. No primeiro caso, quando havia forte dissenso no governo quanto à intervenção ou não no câmbio, ainda no início do governo, as matérias que trataram desse assunto foram classificadas como plurais-abertas. No entanto, no período referido na própria hipótese, quando houve dissenso dentro do governo, caracterizado principalmente pelas reclamações do vice-presidente quanto aos juros altos que estariam impedindo o crescimento, bem como pelas disputas entre os ministros da Fazenda e da Casa Civil, a estratégia do JN foi justamente evitar o enquadramento.

Note, no gráfico a seguir, que no fim de 2003 e no início de 2004 há maior concentração de matérias episódicas. Aliás, o pouco agendamento das discussões quanto à política econômica também foi outro motivo que nos atrapalhou um pouco na verificação desta hipótese.



4. Método

O método se mostrou bastante útil ao propósito de analisar um período longo de tempo. Geralmente, as pesquisas sobre enquadramento consideram temas mais restritos e/ou períodos de análise mais curtos, o que se traduz em menos matérias para analisar. Como acreditamos que nossa experiência com o método possa ajudar alguns pesquisadores futuramente, gostaríamos de fazer observações mais pormenorizadas.

Imagens – Ao contrário do que esperávamos, as imagens das matérias se mostraram pouco decisivas para a análise. O JN não utiliza muitas imagens com conteúdo cultural forte, que possam levar à identificação explícita de um determinado enquadramento unicamente através do visual. Pelo contrário, a maioria das imagens parece que tem função somente de preencher espaço, reafirmar o que está escrito e de dar movimento ao noticiário.

Porém, em algumas poucas matérias, as imagens se mostraram fundamentais para interpretarmos o que estava escrito. Houve situações, por exemplo, em que frases escritas como uma afirmação, quando confrontadas com a imagem, mostravam-se, na verdade, uma ironia.

Composição dos enquadramentos – Pela definição de enquadramento que utilizamos, de Robert Entman, as matérias geralmente apresentam a definição de um problema, uma causa e uma solução para esse problema, bem como um julgamento moral. No entanto, o que verificamos é que, no caso do JN (e provavelmente no caso da maioria das matérias de TV), essa definição não passa de um tipo-ideal. Pouquíssimas matérias contêm todos esses elementos.

Por outro lado, as matérias impressas, da FSP, apresentavam a maioria desses elementos. Além disso, achamos que, na identificação de enquadramentos, um novo elemento deveria fazer parte da análise: as conseqüências. Em várias matérias o JN apontava um problema, suas causas e também suas conseqüências. No entanto, quando Entman se refere a “causas” pode ser que, na verdade, ele esteja se referindo às “relações causais” existentes na matéria, o que acabaria por incluir as conseqüências. De todo modo, sugerimos torná-lo um elemento à parte para facilitar o trabalho do pesquisador.

Seqüência temporal – A falta de uma seqüência diária das matérias representou leve prejuízo à análise. Isso porque sempre há uma matéria inicial sobre um fato e, nos dias seguintes, há novas matérias que têm objetivo de atualizar o telespectador, as chamadas “suítes”. E, logicamente, essas matérias seguintes não retomam todo o assunto anterior. Como nossa amostra considera apenas um dia por mês, em alguns momentos sentimos falta de uma visão mais completa sobre determinados fatos. No entanto, isso já era esperado, pois fez parte de nossas reflexões sobre as vantagens e desvantagens de trabalhar com um recorte temporal maior. Algumas vezes suprimos essa falta de informações indo ao *site* do JN para pesquisar dias anteriores. Outras vezes, a leitura das matérias da FSP já nos supria dessas informações.

Seqüência na edição – Da mesma forma que sentimos um pouco de falta da seqüência de matérias sobre um fato, em dias seguidos, também sentimos falta de uma visão mais completa da própria edição do telejornal. Isso porque, dentro de uma mesma edição, algumas matérias se completam. Esse problema, no entanto, foi facilmente resolvido. Quando percebíamos a falta de informações, consultávamos o *site* do JN para ler o texto das matérias relacionadas.

5. Referências e sugestões para pesquisas futuras

Como continuação de nossa pesquisa, consideramos que seria bastante proveitoso realizar estudo semelhante tendo como objeto jornais impressos. O material, sem dúvida, é mais rico do que os telejornais e poderia apontar outros enquadramentos que não se fizeram presentes em nossa análise.

Também seria instigante fazer uma pesquisa de recepção do noticiário econômico do JN. Com isso, poderíamos verificar em que nível o cenário econômico formado no JN ecoou nos telespectadores. Como as pessoas enxergam a economia pelo JN? A cobertura econômica do telejornal realmente influenciou a decisão de voto a favor de Lula? São perguntas para outra pesquisa.

Por fim, gostaríamos de apontar alguns resultados de nosso trabalho que não tiveram lugar nesta dissertação por estarem distantes do nosso objeto, mas que acreditamos valer a pena registrar, pois podem servir de ponto de partida para futuras investigações.

Em relação ao agendamento no JN, além do já dito no cap. 4, verificamos que:

1) 30% das matérias sobre política tratam de corrupção. Isso tem um lado positivo, por mostrar que o JN não silenciou sobre as várias denúncias ocorridas no período. Por outro lado, a ênfase na corrupção pode aumentar o ambiente de desconfiança a respeito da democracia, que ultimamente vem sendo cada vez menos apoiada pelas populações, segundo pesquisas recentes. Com essa alta quantidade de matérias, reforça-se um pouco a impressão de que política é só corrupção. No nosso período de análise, houve uma média de 1,5 matéria sobre corrupção por dia;

2) O JN deu muito destaque a catástrofes naturais e a acidentes. Há média de 1,1 matéria por dia sobre esses assuntos;

3) A pauta internacional foi dominada por guerras entre países, guerras civis e principalmente ações terroristas e de combate ao terrorismo. Houve média de 1,8 matéria por dia sobre conflitos internacionais. Essas matérias equivaleram a 8% do tempo do telejornal. É possível que esse excesso de ênfase nos conflitos prejudique a publicização de outros fatos internacionais relevantes;

4) Ainda em relação às matérias internacionais, tomando como base aquelas que tratam somente de questões exteriores (ou seja, que não têm menção explícita ao Brasil), notamos a continuidade do antigo problema dos fluxos de comunicação, prevalecendo o fluxo do centro para a periferia e quase não existindo o fluxo periferia-periferia. Dessa forma, 71% das matérias internacionais trataram dos

Estados Unidos e/ou do Iraque, 22% trataram da Palestina, Israel ou árabes em geral e de terrorismo e apenas 6% trataram da América Latina;

5) O JN dedicou muito pouco espaço para a ciência e para o meio ambiente. Houve média de apenas uma matéria por dia; e

6) Há poucas matérias com pautas direcionadas para o social, com média de apenas 0,6 matéria por dia.

Em relação à cobertura política, é possível notar que ela é bastante centrada no presidente da República e que a cobertura do Congresso Nacional, especialmente da Câmara dos Deputados, é bastante negativa. Esses fatos não são novidade, mas foi interessante comprová-los.

É interessante perceber também que os políticos, algumas vezes, adotam a estratégia do medo para justificar suas decisões. Como exemplo, houve a lembrança do apagão para fazer mais um imposto (da conta de luz) e Lula também lembrou a privatização para ganhar mais votos na eleição presidencial. Nos Estados Unidos, isso pode ser percebido também com o 11 de setembro, lembrado algumas vezes que as pessoas questionam as restrições das liberdades individuais.

Referências

1. Bibliografia citada

- ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ALMANAQUE ABRIL. Brasil 2006. São Paulo: Abril, 2006.
- BAETA, Zínia. País depende menos de Doha, diz Furlan. Valor Econômico. São Paulo, 11 jul. 2006. Disponível em: <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=281733>>. Acesso em: 10 abr. 2007.
- BAGDIKIAN, Ben. **O Monopólio da mídia**. São Paulo: Scritta, 1993.
- BANDEIRANTES. Tabela de preços de março de 2006.
- BORELLI, Silvia. Telenovelas: Padrão de produção e matrizes populares. In: BRITTOS, Valério; BOLAÑO, César (Orgs.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 187-203.
- BRASIL. **Código penal e Constituição Federal (1988)**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- _____. **Constituição 1988**: Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 22/99 e Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. – Edição atualizada em maio de 1999. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1999.
- BRAUMANN, Pedro Jorge. A Globo em Portugal: uma história de sucesso. In: BRITTOS, Valério; BOLAÑO, César (Orgs.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 171-186.

- CALLAGHAN, Karen; SCHNELL, Frauke. Framing political issues in American politics. In: _____ (Orgs.). **Framing American politics**. Pittsburgh (EUA): University of Pittsburgh Press, 2005. p. 1-17.
- CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. 9. ed. São Paulo: Papirus, 2004.
- COLLING, Leandro. **Agendamento, enquadramento e silenciamento no Jornal Nacional nas eleições presidenciais de 1998**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.
- COOK, Timothy. **Governing with the news**. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.
- DIAS, Márcia. Rede Globo e indústria fonográfica: um negócio de sucesso. In: BRITTOS, Valério; BOLAÑO, César (Orgs.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 103-129.
- ENTMAN, Robert. **Projections of power: framing news, public opinion, and U.S. foreign policy**. Chicago (EUA): The University of Chicago Press, 2004.
- _____. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. In: **Journal of Communication**, v. 43, Issue 4, p. 51-58, 1993.
- _____. Framing U.S. coverage of international news: contrasts in narratives of the KAL and Iran Air incidents. **Journal of Communication**, v. 41, Issue 4, p. 6-27, 1991.
- GAMSON, William. Media discourse as a framing resource. In: CRIGLER, Ann. **The psychology of political communication**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1999. p. 111-132.
- GITLIN, Todd. **The whole world is watching: mass media in the making & unmaking of the new left**. Berkeley: University of California Press, 1980.
- GLOBO. Lista de Preços: out/2006 a mar/2007.
- _____. Lista de Preços: abr a set/2006.
- _____. Rede Globo terá mais duas novas emissoras afiliadas. Disponível em: <http://jornalnacional.globo.com/Jornalismo/JN/0,,AA1169791-3586,00.html>>
Acesso em: 10 abr. 2007.

_____. Lista de Preços: out/2004 a mar/2005.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GUAZINA, Liziane. **Alinhados com o poder: um estudo sobre a cobertura política do Jornal Nacional e do Jornal da Record (março-agosto/98)**. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

HALLIN, Daniel. Comercialidad y profesionalismo em los medios periodísticos estadounidenses. In: **Cuadernos de Información y Comunicación**. Madrid, Espanha: Universidad Complutense de Madrid, n. 3, pp. 123-144, 1997. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/per3/cic/index.htm>>. Acesso em: 17 mar. 2006.

_____. **We keep America on top of the world: television journalism and the public sphere**. New York: Routledge, 1994.

HERMAN, Edward; CHOMSKY, Noam. **A manipulação do público: política e poder econômico no uso da mídia**. São Paulo: Futura, 2003.

HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. 8. ed. Porto Alegre: Ed. Tchê, 1987.

HOHLFELDT, Antonio. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz; FRANÇA, Vera. **Teorias da Comunicação: Conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001. p. 187-240.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

IBOPE. **Almanaque Ibope**. Disponível em: <www.almanaqueibope.com.br>. Acesso em 10 abr. 2007.

KERNELL, Samuel. **Going public: new strategies of presidential leadership**. Washington DC: Congressional Quarterly, 1997.

- KINDER, Donald; NELSON, Thomas. Democratic debate and real opinions. In: CALLAGHAN, Karen; SCHNELL, Frauke (Orgs.). **Framing American politics**. Pittsburgh (EUA): University of Pittsburgh Press, 2005. p. 103-122.
- LIMA, Venício. **Crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- _____. Globo e política: “tudo a ver”. In: BRITTOS, Valério; BOLAÑO, César (Orgs.). **Rede Globo – 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 103-129.
- _____. **Mídia: teoria e política**. 2.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- LIMA, Venício; GUAZINA, Liziane. “Responsabilidade social”: Novo nome para o velho oficialismo do “Jornal Nacional”. In: LIMA, Venício. **Crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. p. 147-164.
- _____. Jornal Nacional: a política simulada – uma análise comparada com o Jornal da Record (março-agosto 1998). In: LIMA, Venício. **Mídia: teoria e política**. 2.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 269-339.
- MAIOR operação. Exame. São Paulo: Abril, 9 ago. 2005.
- MANCINI, Paolo; SWANSON, David. **Politics, Media, and Modern Democracy**. Westport: Praeger, 1996.
- MANIN, Bernard. As Metamorfoses do Governo Representativo. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 29, p. 5-34, 1995.
- MATTOS, Sérgio. As organizações Globo na mídia impressa. In: BRITTOS, Valério; BOLAÑO, César (Orgs.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.
- MCCHESENEY, Robert. Mídia global, neoliberalismo e imperialismo. In: MORAES, Dênis de (Org.), **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2003. p. 217-242.
- MELHORES e Maiores: As 500 maiores empresas do Brasil. Exame, São Paulo: Ed. Abril, jul. 2005.

- MEMÓRIA GLOBO. **Jornal Nacional: a notícia faz história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 3. ed, 2003.
- MORETZSOHN, Sylvia. “Profissionalismo” e “objetividade”: o jornalismo na contramão da política. In: MOTTA, Luiz G. (Org.). **Imprensa e Poder**. Brasília: Editora UnB, 2002.
- MOTTA, Luiz. **Narrativa jornalística e conhecimento imediato de mundo: construção cognitiva da história do presente**. 2006.
- _____. Apresentação: imprensa e poder. In: _____ (Org.). **Imprensa e Poder**. Brasília: Editora UnB, 2002.
- NUNES, Vicente. Arrocho sem precedentes. *Correio Braziliense*. Brasília, 1º nov. 2005.
- POLACOW, Patrícia Ozores. História da TV no Brasil: Assis Chateaubriand e os acordos Time-Life. In: MELO, José M. de. et al (Orgs.). **Mídia em debate: da história midiática às mediações da ciência**. São Paulo, Edições Ominia, 2002. p. 49-81. Disponível em: <www.fai.com.br/publicacoes/midia.htm>. Acesso em 17 mar. 2006.
- PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, Antonio (Org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 73-104.
- _____. Mídia e deliberação política: o modelo do cidadão interpretante. **Política & Sociedade**, n. 2, p. 67-108, abr. 2003a.
- _____. Telenovelas e controvérsias políticas: interpretações da audiência sobre Terra Nostra. In: **Estudos de comunicação: livro do XI COMPÓS**. Porto Alegre: Sulina, 2003b. p. 104-124.
- _____. **Media framing and citizen competence: television and audience’s interpretation of politics in Brazil**. Tese de doutorado, University of California (EUA), 2001.

PORTO, Mauro; VASCONCELOS, Rodrigo; BASTOS, Bruna. A televisão e o primeiro turno das eleições presidenciais de 2002: análise do Jornal Nacional e do horário eleitoral. In: **Eleições presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política**. RUBIM, Antonio (Org.). São Paulo: Hacker, 2004.

RABAÇA, Carlos; BARBOSA, Gustavo. **Dicionário de Comunicação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

RAMOS, Murilo. **Às margens da estrada do futuro: comunicações, políticas e tecnologia**. Brasília: Coleção FAC Editorial Eletrônica, 2000. Disponível em: <<http://www.unb.br/fac/publicacoes/murilo/index.htm>>. Acesso em 23 mar. 2006.

RECORD. Lista de preços: março de 2006.

_____. Lista de preços: janeiro de 2007.

REDE TV. Tabela de preços dezembro de 2005.

REZENDE, Guilherme J. de. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. São Paulo: Summus, 2000.

SBT. Tabela de preços: abril 2006.

SILVA, Carlos E. L. da. **Muito Além do Jardim Botânico**. 3. ed, São Paulo: Summus, 1985.

SIMÕES, Cassiano; MATTOS, Fernando. Elementos histórico-regulatórios da televisão brasileira". In: BRITTOS, Valério; BOLAÑO, César (Orgs.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

THOMPSON, John. **O escândalo político**. Petrópolis: Vozes, 2002.

UNESCO. **Um mundo e muitas vozes: comunicação e informação na nossa época**. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

VASSALO, Cláudia. A Globo sem Roberto Marinho. Exame. São Paulo, 1º set. 2003.

VIDA longa à novela. Correio da Bahia, Salvador, 14 jul. 2003. Disponível em: <www.correiodabahia.com.br/2003/07/14/noticia.asp?link=not000078351.xml>. Acesso em: 8 abr. 2006.

WOLF, Mauro. **Teorias das Comunicações de Massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

2. Telejornais pesquisados

46 edições do Jornal Nacional, referentes às datas: 6/1/2003, 4/2/2003, 6/3/2003, 4/4/2003, 2/5/2003, 7/6/2003, 7/7/2003, 13/8/2003, 10/9/2003, 9/10/2003, 14/11/2003, 13/12/2003, 19/1/2004, 17/2/2004, 17/3/2004, 23/4/2004, 21/5/2004, 19/6/2004, 26/7/2004, 26/8/2004, 16/9/2004, 28/10/2004, 29/11/2004, 24/12/2004, 18/1/2005, 1º/2/2005, 5/3/2005, 6/4/2005, 2/5/2005, 28/6/2005, 30/7/2005, 15/8/2005, 14/9/2005, 13/10/2005, 11/11/2005, 3/12/2005, 16/1/2006, 21/2/2006, 15/3/2006, 20/4/2006, 19/5/2006, 17/6/2006, 24/7/2006, 22/8//2006, 27/9/2006 e 26/10/2006.

3. jornais impressos pesquisados

46 edições da Folha de S. Paulo, referentes às datas: 7/1/2003, 5/2/2003, 7/3/2003, 5/4/2003, 3/5/2003, 8/6/2003, 8/7/2003, 14/8/2003, 11/9/2003, 10/10/2003, 15/11/2003, 14/12/2003, 20/1/2004, 18/2/2004, 18/3/2004, 24/4/2004, 22/5/2004, 20/6/2004, 27/7/2004, 27/8/2004, 17/9/2004, 29/10/2004, 30/11/2004, 25/12/2004, 19/1/2005, 2/2/2005, 6/3/2005, 7/4/2005, 3/5/2005, 29/6/2005, 31/7/2005, 16/8/2005, 15/9/2005, 14/10/2005, 12/11/2005, 4/12/2005, 17/1/2006, 22/2/2006, 16/3/2006, 21/4/2006, 20/5/2006, 18/6/2006, 25/7/2006, 23/8//2006, 28/9/2006 e 27/10/2006.

Anexo

Ficha para verificação de enquadramento

Data da matéria: ____ / ____ / ____

Tempo: _____

Título da matéria:
Problema:
Causa:
Julgamento moral:
Solução proposta:
Fontes utilizadas:
<i>Frames</i> alternativos:
Comentários:

Resultado:

<i>Frames</i>	Referências

	Episódico
	Restrito
	Plural-fechado
	Plural-aberto

E-mails para contato:

breno.moreira@bcb.gov.br

brenomoreira@hotmail.com